Editora Bernoulli

HISTÓRIA

Volume 02

Sumário - História

Frente A

Frente B

HISTÓRIA

MÓDULO 06 FRENTE A

Mercantilismo

O conjunto de práticas econômicas dos Estados europeus durante a Idade Moderna recebe o nome de mercantilismo. Essas práticas não apresentavam grande uniformidade, variando de Estado para Estado e sendo mais presentes nas monarquias absolutas. O próprio termo mercantilismo foi cunhado *a posteriori* por economistas do século XIX que criticavam tais medidas. O auge do mercantilismo se deu nos séculos XVI e XVII e sua existência estava vinculada à atividade comercial entre os países europeus e suas colônias.

As primeiras práticas mercantilistas tiveram origem em meados do século XV, quando a Europa sofria com a escassez de metais preciosos. A crença na intervenção do Estado na economia era um dos fundamentos do mercantilismo. Neste contexto, com o objetivo de fortalecer os países europeus, os chefes de Estado aprovavam leis que regulavam as atividades econômicas em seu território, impondo limites ao livre mercado. Tais medidas visavam, principalmente, à acumulação de metais preciosos e à consequente sustentação dos Estados. O ouro e a prata, transformados em moeda, garantiram a formação da burocracia estatal e a manutenção de um poderoso Exército e de uma frota naval.

> Nos reinados de Henrique VIII e de Elizabeth I, ao longo do século XVI, o Parlamento inglês "aprovava 'pilhas de estatutos', que controlavam muitos aspectos da vida econômica, da defesa nacional, níveis estáveis de salários e preços, padrões de qualidade dos produtos industriais, apoio aos indigentes e punição aos preguiçosos, e outros desejáveis objetivos sociais".
>
> STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa.* São Paulo: Edusc, 2000.

Apesar de ter sido uma prática predominante durante boa parte da Idade Moderna, a intervenção do Estado na economia foi alvo de severas críticas pelos teóricos liberais do século XIX. Para eles, a atuação estatal provocava uma limitação ao desenvolvimento econômico e o atraso das nações. Desse modo, a consolidação do sistema capitalista no século XIX foi acompanhada da redução do papel do Estado no plano econômico.

PRÁTICAS MERCANTILISTAS

Como já foi dito, as práticas mercantilistas variaram com o passar dos séculos e de um Estado para outro. Algumas estratégias comuns, no entanto, podem ser verificadas. A principal intenção dessas práticas era garantir uma balança comercial favorável aos países da Europa, uma vez que, durante a Idade Moderna, pensava-se que todas as riquezas do mundo estavam numa posição estática e constante, razão pela qual o comércio era tido como uma atividade em que havia um ganhador e um perdedor, sendo o seu resultado equivalente a uma soma zero. Nesse sentido, a nação que conseguisse um saldo positivo em suas transações comerciais garantiria sua superioridade em relação às demais.

Para garantir o sucesso na acumulação de riquezas, era necessário ainda que houvesse a regulamentação do comércio de produtos vindos do exterior. O aumento das tarifas alfandegárias foi o principal método para alcançar tal objetivo, uma vez que a taxação sobre produtos estrangeiros reduzia as chances da entrada destes em um Estado e, como consequência, impedia a saída de metais preciosos.

Se no plano internacional a tendência foi o estabelecimento de taxas aduaneiras, internamente havia a necessidade da eliminação das barreiras. Dessa forma, a unificação dos mercados dentro de uma mesma nação foi uma característica desse período e também colaborou para o fortalecimento econômico dos Estados.

O investimento nas manufaturas nacionais também foi comum, posto que o fortalecimento da produção manufatureira impedia a concorrência no mercado internacional e evitava a necessidade da aquisição de produtos estrangeiros. Os monarcas incentivavam a produção interna por meio da concessão de privilégios aos interessados.

> [...] a fim de ajudá-los no grande investimento necessário a esse estabelecimento concedemos aos ditos industriais a soma de 180 000 libras, soma essa que conservarão por 12 anos sem o pagamento de juros, e no fim desse tempo serão chamados a nos devolver apenas 150 000 libras e as restantes lhes serão dadas como prêmio.
>
> HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem.* 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

Em muitos casos, a determinado produtor era concedido até o monopólio da produção de certos artigos em regiões específicas do reino.

> Desejando tratar favoravelmente o senhor Van Robais e servir-me dele como exemplo para atrair os estrangeiros que primam em qualquer espécie de manufatura, a fim de que venham estabelecer-se em nosso reino, pedimos ao prefeito e aos magistrados que lhe forneçam alojamentos convenientes para a instalação dos teares [...] Queremos que ele [Van Robais] e os trabalhadores estrangeiros sejam considerados súditos do rei e naturalizados [...] Ele será ainda isento de impostos, da corveia e de outros encargos públicos durante a vigência da presente concessão [...]

> Permitimos a esse empresário e aos operários que continuem a professar a religião reformada [...] Proibimos a outras pessoas imitar ou falsificar a marca dos ditos tecidos, pelo prazo de vinte anos, bem como que se estabeleçam na cidade de Abbeville e a dez léguas de seus arredores oficinas de tecelagem semelhantes [...]
>
> LUÍS XIV, ao autorizar o estabelecimento de manufatura em Abbeville, no ano de 1651.

O estabelecimento dos monopólios foi prática comum entre as nações mercantilistas, pois a concessão do controle de determinadas atividades econômicas a particulares garantia a presença do Estado na regulação da economia e atendia aos interesses dos grandes comerciantes. Tais restrições impostas à livre-circulação de mercadorias foram fundamentais para o enriquecimento dos comerciantes durante parte da Idade Moderna.

Outra forma de enriquecimento dos comerciantes foi a utilização do monopólio sobre as atividades coloniais, conhecido como exclusivo colonial, que também fez parte desse conjunto de práticas. Teoricamente, a colônia deveria oferecer melhores condições comerciais ao país a que estava submetida – a metrópole –, fornecendo matéria-prima de maneira exclusiva e consumindo os produtos manufaturados metropolitanos, como é exposto no trecho a seguir.

> O objetivo das colônias é o de fazer o comércio em melhores condições [para as metrópoles] do que quando é praticado com os povos vizinhos, com os quais todas as vantagens são recíprocas. Estabeleceu-se que apenas a metrópole poderia negociar na colônia; e isso com grande razão, porque a finalidade do estabelecimento foi a constituição do comércio, e não a fundação de uma cidade ou de um novo império [...]
>
> MONTESQUIEU. *Do espírito das leis* (1748). São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 387.

Sendo o comércio a principal atividade geradora de riquezas, era fundamental, naquele contexto, o investimento em uma potente Marinha mercante. O incentivo à produção naval garantia o controle dos mares, principal rota de comércio entre a América e a Europa. Uma poderosa Marinha de guerra também poderia significar a proteção das frotas comerciais e vitórias nas inúmeras batalhas entre os recém-formados Estados, já que muitas das disputas entre os países foram, na época, resolvidas por meio da guerra.

Apesar do esforço das metrópoles em manter inabalável o exclusivo colonial, é válido ressaltar que esse monopólio nem sempre foi tão rígido. Em maior ou menor escala, as colônias de Portugal, da Espanha e da Inglaterra desfrutaram de certa liberdade no interior desse sistema.

MERCANTILISMO NA PENÍNSULA IBÉRICA

A conquista colonial determinou as características do mercantilismo na Península Ibérica, pois as riquezas provenientes das colônias favoreceram a tendência metalista de suas economias. O monopólio sobre o comércio com a América foi fundamental para Portugal e Espanha. Estima-se que 18 mil toneladas de prata e 200 toneladas de ouro foram extraídas da América e levadas para a Europa. Também conhecida como bulionismo, a preocupação com o acúmulo de metais preciosos levou ao estabelecimento de uma rígida política colonial por parte das Coroas ibéricas.

A Espanha, privilegiada pela riqueza das suas colônias, estabeleceu uma série de métodos para garantir os lucros com a exploração dos metais preciosos provenientes das minas do México e do Peru, como o sistema de comboios anuais e o regime de porto único, que visavam ao controle sobre o ouro e a prata. O país contava ainda com a Casa de Contratação, com sede em Sevilha, que foi um poderoso órgão de regulamentação do comércio colonial, e com uma forte Marinha de guerra, conhecida como a Invencível Armada, que auxiliava a Espanha na proteção das riquezas.

User Anual / Creative Commons

Antigo prédio da Casa de Contratação em Sevilha

A Coroa portuguesa também se esforçou, embora de forma menos organizada, no sentido de controlar a extração dos metais preciosos. No século XVIII, auge do período de exploração aurífera nas Minas Gerais, uma série de impostos foi criada visando impedir os desvios e o contrabando do metal. Além disso, foi criada a Casa de Fundição e delimitado o Distrito Diamantino, com o objetivo de ampliar o controle na região das Minas.

Tanto na colonização espanhola quanto na portuguesa, a excessiva dependência das riquezas coloniais provocou consequências negativas nas economias metropolitanas. Se entre os séculos XVI e XVII esses países viveram o seu período áureo, nos séculos XVIII e XIX sua força econômica foi reduzida. A pouca preocupação com o desenvolvimento interno de suas economias levou a um cenário de dependência externa e pouco crescimento logo no início da Idade Contemporânea.

MERCANTILISMO NA FRANÇA

As medidas adotadas pela monarquia francesa, principalmente no século XVII, receberam o nome de industrialismo ou colbertismo graças ao ministro de Luís XIV, Jean-Baptiste Colbert, que foi o responsável pela aplicação de práticas de incentivo ao desenvolvimento das manufaturas francesas.

O colbertismo, que se caracterizou pela produção de artigos de luxo, tecidos finos, tapeçaria, vidros e papel, visava manter a balança comercial favorável. As conquistas coloniais também foram responsáveis pelo fortalecimento do Estado francês que, através do investimento na Marinha e na pirataria, atuou sistematicamente na América, conquistando, assim, metais preciosos e o fortalecimento do poder absoluto.

MERCANTILISMO NA INGLATERRA

O incentivo às manufaturas, principalmente têxteis, a limitação das importações e a tentativa de controle da saída de matéria-prima também foram comuns à Inglaterra, caracterizando, assim, a variação mercantilista denominada comercialismo.

Durante o reinado de Elizabeth (1533-1603), o estímulo à pirataria foi uma outra fonte de arrecadação para o Estado inglês. Os corsários recebiam autorização da Coroa para pilhar galeões espanhóis carregados de riquezas coloniais. Além disso, os Atos de Navegação, editados anos mais tarde, durante o processo revolucionário inglês do século XVII, dificultaram a entrada de navios estrangeiros em seus portos, atacando, principalmente, os interesses holandeses. Tais estímulos ao fortalecimento da Marinha foram fundamentais para o controle inglês sobre os oceanos, principalmente após as vitórias sobre a Invencível Armada espanhola e sobre as frotas holandesas.

Além de consolidarem uma estrutura comercial na própria Europa, os ingleses atuaram também em outras partes do mundo. Nas Índias, a atuação inglesa era coordenada pela Companhia das Índias Orientais. Já na América, a colonização das Treze Colônias e das Antilhas inglesas garantiram o fornecimento de gêneros agrícolas e mercado consumidor para a Inglaterra.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAIS

As práticas mercantilistas colaboraram para o desenvolvimento da economia capitalista, estando ligadas à sua consolidação no século XIX, afinal, as riquezas originárias desse período permitiram a ocorrência do processo conhecido como acumulação primitiva de capitais. A pilhagem do mundo colonial e os lucros oriundos do tráfico de escravos também contribuíram para a chamada Revolução Comercial e o fortalecimento da classe burguesa. Esse acúmulo levou, no século XVIII, à eclosão e à expansão do capitalismo industrial a partir da Inglaterra. De acordo com Karl Marx:

> A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África numa coutada para a caça comercial de peles-negras assinalam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos principais da acumulação original. Segue-lhes de perto a guerra comercial das nações europeias, com o globo terrestre por palco.
>
> MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG–2006) Considerando-se o papel e a importância do mercantilismo, é **INCORRETO** afirmar que

A) essa doutrina tinha como fundamento básico a convicção de que o Estado deveria interferir nos processos econômicos.

B) as políticas fundamentadas nessa doutrina abarcavam as relações entre os países da Europa Ocidental e, também, os laços entre estes e suas colônias.

C) o principal aspecto dessa doutrina era a adoção de ações planejadas para fomentar a industrialização da economia.

D) essa doutrina consistia num conjunto de pressupostos e crenças econômicas vigentes no período de formação e apogeu dos Estados Modernos.

02. (UEPG-PR) O mercantilismo não era uma doutrina fechada, apenas um conjunto de ideias e práticas econômicas adotadas pelo Estado absolutista entre os séculos XV e XVIII.

A respeito desse assunto, estabeleça a soma das alternativas **CORRETAS**.

01. O mercantilismo tinha como princípio fundamental a intervenção do Estado na economia.

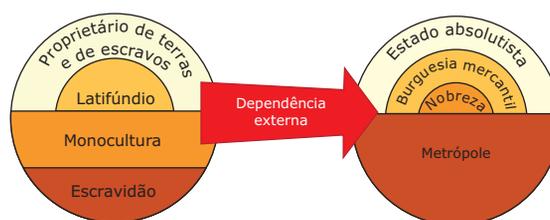
02. A acumulação de metais preciosos significava força e riqueza para as nações.

04. O mercantilismo espanhol (bulionismo) se restringiu ao acúmulo de metais oriundos do México, do Peru e da Bolívia – regiões de seu império colonial –, sem impulsionar a atividade manufatureira.

08. No mundo mercantilista, circulava a ideia da existência de um mercado que funciona por conta própria, beneficiando o mundo todo.

16. A Holanda baseava seu mercantilismo nas atividades comerciais, manufatureiras e financeiras. Foram indispensáveis para essas práticas a Companhia das Índias Orientais, a Marinha mercante e o Banco de Amsterdã.

Soma ( )

03. (Unifor-CE–2007) Considere a ilustração.

ALENCAR, Francisco *et al*. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981. p. 25.

Com base no conhecimento do processo histórico da América Portuguesa, é **POSSÍVEL** afirmar que a ilustração refere-se

A) à estrutura política e social da colonização de povoamento.
B) ao sistema colonial de produção de manufatura algodoeira.
C) à estrutura administrativa autônoma da colônia portuguesa.
D) ao poder dos senhores feudais na organização das colônias.
E) ao sistema de colonização baseado no monopólio comercial.

04. (UNIFESP–2010) Mercantilismo é o nome normalmente dado à política econômica de alguns Estados Modernos europeus, desenvolvida entre os séculos XV e XVIII. **INDIQUE**

A) duas características do mercantilismo.
B) a relação entre o mercantilismo e a colonização da América.

05. (UFPI–2006) Entre os séculos XV e XVIII, vigorou na Europa uma série de doutrinas e práticas econômicas que se tornaram conhecidas como mercantilismo. Sobre essa doutrina, podemos afirmar

I. que tinha como objetivo fortalecer o Estado e a burguesia, numa fase de transição do feudalismo ao capitalismo.
II. que tinha no intervencionismo estatal uma estratégia chave para promover a acumulação primitiva de capital nos Estados Modernos.
III. que tinha no metalismo, na balança comercial favorável, no protecionismo e no intervencionismo estatal os seus princípios basilares.
IV. que teve características específicas em diferentes países europeus.

A) Todas as afirmações anteriores são verdadeiras.
B) Apenas a afirmativa IV é correta.
C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
E) Todas as afirmações anteriores são falsas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFTM-MG) Durante a Idade Moderna, na Europa, a vida econômica, social e política foi marcada

A) pelo liberalismo econômico, pela sociedade estamental de privilégios e pela formação das monarquias nacionais.
B) pelo intervencionismo do Estado na economia, pelos privilégios do clero e da nobreza e pelos Estados absolutistas.
C) pela acumulação de metais para indicar a riqueza do país, pela divisão em classes sociais e pela repartição do poder em três.
D) pela liberdade de produção e de comércio, pela ampla mobilidade entre as classes sociais e pelos Estados liberais burgueses.
E) pelo controle estatal da economia, pela liberdade de expressão e pelas monarquias absolutistas de direito divino.

02. (UFMG) Todas as alternativas apresentam medidas que expressam formas através das quais o mercantilismo se exerceu, **EXCETO**

A) abolição das aduanas internas.
B) balança comercial favorável.
C) incentivo ao crescimento demográfico.
D) política tarifária protecionista.
E) tributação exclusivamente colonial.

03. (UFV-MG) Mercantilismo é um termo criado pelos economistas alemães da segunda metade do século XIX para denominar o conjunto de práticas econômicas dos Estados europeus nos séculos XVI e XVII. Das alternativas a seguir, assinale aquela que **NÃO** indica uma característica do mercantilismo.

A) Busca de uma balança comercial favorável, ou seja, a superação contábil das importações pelas exportações.
B) Intervencionismo do Estado nas práticas econômicas, através de políticas monopolistas e fiscais rígidas.
C) Crença em que a acumulação de metais preciosos era a principal forma de enriquecimento dos Estados.
D) Aplicação de capitais excedentes em outros países para aumentar a oferta de matérias-primas necessárias à industrialização.
E) Exploração de domínios localizados em outros continentes, com o objetivo de complementar a economia metropolitana.

04. (UFU-MG) O mercantilismo foi um conjunto de doutrinas e práticas econômicas que vigoraram na Europa desde a metade do século XV até meados do século XVIII, sendo vital para a acumulação capitalista.

A respeito desse contexto, podemos afirmar que

A) Inglaterra e França foram as nações pioneiras nas Grandes Navegações, impulsionadas pelas novas descobertas científicas e pela centralização administrativa, proporcionada pelo Estado absolutista, responsável pelo combate aos contrabandistas e aos piratas espanhóis e portugueses.
B) através da produção de artigos manufaturados, Portugal se firmou como a maior potência do final do século XVII, enquanto a Inglaterra, restrita à acumulação de ouro e de prata extraídos de suas colônias, ficou dependente da importação de manufaturados.
C) a colonização, sustentada pela grande utilização de trabalho escravo de índios e negros nas chamadas colônias de povoamento, foi vital para o acúmulo de capitais naquele momento, quando Portugal e Espanha incentivaram a produção manufatureira e o comércio interno.
D) com o intervencionismo estatal e o protecionismo, o Estado Moderno estimulava o progresso burguês e evitava a concorrência comercial de países vizinhos, fixando tarifas alfandegárias, controlando preços e dificultando a importação de produtos concorrentes.

05. (UFMG–2007) *O objetivo das colônias é o de fazer o comércio em melhores condições* [para as metrópoles] *do que quando é praticado com os povos vizinhos, com os quais todas as vantagens são recíprocas. Estabeleceu-se que apenas a metrópole poderia negociar na colônia; e isso com grande razão, porque a finalidade do estabelecimento foi a constituição do comércio, e não a fundação de uma cidade ou de um novo império* [...]

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis* (1748). São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 387.

Considerando-se as informações desse trecho, é **INCORRETO** afirmar que as colônias europeias, na Época Moderna,

A) deveriam levar ao estabelecimento e ao incremento do comércio, regulando-se em função dos interesses recíprocos entre as colônias.

B) deveriam oferecer às metrópoles melhores condições de comércio que as verificadas entre os países europeus e seus vizinhos.

C) estariam sujeitas ao exclusivo comércio das metrópoles, cujos negócios essas colônias deveriam incrementar.

D) foram estabelecidas com finalidades comerciais, pois, inicialmente, não era objetivo das metrópoles fundar um novo império.

06. (UFJF-MG) Acerca do mercantilismo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) Promovia a transferência de rendas dos setores mais produtivos para os setores menos dinâmicos, taxando pesadamente os primeiros em benefício dos segundos.

B) Baseava-se na intervenção econômica e política do Estado na esfera dos negócios e da produção, favorecendo a acumulação de capitais.

C) Atuava como um importante componente do Antigo Regime europeu ao articular o Estado absolutista à exploração colonial.

D) Negligenciava o pacto colonial ao defender o livre-comércio, o fim das tarifas protecionistas e maiores incentivos às importações das metrópoles.

07. (UEPB) O modelo econômico dos Estados Nacionais, conhecido genericamente por mercantilismo, corresponde ao estágio inicial do capitalismo.

Assinale a alternativa que é compatível com a referida etapa.

A) Nessa fase, o maior volume de capitais investido por países como Portugal está voltado para a produção de artefatos industriais.

B) Em um momento de crescimento das atividades comerciais, o desmonte de barreiras alfandegárias é prática comum entre os países europeus.

C) A intervenção do Estado na economia objetiva garantir o acúmulo de capitais através da exploração colonial, viabilizando, por consequência, a obtenção de resultados favoráveis na balança comercial.

D) A opção pelo modelo econômico mercantilista descartou a utilização de escravos como capital móvel, centrando as atenções exclusivamente na utilização dos cativos na produção agrícola.

E) A instalação de monarquias fortes e centralizadoras não foi condição indispensável para a implementação de medidas econômicas que permitiram a acumulação de capitais por parte dos setores burgueses na Europa.

08. (UFU-MG–2006) *Com o objetivo de aumentar o poder do Estado diante dos outros Estados,* [o mercantilismo] *encorajava a exportação de mercadorias, ao mesmo tempo em que proibia exportações de ouro e de prata e de moeda, na crença de que existia uma quantidade fixa de comércio e riqueza no mundo.*

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 35.

O trecho anterior refere-se aos princípios básicos da doutrina mercantilista, que caracteriza a política econômica dos Estados Modernos dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Com base nessa doutrina, marque a alternativa **CORRETA**.

A) A doutrina mercantilista pregava que o Estado deveria se concentrar no fortalecimento das atividades produtivas manufatureiras, não se envolvendo em guerras e em disputas territoriais contra outros Estados.

B) Uma das características do mercantilismo é a competição entre os Estados por mercados consumidores, cada qual visando fortalecer as atividades de seus comerciantes, aumentando, consequentemente, a arrecadação de impostos.

C) Os teóricos do mercantilismo acreditavam na possibilidade de conquistar mercados por meio da livre-concorrência, de modo que era essencial desenvolver produtos competitivos, tanto no que diz respeito ao preço como em relação à qualidade.

D) A conquista de áreas coloniais na América é a base de qualquer política mercantilista. Tanto que o ouro e a prata, de lá provenientes, possibilitaram ao Estado espanhol figurar como o mais poderoso da Europa após a Guerra dos Trinta Anos.

09. (Mackenzie-SP–2007) Fundamental para a estruturação do sistema colonial português na Idade Moderna, o chamado “exclusivo colonial” visava, sobretudo, a

A) estimular, nas colônias, uma política de industrialização que permitisse à metrópole concorrer com suas rivais industrializadas.

B) reservar a grupos ou a companhias privilegiadas – ou mesmo ao Estado – o comércio externo das colônias, tanto o de importação quanto o de exportação.

C) restringir a tarefa de doutrinação dos indígenas americanos exclusivamente aos membros da Companhia de Jesus, assegurando, dessa forma, o poder real entre os povos nativos.

D) impedir, nas colônias, o acesso de fidalgos mazombos a cargos administrativos importantes, reservados a fidalgos reinóis.

E) orientar a produção agrícola conforme as exigências da população colonial, evitando, por esse meio, crises de abastecimento de alimentos nos centros urbanos.

10. (UFPel-RS–2006) *A causa principal, quase única, da alta dos preços (que ninguém até agora mencionou) é a abundância do ouro e da prata existente hoje em dia neste reino, em escala bem maior do que há quatrocentos anos. Mas, diria alguém, de onde pode ter vindo, desde então, assim tanto ouro e tanta prata?* [...] *Os castelhanos, submetendo ao seu poder as novas terras ricas em ouro e prata, abarrotaram a Espanha. Ora, a Espanha que só vive graças à França, vendo-se inevitavelmente forçada a vir buscar aqui cereais, linhos, tecidos, papel, corantes, livros, artefatos de madeira e todos os tipos de manufaturas, vai procurar para nós, nos confins do mundo, o ouro e a prata.*

BODIN, Jean. *Da República*.

As afirmações de Bodin apontam para

A) uma crítica ao mercantilismo metalista (bulionismo) e seus malefícios sobre as manufaturas, assim como sobre o valor monetário, no início da Idade Moderna.
B) uma explicação da valorização monetária, com o afluxo de metais preciosos para a Europa, e da autonomia econômica ibérica, durante a Revolução Comercial.
C) a importância do ouro e da prata no crescimento das manufaturas espanholas, com consequente prejuízo para a agricultura.
D) a eficiência maior do protecionismo francês, em relação ao ibérico, devido à precedência dos gauleses no colonialismo moderno.
E) o início da Revolução Industrial de 1760, na França, provocada pela exploração e pela comercialização de metais preciosos pelos ibéricos, na América.

SEÇÃO ENEM

01. Leia o texto a seguir:

A intervenção do Estado na economia no momento negativo é uma receita aprendida na primeira grande crise global em 1929, quando as economias dos países mais ricos entraram em depressão [...] *Existe a possibilidade até de os Estados Unidos e a Inglaterra estatizarem bancos sob ameaça. "Não é ideologia estatizante, mas a única alternativa que eles estão vendo."*

Disponível em:<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/03/06/materia.2009-03-06.5560886277/view>. Acesso em: 17 out. 2010

Com base nos conhecimentos sobre as relações entre Estado e economia, pode-se afirmar que

A) as práticas mercantilistas durante a Idade Moderna caracterizavam-se pela atuação direta do Estado no âmbito econômico.
B) o liberalismo econômico do século XIX reforçou a tendência intervencionista ao afirmar ser necessária a atuação do Estado na economia.
C) as soluções para a recente crise foram caracterizadas pelo afastamento do Estado em relação às atividades econômicas.
D) a intervenção do Estado no âmbito econômico foi uma prática surgida no século XX com o objetivo de conter as crises do capitalismo.
E) as relações entre Estado e economia foram pautadas, desde a formação do mundo moderno, pela intervenção direta nos setores econômicos.

02. Observe o trecho a seguir.

A ideia mercantilista de balança comercial – a crença em que uma nação enriquece quando suas exportações excedem suas importações – tornou-se um conceito central do pensamento econômico subsequente. Foi indubitavelmente influenciado pelo conceito de equilíbrio da mecânica newtoniana, e era inteiramente compatível com a visão de mundo limitada das monarquias insuladas e escassamente povoadas desse tempo. Mas, hoje, em nosso mundo superpovoado e interdependente, é óbvio que nem todas as nações podem ganhar simultaneamente no jogo mercantilista. O fato de muitas nações – o Japão é o exemplo recente mais notório – ainda tentarem manter balanças comerciais inclinadas a seu favor pode redundar em guerras comerciais, depressões e em um conflito internacional.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 1993.

A análise do trecho nos permite concluir que

A) se tornou extremamente importante repensar o mercantilismo para a melhor compreensão dos fenômenos econômicos contemporâneos.
B) o fato de o Japão não ter experimentado um sistema mercantilista clássico durante a Idade Moderna explica sua postura imprudente no cenário econômico mundial de hoje.
C) as monarquias modernas, sustentadas pelas noções mercantilistas, se apresentaram mais capazes de manter relações econômicas diplomáticas que as nações contemporâneas.
D) ainda que as nações desejem atingir superávits, a manutenção de uma conduta mercantilista rígida para obtê-los no mundo contemporâneo é perigosa.
E) as bases cientificistas do mundo renascentista, especialmente a newtoniana, foram fundamentais para que as monarquias mercantilistas tivessem mais superávits que as nações de hoje.

GABARITO

Fixação

01. C 02. Soma = 23 03. E

04. A) Entre as características do mercantilismo, pode-se destacar a busca por uma balança comercial favorável, o protecionismo alfandegário, o incentivo à natalidade, ou seja, várias formas de intervenção do Estado na economia visando à acumulação de capital.

B) Interessados nas riquezas naturais do continente americano, os europeus, que chegaram ao Novo Mundo em 1492, buscaram fazer com que as novas terras servissem de complemento às suas economias. Nesse contexto, os dois países que saíram na frente foram Portugal e Espanha, que dividiram o continente através do Tratado de Tordesilhas. A partir daí, os ibéricos impuseram o pacto colonial sobre as regiões conquistadas. De acordo com tal imposição, caberia às colônias complementar a produção metropolitana, assim como servir de mercado consumidor para os gêneros manufaturados europeus. É válido ressaltar, ainda, que o exclusivo colonial também deveria ser respeitado, fazendo, assim, com que as colônias comercializassem exclusivamente com as suas metrópoles.

05. A

Propostos

01. B 03. D 05. A 07. C 09. B
02. E 04. D 06. D 08. B 10. A

Seção Enem

01. A 02. D

HISTÓRIA

Renascimento

MÓDULO 07 FRENTE A

O termo Renascimento designa um conjunto de transformações na mentalidade do homem europeu ocorrido entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Essas mudanças se refletiam na crescente valorização e estudo das atividades humanas – o humanismo – e em uma postura mais racional e individualista diante do mundo em que viviam aqueles homens.

Historiadores e pensadores do século XIX associaram essas transformações a uma ruptura radical em relação ao Período Medieval: Jacob Burckhardt, em seu livro *A cultura do Renascimento na Itália*, escreveu que, no Período Medieval:

> A consciência humana [...] repousava sonhadora ou semiacordada sob um véu comum. O homem estava consciente de si próprio apenas como membro de uma raça, povo, partido, família, ou corporação – apenas através de uma qualquer categoria geral. [No Renascimento], este véu evaporou-se [...] o homem tornou-se um indivíduo espiritual e reconheceu-se a si mesmo como tal.
>
> BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. Brasília: Editora da UNB, 1991.

Essa noção de ruptura com o mundo medieval foi uma ideia muito difundida entre os renascentistas. Para eles, o que ocorria era um novo nascimento após um período de ignorância e de escuridão. Dessa forma, a Idade Média passou a ser vista como a Idade das Trevas, e a força da religião e da Igreja foi associada ao atraso e ao irracionalismo. Nota-se, portanto, que foram os homens do Renascimento que criaram a imagem negativa a respeito do Período Medieval, uma vez que eles acreditavam estar retomando o momento de glória da humanidade: a Antiguidade Clássica.

Novas correntes historiográficas, no século XX, demonstraram, no entanto, que essa ruptura não teria sido assim tão radical, já que grande parte das raízes do Renascimento se encontrava no Período Medieval. Além disso, a mentalidade do homem moderno estava povoada de fortes traços das crenças medievais, que valorizavam uma visão mística e religiosa sobre o mundo e sobre a sociedade. Para o historiador Peter Burke:

> Esta idéia de Renascimento é um mito [...] No caso da descrição do Renascimento por parte de Burckhardt, estes historiadores opõem-se aos vincados contrastes que ele estabelece entre o Renascimento e a Idade Média, entre a Itália e o resto da Europa. Consideram que são contrastes exagerados, uma vez que ignoram as muitas inovações produzidas na Idade Média, a sobrevivência de atitudes tradicionais no século XVI e mesmo mais tarde, e o interesse italiano pela pintura e pela música de outros países, em especial dos Países Baixos.
>
> BURKE, Peter. *O Renascimento italiano* - Cultura e Sociedade na Itália. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

Michelangelo Buonarroti

A Criação de Adão, *afresco de Michelangelo, sintetiza alguns aspectos do Renascimento. A representação de uma passagem bíblica demonstra a presença ainda marcante da religiosidade. O encontro entre as mãos de Deus e do homem exaltam a capacidade criativa e elevam o homem a uma condição quase divina. Já a representação do corpo humano remete à Antiguidade Clássica.*

O Renascimento não se restringiu ao mundo italiano. A divulgação do humanismo foi facilitada pelo desenvolvimento da imprensa, ainda no século XV, por Gutenberg, que permitiu a expansão da cultura escrita com maior facilidade e velocidade. Além da Península Itálica, outras regiões, como a dos Países Baixos, de forte desenvolvimento comercial, assistiram à expansão da arte em suas cidades.

Não se deve, no entanto, acreditar que as transformações proporcionadas pelo Renascimento tenham tido ampla difusão no interior das sociedades. As mudanças do período não atingiram a todos os setores sociais, que eram majoritariamente analfabetos, mas ficaram restritas às elites. Além disso, a Renascença foi um movimento urbano, ficando a vida no mundo rural ainda regida pelos valores medievais. De acordo com Laura de Mello e Souza:

> Na verdade, Ciência e Razão eram apenas uma face de realidade bem mais complexa. Enquanto as elites redescobriam Aristóteles ou discutiam Platão na Academia florentina, de Lourenço de Médicis, a quase totalidade da população europeia continuava analfabeta. Praticamente alheia à matematização do tempo, tinha seu trabalho regido ainda por galos e pelos sinos [...] a vida continuava pautada por ritmos sazonais.
>
> SOUZA, Laura *apud* FARIA, Ricardo; MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio. *História.* Belo Horizonte: Lê, 1993.

CARACTERÍSTICAS DO RENASCIMENTO

Humanismo

O humanismo foi resgatado dos textos da Antiguidade Clássica por estudiosos como Petrarca e Bocaccio. Até o século XIV, a leitura e a interpretação desses textos estiveram, em grande parte, controladas pela Igreja, e a retomada deles proporcionou uma alteração na visão a respeito do papel do homem no mundo. A partir de então, o estudo das atividades humanas passou a ser preponderante nas universidades, que se afastavam do teocentrismo medieval e assumiam uma postura cada vez mais laica. O estudo das obras de Heródoto, Platão e Homero ampliou o conhecimento sobre as línguas antigas, permitindo também um aprofundamento nos estudos bíblicos. Vários dos humanistas se dedicaram às questões religiosas, como Erasmo de Rotterdam, que fez uma importante tradução grega do Novo Testamento.

Antropocentrismo

A valorização das atividades humanas veio acompanhada da postura antropocêntrica. Buscando se opor ao teocentrismo medieval, o homem do Renascimento acreditava ser o centro das atenções e o sujeito fundamental para a explicação dos elementos que o rodeavam. Dessa maneira, somente ele poderia decidir seu próprio destino e suas ações deveriam ser glorificadas. Apesar desta convicção renascentista, não se deve acreditar em uma postura radical em relação ao teocentrismo medieval, uma vez que, ainda naquele momento, a mentalidade religiosa se fazia muito presente.

Racionalismo

A valorização da razão foi uma decorrência das transformações observadas ao final do Período Medieval. Fatores como o desenvolvimento do comércio e das atividades financeiras na Baixa Idade Média trouxeram a necessidade dos cálculos das distâncias, do tempo, dos lucros e dos prejuízos. A postura humanista e antropocêntrica colaborou para isso ao considerar o uso da razão como a marca definidora do homem. As verdades, antes buscadas principalmente a partir do viés religioso, poderiam agora ser alcançadas a partir da análise racional que se opunha à rigidez dos dogmas da Igreja, gerando, assim, conflitos entre o clero e alguns estudiosos renascentistas.

Postura crítica

Oriundo do racionalismo, o crescimento da postura crítica também foi uma característica do Renascimento. A desconfiança em relação às tradições e às verdades impostas pela autoridade clerical gerou importantes mudanças naquele contexto. Sendo assim, críticas ao clero, aos valores medievais e à realidade da época passaram a ser mais comuns, apesar da repressão e censura típicas do período.

Individualismo

A postura individualista, típica do homem renascentista e oposta ao coletivismo medieval, pode ser associada ao crescimento da atividade comercial e urbana ainda na Idade Média. O homem do Renascimento se via como distinto do coletivo e detentor de características específicas que o diferenciava dos demais. Como exemplo dessa postura, pode ser citado o fato de as obras de arte do Renascimento serem assinadas por seus autores. O nome, característica individual, presente no quadro chama a atenção para aquele que executou a obra.

Jan Van Eyck

O quadro O Casal Arnolfini*, do holandês Jan Van Eyck, apresenta um casal burguês no interior de sua casa. O detalhamento na representação dos objetos tem como objetivo valorizar a riqueza do casal. A cena do cotidiano foge das tradicionais representações sacras e corresponde à necessidade da burguesia de enaltecer seus valores e modo de vida. A riqueza dos detalhes só foi possível graças às inovações técnicas como a pintura a óleo e a perspectiva. No fundo, acima do espelho, é possível observar a assinatura do pintor.*

Naturalismo

A valorização da natureza e do seu estudo também foi uma característica do Renascimento. Se para muitos homens medievais a natureza era fonte de medo, para os renascentistas, ela deveria ser investigada. Através da observação dos fenômenos naturais, portanto, os renascentistas puderam aguçar seus conhecimentos científicos, assim como o seu espírito crítico. A natureza humana também foi alvo de preocupações, o que fez com que surgissem estudos mais aprofundados sobre o corpo humano. Os estudos sobre o universo e seu funcionamento também foram comuns, dando origens a teorias como a heliocêntrica.

Retomada dos valores Clássicos

A revalorização da cultura greco-romana orientou a postura do homem do Renascimento, principalmente no que se refere à valorização da razão. Textos de Platão e de Aristóteles sofreram novas interpretações que se afastavam daquelas defendidas pela Igreja. É válido ressaltar que essas obras não haviam sido completamente abandonadas durante a Idade Média, tendo sido preservadas nos mosteiros medievais. O humanista Leonardo Bruni afirmou que seria necessário "trazer à luz a antiga elegância de estilo que se perdera e extinguira".

Rafael Sanzio

A escola de Atenas *de Rafael Sanzio reflete a importância da Antiguidade para o Renascimento. A referência a filósofos gregos, como Platão e Aristóteles ao centro, demonstra a preocupação com o racionalismo. O uso da perspectiva e a construção geométrica do quadro são características das obras do período.*

HISTÓRIA

Universalismo

A crença em sua capacidade fazia com que o homem do Renascimento se dedicasse às mais diversas atividades. A especialização em uma determinada área, comum no mundo atual, se contrasta com a postura renascentista, que defendia que o homem universal poderia se destacar em várias áreas do conhecimento humano. Leonardo da Vinci, que era pintor, arquiteto, poeta, engenheiro e escultor, chegou a afirmar:

> Já fiz planos de pontes muito leves [...] sou capaz de desviar a água dos fossos de um castelo cercado [...] Conheço os meios de destruir seja que castelo for [...] Sei construir bombardas fáceis de deslocar [...] galerias e passagens sinuosas que se podem escavar sem ruído nenhum [...], carros cobertos, inatacáveis e seguros, armados com canhões. Estou [...] em condições de competir com qualquer outro arquiteto, tanto para construir edifícios públicos ou privados como para conduzir água de um lugar para outro. E, em trabalhos de pintura ou na lavra do mármore, do metal ou da argila, farei obras que seguramente suportarão o confronto com as de qualquer outro, seja ele quem for.
>
> VINCI, Leonardo da. In: DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento.* Lisboa: Editorial Estampa, 1984. vol. 1. p. 154.

Hedonismo

A busca pelo prazer foi marca do homem moderno, tendo a valorização do mundo temporal e da vida terrena incentivado a procura por prazeres intelectuais e materiais. Os prazeres mundanos foram colocados em destaque, e a preocupação com o tempo humano passou a conviver com o tempo da eternidade, aquele posterior à morte, vinculado ao cristianismo.

Mecenato

O incentivo financeiro foi comum para a produção das obras do Renascimento. Diversos grupos sociais desejavam ver os seus valores representados pelos artistas do período. Igreja, burguesia e nobreza financiavam pinturas e esculturas com a intenção de exaltar seus hábitos e sua visão de mundo. No caso da burguesia, essa necessidade estava vinculada ao desejo dos burgueses de ascenderem a um novo *status* social em meio a uma Europa ainda marcada pela presença de valores aristocráticos.

Busca pela perfeição

As noções de harmonia e simetria são características do Renascimento. A busca pela perfeição e pelo realismo nas obras colaborou para o aprimoramento das técnicas de representação, como a noção de perspectiva, que foi fundamental para as representações mais fiéis da realidade. Os estudos do corpo humano também foram aperfeiçoados, permitindo que a anatomia humana, em seus detalhes, pudesse ser representada nas obras de arte.

Michelangelo Buonarroti

Moisés*, escultura de Michelangelo, denota a preocupação com a representação fiel do corpo humano. Acredita-se que as formas simétricas e a harmonia nas posições do corpo levaram o autor a gritar "Fala!" após sua conclusão.*

RENASCIMENTO ITALIANO

Para a maioria dos autores, o Renascimento atingiu seu auge no norte da Península Itálica. Botticelli, Leonardo da Vinci, Michelangelo e Rafael são apenas alguns dos nomes ligados à grande expressão artística da região, tendo a pintura, a escultura e a arquitetura alcançado o seu esplendor nas cidades italianas.

O desenvolvimento comercial e urbano daquela região foi uma das razões para a força da Renascença italiana, uma vez que o ambiente urbano era mais propício para o desenvolvimento artístico devido à presença de mercadores de várias regiões, o que permitia uma maior troca de informações. Além disso, a existência de uma forte burguesia, que desejava principalmente ver representados os seus valores e princípios, garantiu o financiamento de boa parte das obras de arte.

O mecenato, nesse período, foi muito comum, pois, além da burguesia, a Igreja, com sede em Roma, financiou os artistas do Renascimento, o que proporcionou a realização de grandes obras, como a pintura do teto da Capela Sistina, encomendada pelo papa Julio II, por Michelangelo.

Michelangelo Buonarroti

A pintura do teto da Capela Sistina levou cerca de quatro anos e representa uma série de passagens bíblicas. Michelangelo, que se considerava melhor escultor do que pintor, utilizou a técnica do afresco para realizar o trabalho. Essa técnica, aprimorada no Renascimento, consistia em uma representação pictórica feita sobre parede, com base de gesso ou argamassa.

Outro fator fundamental para o destaque das cidades italianas é o fato de estas se localizarem na região da antiga sede do Império Romano, que preservara parte do patrimônio greco-romano, o que facilitou a busca dos humanistas pelo estudo das obras da Antiguidade Clássica.

A tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 gerou o deslocamento de muitos estudiosos do Império Bizantino para a Península Itálica. Estes levaram consigo uma parte considerável do patrimônio guardado no Império Romano do Oriente, o que foi fundamental para o Renascimento italiano.

RENASCIMENTO E LITERATURA

Além das artes plásticas, a literatura também foi um segmento artístico beneficiado pelo pensamento renascentista. Entre os séculos XIV e XVII, escritores de várias regiões da Europa se destacaram com obras que propagavam os valores antropocêntricos. Dentre eles, pode-se destacar:

- Dante Alighieri: Em *A Divina Comédia*, Dante utilizou o dialeto florentino e não o latim, como era comum nas obras do período, abrindo espaço para a utilização das línguas nacionais.
- Luís de Camões: Em *Os Lusíadas*, poema épico, Camões narra a saga expansionista dos portugueses pelos oceanos. A epopeia, datada do século XVI, retrata as façanhas portuguesas igualando-as a outras grandes aventuras.

> As armas e os barões assinalados
> Que, da ocidental praia lusitana,
> Por mares nunca de antes navegados
> Passaram ainda além da Taprobana,
> Em perigos e guerras esforçados,
> Mais do que prometia a força humana,
> E entre gente remota edificaram
> Novo reino, que tanto sublimaram.
>
> CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas.*

- Miguel de Cervantes: O espanhol narra de maneira paródica as aventuras do fidalgo Dom Quixote de la Mancha e seu fiel escudeiro Sancho Pança. Na obra, os valores exaltados nos romances de cavalaria de origem medieval são satirizados.
- François Rabelais: Em *Gargântua e Pantagruel*, Rabelais misturou elementos de diversos gêneros narrativos com humor popular. Enaltecia os prazeres físicos como a comida, a bebida e o sexo e satirizava o ascetismo religioso.
- William Shakespeare: *Hamlet*, *Romeu e Julieta* e *Otelo* são clássicos do autor inglês. Em seus livros, colocava as paixões humanas como centro das atenções. Em *Hamlet*, afirmou:

> Que obra de arte é o homem: tão nobre no raciocínio, tão vário na capacidade; em forma o movimento, tão preciso e admirável; na ação é como um anjo; no entendimento é como um Deus; a beleza do mundo, o exemplo dos animais.
>
> SHAKESPEARE, William. *Hamlet*.

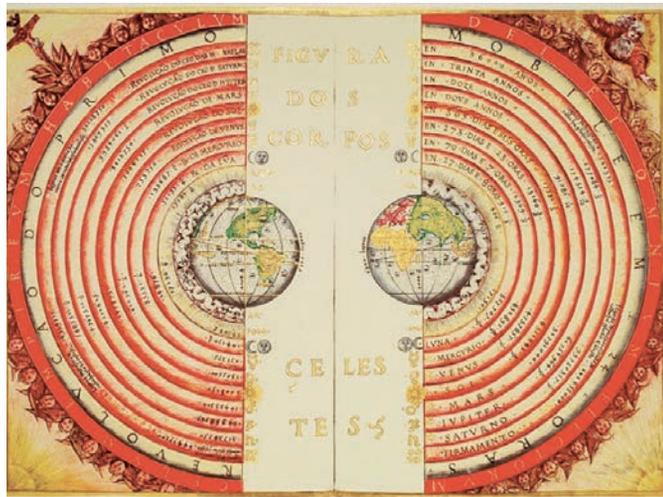
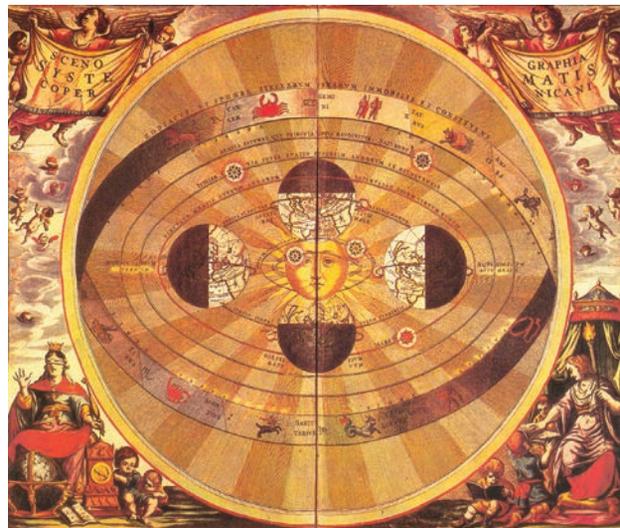
- Thomas Morus: Em seu livro *Utopia*, o autor descreve uma ilha imaginária onde haveria uma sociedade ideal. A noção de utopia (do grego, *utopos* = não lugar) pode ser compreendida como uma crítica de Morus à sociedade europeia.

REVOLUÇÃO CIENTÍFICA

As transformações provocadas pelo Renascimento acarretaram o desenvolvimento de várias áreas do conhecimento humano, sendo que, ao longo dos séculos XVI e XVII, essas transformações deram forma às ciências modernas. Esse conjunto de mudanças ficou conhecido como Revolução Científica. A valorização da razão, da experiência e da observação favoreceu a expansão do conhecimento científico e a alteração de concepções a respeito do funcionamento da natureza e da vida em sociedade.

A mais importante desmitificação ocorrida nesse período se relacionou à concepção geocêntrica do Universo. De acordo com essa teoria, a Terra seria o centro do Universo e os demais astros girariam ao seu redor. Essa noção foi defendida pela Igreja durante a Idade Média e baseava-se nas concepções do grego Ptolomeu. Ainda na Idade Moderna, essa era a posição oficial da Igreja sobre o tema, o que gerou conflitos com estudiosos da época.

Para Nicolau Copérnico e Galileu Galilei, contemporâneos do Renascimento, no entanto, a Terra não seria um astro fixo e, sim, um astro móvel que estaria orbitando em torno do Sol. O heliocentrismo, forma como é conhecida essa teoria, afrontava um dos principais dogmas do catolicismo.

Para Galileu, a tradição e a autoridade dos antigos sábios não eram fontes de conhecimento científico, pois, de acordo com ele, “o livro da natureza é escrito em caracteres matemáticos”. Por suas ideias, Galileu foi perseguido pela Igreja, enquanto Giordano Bruno, por defender a noção de um Universo infinito, foi condenado e morto pela Inquisição.

O mapa apresenta a concepção geocêntrica. Nele, os astros do sistema solar aparecem orbitando a Terra, um corpo fixo.

Nesse mapa, o Sol é apresentado como fixo e a Terra gira ao seu redor.

Assim como os cosmógrafos, outros pensadores se destacaram no contexto renascentista. Entre eles, certamente está René Descartes, que foi um importante filósofo do período e é considerado um dos pais do racionalismo. É dele a máxima “Penso, logo existo”, assim como a elaboração da noção de dúvida metódica. Os ingleses John Locke e Francis Bacon defendiam o empirismo e acreditavam que a experiência e a observação eram caminhos para a verdade. Já o físico Isaac Newton buscou leis universais para o funcionamento do universo a partir da observação de fenômenos particulares.

LEITURA COMPLEMENTAR

Os vários Renascimentos

Houve vários “Renascimentos” na Idade Média, manifestamente no século XII e de forma mais discreta na época de Carlos Magno. Em ambos os casos, houve uma combinação de feitos artísticos e literários com um reavivar do interesse pela educação clássica, e também, em ambos os casos, houve alguns contemporâneos que descreveram a sua época como sendo de regeneração, renascimento ou renovação. Alguns espíritos mais audazes, nomeadamente Arnold Toynbee na sua obra *A Study of History,* foram ainda mais longe e descobriram Renascimentos fora da Europa Ocidental, quer em Bizâncio, no mundo islâmico, ou mesmo no Oriente [...]

Houve de fato um Renascimento? Se descrevermos o Renascimento em termos de púrpura e ouro, como um milagre cultural isolado, ou como o súbito emergir da modernidade, a minha resposta será “não”. Os arquitetos do Renascimento produziram obras-primas, mas também os mestres maçons do período gótico o fizeram. A Itália do século XVI teve o seu Rafael, mas o Japão do século XVIII teve o seu Hokusai. Maquiavel foi um poderoso e original pensador, mas também o foi o historiador Ibn Khaldun, que viveu no norte de África durante o século XIV. Se, no entanto, o termo “Renascimento” for usado – sem prejuízo para os feitos da Idade Média, ou para os do mundo não europeu – para referir um importante conjunto de mudanças na cultura ocidental, então pode ser visto como um conceito organizador que ainda tem o seu uso.

BURKE, Peter. *O Renascimento italiano* - Cultura e Sociedade na Itália. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG) O Renascimento teve o seu berço na Itália em razão de vários fatores, **EXCETO**

A) a existência de uma economia que possibilitou investimentos na produção cultural.

B) a preocupação da burguesia de obter afirmação social, transformando-se nos grandes mecenas.

C) a presença de uma tradição clássica muito forte, pois a região foi o centro do Império Romano.

D) a influência da cultura bizantina e sarracena com a chegada de intelectuais, quando da tomada de Constantinopla em 1453.

E) a supremacia militar do Império Italiano na Europa, o que permitia o controle das principais rotas e do mercado financeiro.

02. (UFMG) Leia este trecho, em que se faz referência à construção do mundo moderno:

[...] *os modernos são os primeiros a demonstrar que o conhecimento verdadeiro só pode nascer do trabalho interior realizado pela razão, graças a seu próprio esforço, sem aceitar dogmas religiosos, preconceitos sociais, censuras políticas e os dados imediatos fornecidos pelos sentidos*.

CHAUÍ, Marilena. *Primeira filosofia*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 80.

A partir da leitura desse trecho, é **CORRETO** afirmar que a formação do mundo moderno se caracteriza por

A) uma nova postura com relação ao conhecimento, a qual transforma o modo de entendimento do mundo e do próprio homem.

B) uma ruptura com as concepções antropocêntricas, a qual modifica as relações hierárquicas senhoriais.

C) uma ruptura com o mundo antigo, a qual caracteriza um distanciamento do homem face aos diversos movimentos religiosos.

D) adaptações do pensamento contemplativo, as quais reafirmam a primazia do conhecimento da natureza em relação ao homem.

03. (UFPI–2010) *O Renascimento implicaria uma redescoberta do homem, fazendo com que o teocentrismo da Idade Média cedesse lugar ao antropocentrismo* [...] *O Renascimento não é senão a passagem, lenta e gradual, da Idade* Média para a época moderna.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Sobre o Renascimento Cultural na Europa, podemos afirmar que

I. se caracterizou pelo impulso na elaboração de estudos do homem e da natureza. O homem teria capacidade de, utilizando-se da razão, encontrar explicações racionais para os fenômenos naturais.

II. tinha na Antiguidade Oriental, particularmente na cultura bizantina, seu mais sofisticado modelo, sendo a praça de São Marcos, em Veneza, um marco da arquitetura renascentista de inspiração oriental.

III. a Itália foi um dos principais centros de produção cultural renascentista, tendo em Nicolau Maquiavel, Giordano Bruno e Michelangelo nomes de destaque do período.

IV. foi um movimento artístico que atingiu particularmente a produção literária, enquanto as artes plásticas, mesmo na Itália, davam continuidade ao gosto artístico medieval.

Para responder, use a chave adiante.

A) Somente as afirmativas I e IV são corretas.

B) Somente a afirmativa III é correta.

C) Somente as afirmativas I e III são corretas.

D) Somente a afirmativa II é errada.

E) Somente a afirmativa IV é errada.

04. (UFMG) Renascimento, Expansão Marítima e Comercial Europeia, Estado Nacional, Reforma são assuntos que necessariamente devem ser relacionados, pois o processo histórico que envolve a Europa Ocidental na época é globalizante e os fatos se interpenetram.

A afirmativa anterior pode ser considerada

A) VERDADEIRA – pois os fenômenos históricos da época, para a região assinalada, não podem ser tomados em separado, sob pena de não entendimento do processo histórico do Ocidente.

B) FALSA – pois o Renascimento foi um movimento intelectual, artístico, sem nenhuma relação com o processo da evolução comercial, política ou religiosa europeia.

C) FALSA – pois o Estado Nacional teve seus fundamentos em etapa posterior, principalmente no século XVIII, com a Revolução Francesa, enquanto os demais movimentos indicados são do século XVI.

D) VERDADEIRA – se entendermos o Renascimento e a Expansão Marítima e Comercial Europeia como um só fato, o do Renascimento Comercial no Ocidente Mediterrâneo.

E) FALSA – pois o movimento comercial europeu estava ligado exclusivamente ao fechamento do Mediterrâneo pelos turcos, em nada se relacionando com o Renascimento ou a Reforma, questão de fundo religioso.

05. (Unimontes-MG–2007) Leia os textos.

A experiência, que é a madre das coisas, nos desengana e de toda dúvida nos tira.

Duarte Pacheco

Demasiada luz é agressiva; demasiada sombra impede-se que se veja.

Leonardo da Vinci

Não existe beleza extraordinária que não tenha alguma peculiaridade na proporção.

Francis Bacon

Que bela obra de arte é o homem, tão nobre no raciocínio, tão vário na capacidade [...] *no entendimento é como um deus.*

William Shakespeare

Todos esses autores viveram no início da Idade Moderna e seus pensamentos, expressos nesses textos, revelam a valorização do / da(s)

A) estética barroca e da crença inabalável nas explicações religiosas.

B) experimentação, observação, equilíbrio, comprovação dos fatos e humanismo.

C) teorias acerca do poder dos reis e da origem e do funcionamento do universo.

D) ressurgimento da vida urbana e da proliferação das universidades.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (FUVEST-SP–2008) Nos séculos XIV e XV, a Itália foi a região mais rica e influente da Europa. Isso ocorreu devido à

A) iniciativa pioneira na busca do caminho marítimo para as Índias.

B) centralização precoce do poder monárquico nessa região.

C) ausência completa de relações feudais em todo o seu território.

D) neutralidade da Península Itálica frente à guerra generalizada na Europa.

E) combinação de desenvolvimento comercial com pujança artística.

02. (UFTM-MG–2007) *O Renascimento Cultural teve sua origem nas mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas a partir da Baixa Idade Média. Foram transformações dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições, dos valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e que atingiram a alta burguesia e a nobreza, excluindo os demais segmentos da sociedade.*

MOTA, Myriam; BRAICK, Patrícia. *História*: das cavernas ao Terceiro Milênio.

Entre as transformações a que as autoras se referem, é **CORRETO** mencionar

A) a afirmação dos Estados liberais, sob controle da burguesia, a partir da retomada do estudo do Direito Romano nas universidades.

B) o desenvolvimento das atividades mercantis, que fez surgir uma nova camada social interessada em valorizar o indivíduo e a razão.

C) o fortalecimento da autoridade dos doutores da Igreja Católica, que defendiam a fé como meio de compreensão da realidade material.

D) a ascensão política das camadas populares, que questionaram a visão de mundo centrada em Deus e incentivaram a crítica e a experimentação.

E) a consolidação do sistema fabril, substituindo as corporações medievais, devido às novas exigências da economia autossuficiente.

03. (UFG–2007) *Não houve preocupação com as consequências da revolução copernicana senão depois de Giordano Bruno ter extraído dela certas conseqüências filosóficas. Bem depressa Giordano Bruno estava a afirmar a infinidade do mundo. Rejeitava, pois, por completo, a noção de "centro do universo". O Sol, perdido o lugar privilegiado que Copérnico lhe atribuía, era um sol entre outros sóis, uma estrela entre estrelas.*

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 147 (Adaptação).

O texto refere-se à importância dos pronunciamentos de Giordano Bruno para a constituição da noção moderna de Universo, que se relaciona com

A) a definição de um Universo concebido como fechado e finito.

B) o abandono da ideia de um Universo criado por Deus.

C) a ruptura da concepção geocêntrica do Universo.

D) a percepção de que o Universo é contido numa esfera.

E) a compreensão heliocêntrica do Universo.

04. (UFF-RJ–2006) O início dos tempos modernos é associado ao Renascimento, no qual se destacavam, entre outras características, a descoberta do homem e do mundo.

Considerando essa afirmação, assinale a alternativa que **MELHOR** interpreta o espírito moderno da Renascença em sua relação com a Expansão Marítima e com as grandes descobertas do período.

A) O fato de Galileu, no século XV, descobrir a "luneta", propiciando um novo olhar sobre o mundo e denominando a América de Novo Mundo.

B) A combinação entre os conhecimentos da cosmologia do século XII com a ciência da astronomia renascentista que denominou de Novo Mundo ao conjunto formado pela América, África e Ásia.

C) A renovação do conhecimento sobre a natureza e o cosmos realizada no Renascimento e que atribui à América a denominação de Novo Mundo.

D) A reunião dos novos conhecimentos da Renascença com a cosmologia oriental, explicando o porquê de a América e a Ásia serem os continentes denominados de Novo Mundo.

E) Os movimentos de circulação de trocas, estruturados a partir das necessidades que o Renascimento tinha de aumentar a sua influência sobre o mundo oriental, fazendo da Ásia o Novo Mundo.

05. (PUC Rio–2011) *Meu falecido pai, de memória abençoada, fez todo esforço para que eu pudesse alcançar excelência mental e técnica. O fruto dos meus estudos e trabalhos alcançou o seu desejo mais querido. Mas você pode perceber que, para a educação, as condições não eram favoráveis como são hoje. Nem eu tive professores tão capazes como você. Nós ainda estávamos na idade das trevas.* [...] *Agora, pela graça de Deus, a luz e a dignidade foram restituídas às letras e eu vivi para vê-lo. Hoje as antigas ciências estão restauradas* [...] *As línguas restituídas: o grego* [...]*; o hebraico e o latim* [...] *Hoje o mundo está repleto de homens sábios* [...] *Mas lembre-se disso, a sabedoria de nada lhe servirá se você não amar e temer a deus* [...] *Seu pai, Gargantua.*

RABELAIS, François. *Carta de Gargantua a Pantagruel*, 1532.

São características do humanismo renascentista indicadas nesse texto, **EXCETO**

A) a crítica à Idade Média, percebida como período de trevas.

B) a valorização de uma educação laica e a abertura das bibliotecas monásticas.

C) o desejo de renovar a fé cristã mediante a tradução e circulação dos textos sagrados.

D) a retomada do patrimônio cultural e literário da Antiguidade Clássica.

E) o otimismo em relação aos avanços humanos no campo da educação.

06. (UFU-MG) *Sempre que se evoca o tema do Renascimento, a imagem que imediatamente nos vem à mente é a dos grandes artistas plásticos e de suas obras famosas* [...] *As artes plásticas acabaram se convertendo num centro de convergência de todas as principais tendências da cultura renascentista. E, mais do que isso, acabaram espelhando, através de seu intenso desenvolvimento nesse período, os impulsos mais marcantes do processo de evolução das relações sociais e mercantis*.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 1994. p. 25.

De acordo com o trecho anterior, o papel central das artes plásticas na cultura renascentista está relacionado aos "impulsos mais marcantes do processo de evolução das relações sociais e mercantis" porque

I. expressavam o caráter sacro e piedoso do humanismo, revalorizando a tradição medieval e procurando reconciliar razão e fé, que se encontravam dissociadas a partir do predomínio do racionalismo burguês nas transações mercantis.

II. expressavam o desejo da nascente burguesia de construir uma nova imagem da sociedade em que ela teria papel central, contrapondo-se aos valores da sociedade medieval que privilegiavam o clero e a nobreza.

III. expressavam o ideal de beleza relacionado ao sentido de permanência atemporal, imutável, tomado de empréstimo às artes do mundo antigo e que serviam como contraponto à velocidade e à intensidade das inovações e das transformações vividas pelas sociedades europeias modernas.

IV. expressavam como a cultura tornou-se um campo de luta privilegiado, onde a produção artística deveria transmitir valores e princípios importantes para a consolidação da sociedade moderna, como o antropocentrismo, a razão, a positividade da riqueza material, o desejo de conhecimento e o domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico.

Assinale a alternativa que contém as afirmativas **CORRETAS**.

A) Apenas II e III

B) Apenas I e III

C) Apenas III e IV

D) Apenas II e IV

07. (FUVEST-SP–2006) *As guerras que, há algum tempo, horrorizaram a Europa, as pestes e fomes na Espanha, as rebeliões na Nova Espanha foram causadas por qual cometa? Nenhum. Portanto, os males que porventura aconteçam não serão causados pelo cometa de agora, ainda que as autoridades se empenhem em prová-lo*.

SIGÜENZA Y GONGORA, Carlos de., astrônomo mexicano, 1680.

Com base no texto, é **CORRETO** afirmar que

A) essa perspectiva nada tinha de inovadora, pois a ciência moderna já havia sido reconhecida pelas autoridades civis e eclesiásticas na Espanha desde o início do século XVII.

B) a opinião do autor é de exclusivo caráter político, não se podendo estabelecer relações com debates e posições sobre astronomia e ciência moderna.

C) a perspectiva crítica sobre a relação entre a passagem dos cometas e as catástrofes terrenas fazia parte dos manuais religiosos dos jesuítas desde o início do século XVII.

D) a visão do autor surpreende, pois, no México colonial, não havia universidades, imprensa ou uma vida cultural que possa explicar afirmações semelhantes.

E) a visão do autor era a de um estudioso que, mesmo vivendo no México colonial, tomava posição na defesa dos conhecimentos científicos mais avançados produzidos na Europa.

08. (UFG–2007) Compare as duas imagens.

Iluminura do Saltério de Ingeborg (anterior a 1210)

Cenas da vida da Virgem (1304-1306), de Giotto. (Detalhe)

Um elemento de distinção entre elas, responsável pelo surgimento de uma arte tipicamente renascentista, expressa-se por meio da

A) introdução da perspectiva ou do efeito de profundidade na composição da pintura.

B) produção da pintura considerando a figuração bidimensional.

C) elaboração de imagens antirrealistas, com apelo ao sagrado.

D) atribuição de destaque às figuras sagradas, conforme a hierarquia religiosa.

E) composição da pintura com base na representação de figuras sem volume.

09. (UFMG) No amplo conjunto de transformações ligadas ao advento do mundo moderno, destaca-se um fenômeno que pode ser chamado Revolução Científica. Tal processo, relacionado ao trabalho de homens como Kepler, Copérnico e Newton, entre outros, levou a profundas mudanças nas concepções acerca da construção do saber.

Considerando-se as condições que tornaram possível o advento da Revolução Científica, é **CORRETO** afirmar que

A) os avanços científicos foram estimulados pelas tendências humanista e racionalista emergentes na época.

B) o trabalho dos cientistas foi facilitado pelo processo de crescimento da influência exercida pela Igreja Católica.

C) as descobertas da ciência moderna se tornaram viáveis a partir de uma postura de completo rompimento com o passado.

D) a renovação da ciência foi estimulada pela queda do absolutismo russo, que abriu a Europa Oriental ao contato com o Ocidente.

10. (UFMG) Observe estas duas figuras:

CELLARIUS, Andreas. *Map of the heavens*.
A book of postcards. The Britsh Library. San Francisco:
Pomegranate Artbooks, 1993.

Essas figuras fazem parte da coleção de mapas celestes reunidos, no livro *Atlas Celestial da Harmonia*, por Andreas Cellarius, que pretendia divulgar as descobertas nas ciências e na arte de seu tempo.

1. **ANALISE** a principal diferença entre os dois sistemas de representação do cosmos configurados nesses dois mapas celestes.

2. **RELACIONE** a mudança de concepção do cosmos representada nesses mapas com as transformações que ocorriam, na época, no campo da arte e da ciência.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–1999) [...] *Depois de longas investigações, convenci-me por fim de que o Sol é uma estrela fixa rodeada de planetas que giram em volta dela e de que ela é o centro e a chama. Que, além dos planetas principais, há outros de segunda ordem que circulam primeiro como satélites em redor dos planetas principais e com estes em redor do Sol.* [...] *Não duvido de que os matemáticos sejam da minha opinião, se quiserem dar-se ao trabalho de tomar conhecimento, não superficialmente mas duma maneira aprofundada, das demonstrações que darei nesta obra. Se alguns homens ligeiros e ignorantes quiserem cometer contra mim o abuso de invocar alguns passos da Escritura (sagrada), a que torçam o sentido, desprezarei os seus ataques: as verdades matemáticas não devem ser julgadas senão por matemáticos.*

COPÉRNICO, N. *De Revolutionibus orbium caelestium*.

Aqueles que se entregam à prática sem ciência são como o navegador que embarca em um navio sem leme nem bússola. Sempre a prática deve fundamentar-se em boa teoria. Antes de fazer de um caso uma regra geral, experimente-o duas ou três vezes e verifique se as experiências produzem os mesmos efeitos. Nenhuma investigação humana pode se considerar verdadeira ciência se não passa por demonstrações matemáticas.

VINCI, Leonardo da. *Carnets*.

O aspecto a ser ressaltado em ambos os textos para exemplificar o racionalismo moderno é

A) a fé como guia das descobertas.

B) o senso crítico para se chegar a Deus.

C) a limitação da ciência pelos princípios bíblicos.

D) a importância da experiência e da observação.

E) o princípio da autoridade e da tradição.

02. (Enem–2001) O franciscano Roger Bacon foi condenado, entre 1277 e 1279, por dirigir ataques aos teólogos, por uma suposta crença na alquimia, na astrologia e no método experimental, e também por introduzir, no ensino, as ideias de Aristóteles. Em 1260, Roger Bacon escreveu:

Pode ser que se fabriquem máquinas graças às quais os maiores navios, dirigidos por um único homem, se desloquem mais depressa do que se fossem cheios de remadores; que se construam carros que avancem a uma velocidade incrível sem a ajuda de animais; que se fabriquem máquinas voadoras nas quais um homem [...] *bata o ar com asas como um pássaro.* [...] *Máquinas que permitam ir ao fundo dos mares e dos rios.*

apud. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*: séculos XV-XVIII, São Paulo: Martins Fontes, 1996. vol. 3.

Considerando a dinâmica do processo histórico, pode-se afirmar que as ideias de Roger Bacon

A) inseriam-se plenamente no espírito da Idade Média ao privilegiarem a crença em Deus como o principal meio para antecipar as descobertas da humanidade.

B) estavam em atraso com relação ao seu tempo ao desconsiderarem os instrumentos intelectuais oferecidos pela Igreja para o avanço científico da humanidade.

C) opunham-se ao desencadeamento da Primeira Revolução Industrial ao rejeitarem a aplicação da matemática e do método experimental nas invenções industriais.

D) eram fundamentalmente voltadas para o passado, pois não apenas seguiam Aristóteles, como também baseavam-se na tradição e na teologia.

E) inseriam-se num movimento que convergiria mais tarde para o Renascimento, ao contemplarem a possibilidade de o ser humano controlar a natureza por meio das invenções.

03. As imagens a seguir são de duas esculturas que retratam o mesmo personagem, o herói bíblico Davi. Observe:

Davi, *Michelangelo (1501)*

David, *Bernini (1623)*

A partir da interpretação das obras de arte, depreende-se que ambas

A) são fruto do Renascimento, movimento artístico moderno que, através do naturalismo, valoriza a contemplação da inércia do corpo humano.

B) representam o ateísmo do homem moderno que, em busca da razão, passou a refutar as temáticas ligadas ao cristianismo.

C) buscam se reaproximar dos valores artísticos medievais que prezavam pela representação da simetria humana.

D) podem ser consideradas produtos da genialidade de homens que, por estarem a frente do seu tempo, não representaram valores culturais contemporâneos a si.

E) refletem as constantes mudanças das produções artísticas, que são resignificadas de acordo com o contexto histórico em que estão inseridas.

GABARITO

Fixação

01. E 02. A 03. C 04. A 05. B

Propostos

01. E	04. C	07. E
02. B	05. B	08. A
03. C	06. D	09. A

10. 1. O aluno deve ser capaz de identificar e analisar as diferenças entre os dois sistemas cosmológicos apresentados: o geocêntrico e o heliocêntrico. O primeiro representa a Terra como o centro do universo e é típico da mentalidade do homem medieval, já o segundo tem o Sol como centro e é fruto das mudanças do início da chamada Idade Moderna.

    2. A diferença entre as duas representações pode ser associada às transformações na mentalidade do homem moderno, como a crescente valorização da razão, o antropocentrismo, a valorização do empirismo, entre outras.

Seção Enem

01. D 02. E 03. E

HISTÓRIA

Reforma e Contrarreforma

MÓDULO 08 FRENTE A

O processo de divisão da cristandade ocidental ocorrido no século XVI, durante a Idade Moderna, recebe o nome de Reforma Protestante. A formação dos Estados Modernos, o fortalecimento da classe burguesa, a crescente valorização da razão e do individualismo e o aperfeiçoamento da imprensa foram fundamentais para o sucesso dos movimentos de contestação à Igreja. O controverso comportamento do clero católico e a dificuldade da Igreja em satisfazer uma espiritualidade cada vez mais complexa também proporcionaram o ambiente para as críticas dos reformistas.

A cisão com a Igreja Católica provocada pela Reforma foi precedida por outras contestações, que, no entanto, não causaram um abalo definitivo na religiosidade da Europa Ocidental. É fundamental, portanto, a compreensão dos fatores que permitiram a eclosão dos movimentos reformistas no século XVI.

PRECURSORES DOS MOVIMENTOS REFORMISTAS

Durante o Período Medieval, não foram incomuns as contestações à Igreja. Em 1054, por exemplo, houve a divisão da cristandade. Nesse contexto, foram formadas a Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa com sede em Constantinopla, no Império Bizantino. O questionamento da autoridade papal pelos patriarcas de Bizâncio foi um dos principais fatores que levou à ruptura. Além disso, a ação dos iconoclastas, que criticavam a adoração de imagens religiosas e denunciavam a idolatria, também foi fundamental para o Cisma.

Outro ponto de divergência envolvendo os cristãos se relacionou às heresias (termo originário do grego *hairesis*, que significa escolher), que ameaçavam a Igreja desde os seus momentos iniciais. É possível afirmar, porém, que tais manifestações foram mais intensas nos séculos XII e XIII, quando as heresias deixaram de se restringir ao campo filosófico e teórico e passaram a se caracterizar pelo seu cunho popular assentado sobre uma nova visão ética da instituição eclesiástica e do cristianismo como religião vigente na sociedade ocidental. Os cátaros, os valdenses e os franciscanos são exemplos desses grupos que contestavam aspectos da doutrina religiosa.

Diante do avanço das heresias, a Igreja decidiu institucionalizar as formas de repressão. Assim, em 1229, durante o Concílio de Toulouse, foi criado oficialmente o Tribunal do Santo Ofício. Os dominicanos, que compunham uma importante ordem eclesiástica, possuíam papel destacado na organização da nova instituição, cabendo-lhes a tarefa de inquirir e condenar os heréticos.

> O processo movido contra o herético muitas vezes era feito de tal modo que o acusado ignorava o nome do próprio acusador, sendo que mulheres, escravos ou crianças podiam servir de testemunhas da acusação, mas nunca da defesa. Para obter a confissão podia-se utilizar métodos que não deixavam de ser, de certa forma, torturas, como, por exemplo, a fadiga, propositalmente provocada, ou o enfraquecimento físico do acusado. Uma vez apurada a culpa, concedia-se ao réu um prazo para que se apresentasse espontaneamente ao tribunal. Caso isso não ocorresse, poderia ser denunciado pelo inquisidor e ser preso. Em caso de confissão da culpa, dava-se ao acusado a oportunidade de retratar-se, sendo que, neste caso, deveria submeter-se a uma série de penitências, flagelações, peregrinações e, em casos mais graves, à prisão. Porém, como já dissemos anteriormente, se o acusado persistisse em seu pecado, era julgado e entregue ao braço secular que, por sua vez, o conduzia à fogueira.
>
> NACHMAN, Falbel. *Heresias Medievais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

Francisco Goya

Cena de Inquisição. *A cena apresenta a atuação da Inquisição, presente mesmo no século XIX.*

No século XIV, o chamado Cisma do Ocidente voltou a ameaçar a autoridade eclesiástica. Naquele contexto, a autoridade real francesa, em processo de fortalecimento, e a autoridade papal duelaram forças, tanto que, após o episódio conhecido como Cativeiro de Avignon – quando o papa Clemente V foi mantido à força na cidade de Avignon, na França –, a cristandade conviveu com a existência de dois papas, o romano e o francês. Somente em 1417, ou seja, cerca de 70 anos após o início dos conflitos, durante o Concílio de Constança, o Cisma foi superado. Naquele ano, o papado foi restabelecido em Roma, anulando, assim, a resistência francesa.

Ainda no século XIV, o professor da Universidade de Oxford, John Wycliffe (1324-1384), foi responsável pela primeira tradução da Bíblia para o inglês, o que representava, naquele período, uma ameaça ao monopólio dos textos sagrados pelo clero. Seus seguidores, os lollardos, criticavam a hierarquia da Igreja e acreditavam que a salvação poderia ser obtida pela fé. Em reação à expansão de suas ideias, mesmo após a morte, a Igreja decretou que os textos de Wycliffe fossem destruídos e que seus restos mortais fossem exumados e queimados em cerimônia pública.

John Foxe

Exumação e cremação dos ossos de John Wycliffe. Book of Martyes - 1563

Por fim, vale ressaltar o Movimento Hussita, que foi influenciado pelas contestações de Wycliffe e deve o nome ao seu principal líder, Jan Huss. Nascido na região da Boêmia, o padre criticava o luxo e a corrupção do clero, além de denunciar a venda de indulgências, ou seja, a concessão do perdão mediante o pagamento. A morte de Jan Huss na fogueira, executada após a sua condenação pelo Concílio de Constança (1415), deu início às chamadas Guerras Hussitas.

Como pode se perceber, o alto clero cristão se mostrou intolerante diante daqueles que ameaçavam sua primazia. Ainda assim, a repressão não se mostrou capaz de calar os críticos, tanto que, no século XVI, estes amadurecem seus discursos.

ANTECEDENTES DA REFORMA PROTESTANTE

Os movimentos reformistas do século XVI aconteceram em um ambiente propício para a divulgação de suas ideias. As contestações produziram efeitos mais incisivos no interior da cristandade e, ao contrário das anteriores, provocaram a divisão da Igreja Católica na Europa Ocidental.

Entre os fatores que facilitaram a disseminação dos ideais reformistas, está a postura renascentista do homem, afinal, a difusão do humanismo permitiu a expansão de uma nova visão sobre o homem e o mundo que o cercava. Essa nova perspectiva refletiu-se na relação entre os homens e o sagrado e permitiu o surgimento de novas concepções religiosas. A postura crítica, principalmente em relação ao Período Medieval, se dirigia também à Igreja e aos membros do clero. Dogmas, como o geocentrismo, passaram a ser contestados a partir da valorização da experiência e da observação em oposição à crença exclusiva nas autoridades religiosas.

O individualismo, que também ganhava força na ocasião, levava à percepção de que a relação entre o homem e Deus poderia existir sem a mediação do clero. A postura individualista incentivou ainda a leitura da Bíblia e o surgimento de novas interpretações dos textos sagrados. Membros do clero, como Erasmo de Rotterdam, influenciados por essa postura, dirigiram suas críticas ao despreparo do clero e ao caráter belicoso de alguns papas.

O desenvolvimento da imprensa de tipos móveis por Gutenberg, ainda no século XV, também colaborou para a expansão das ideias reformistas. A ampliação do público leitor, já que os livros anteriormente eram acessíveis a uma minoria, permitiu o acesso de um maior número de pessoas aos textos bíblicos e aos textos dos reformadores. Apesar dos altos índices de analfabetismo entre os europeus, as leituras individuais se tornaram mais comuns, reforçando, portanto, o individualismo e o surgimento de novas interpretações religiosas.

Ainda no contexto de transição da Idade Média para a Idade Moderna, verificou-se o fortalecimento do poder real, o que representou um obstáculo ao poder supranacional exercido pela Igreja na Idade Média. Se em alguns casos a Igreja colaborou para tal fortalecimento, justificando o caráter divino dos reis, em outros, a intervenção do papado nos assuntos dos Estados e a cobrança do dízimo eram vistas como ameaças à soberania dos monarcas, favorecendo, assim, a proliferação de religiões reformadas. Vale ressaltar que as riquezas e as terras da Igreja eram alvos de cobiça dos reis e da nobreza europeia. Ao longo da Reforma, portanto, vários nobres conseguiram se apropriar desses bens, que representavam alternativas para o aumento de seu poder.

Outra importante facção social que se indispôs com a Igreja foi a burguesia, afinal, os clérigos condenavam o lucro exagerado e a usura. Tais práticas, consideradas pecaminosas, se expandiam desde a Baixa Idade Média e foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. A interferência clerical no mundo secular significava, desse modo, um entrave às atividades dos comerciantes.

Por fim, a crítica que mais gerou repercussão entre os europeus se relacionava à venda das indulgências, que despertou a fúria de alguns reformistas, como Martinho Lutero. O monopólio da salvação pelo clero era contestado e a venda do perdão era tida como inadmissível.

Diante de tanta pressão, as contestações se contrastavam com o despreparo e os abusos dos membros do clero, afinal, o desconhecimento das escrituras, a quebra do celibato e a corrupção eram comuns no período.

REFORMA LUTERANA

O Sacro Império Germânico

O Sacro Império Germânico, situado em grande parte na região da atual Alemanha, era marcado pela descentralização política. Apesar da existência do imperador, seu poder era limitado pela atuação dos príncipes que compunham a nobreza de origem germânica. Carlos V, da dinastia dos Habsburgo, que também reinava na Espanha, era o imperador e desejava concentrar o controle dos reinos germânicos nas suas mãos no contexto em que ocorreu a Reforma.

Apesar da sua vontade, Carlos V necessitava do consentimento dos demais nobres alemães para intervir diretamente nos assuntos do Sacro Império.

Além da descentralização, persistiam, na região, características do Período Medieval, como a servidão em larga escala. Entre outras consequências, a fragmentação política facilitava as interferências da Igreja, que, além de cobrar impostos, era grande proprietária de terras na região. A venda de indulgências também era comum e a influência da Igreja tendia ao crescimento, já que Carlos V possuía fortes ligações com o papado.

Principados do Sacro Império Romano-Germânico (1512)

A eclosão da Reforma

Em 1517, a intensificação da venda das indulgências, decretada pelo papa Leão X com o objetivo de construir a Basílica de São Pedro, despertou a indignação do monge agostiniano Martinho Lutero. No mesmo ano, na véspera do dia de Todos os Santos, foram afixadas nas portas da Igreja de Wittenberg, na região da Saxônia, as 95 teses de Lutero que se opunham à venda de indulgências. O modo como foram tornadas públicas as insatisfações fazia parte de um costume de divulgação de pontos de vista comum naquele período. Além disso, as teses foram escritas em latim, o que significava que teriam leitura restrita. Nas teses, Lutero, além de criticar a venda das indulgências, questionava a autoridade papal para conceder o perdão e defendia que a salvação só poderia ser obtida pela fé.

Tese 21

Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.

Tese 24

Por isso, a maior parte do povo está sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena.

A reação da Igreja ocorreu em 1520. Por meio de uma bula papal, Lutero foi convocado a renegar suas ideias, sob pena de excomunhão. Ao receber a advertência, Lutero se recusou a acatar as ordens do papa e queimou o documento que havia recebido. Assim, como fora estabelecido pela bula, Lutero foi punido com a excomunhão em 1521. Naquele mesmo ano, a Dieta de Worms, assembleia que contava com a participação dos príncipes do Sacro Império e com a presença de Lutero, foi convocada pelo imperador Carlos V. Na reunião, após reafirmar o teor de suas críticas, Lutero foi obrigado a deixar o território alemão.

> Se eu não estiver convencido de erro pelo testemunho das Escrituras ou pela razão clara não posso retratar-me nem me retratarei de coisa alguma, pois não é seguro nem honesto agir contra a própria consciência. Deus me ajude. Amém.
>
> Martinho Lutero

Após decretada sua expulsão, Lutero teve o apoio de Frederico da Saxônia e refugiou-se em suas terras. O apoio da nobreza alemã foi fundamental para o sucesso do movimento luterano, mas, é válido ressaltar que os nobres estavam interessados na redução do poderio da Igreja, bem como na apropriação das terras clericais. Enquanto esteve refugiado, Lutero dedicou-se a uma de suas principais realizações: a tradução da Bíblia para o alemão.

Assim como Frederico da Saxônia, outros príncipes colaboraram para a Reforma financiando a divulgação dos princípios luteranos. Isso permitiu que as propostas reformistas circulassem e se fortalecessem em outras regiões do Império. Entre os camponeses, tais ideias também passaram a circular, levando ao surgimento de grupos mais radicais, como o dos anabatistas.

Lucas Cranach

Frontispício de um panfleto de Sylvias, Alemanha, 1524. *Foi comum, no período, a divulgação dos ideais religiosos por meio das gravuras. Para a maioria da população analfabeta, as imagens explicitavam as posições da Igreja e dos reformistas. Na primeira imagem, é possível perceber a crítica ao papa e ao clero, retratados de modo monstruoso no momento da venda de indulgências. Na segunda, Lutero, também deformado, aparece de mãos dadas com o Diabo.*

Os anabatistas, que acreditavam que o batismo só deveria ser feito após a vida adulta, possuíam uma visão radical a respeito da Reforma. Liderados por homens como Thomas Munzer, os camponeses se levantaram e promoveram invasões a propriedades da nobreza por todo o Império. No ano de 1524, mais de 300 mil lutaram pelas suas ideias, por acreditarem que:

- Era dever do verdadeiro cristão a realização do reino de Deus na Terra com a partilha de riquezas, mesmo que fosse necessário utilizar a violência.
- A Igreja dos Apóstolos (cristianismo primitivo) fora corrompida pela Igreja Católica e pelos príncipes.

Apesar da inspiração luterana, a rebeldia camponesa sofreu a oposição de Lutero, que não tinha como objetivo a realização de uma reforma social. Além disso, o apoio aos camponeses poderia significar a perda do suporte dado pela nobreza. O argumento utilizado para condenar tais movimentos afirmava que o sujeito poderia transformar-se a si mesmo, mas não ao mundo – cujo destino depende da insondável vontade divina. Dessa forma, os movimentos camponeses foram duramente reprimidos pela nobreza alemã em um conflito que levou a, aproximadamente, 100 mil mortes entre os trabalhadores rurais.

A doutrina luterana

Lutero sempre havia se mostrado angustiado com a presença do mal e do pecado no mundo terreno. Para ele, o pecado original era marca indelével da vida do homem e não havia possibilidade de redenção para o homem apenas pelas boas obras. Indigno, o homem só poderia alcançar salvação pela fé. Suas preocupações também foram fruto do desenvolvimento do individualismo. A partir dessa perspectiva, a relação direta com Deus e a consequente abolição da hierarquia eclesiástica foram defendidas por Lutero. A defesa da tradução da Bíblia e do culto também foram reflexos do individualismo no campo religioso.

Em 1530, após a grande disseminação das ideias de Lutero, o imperador Carlos V convocou a Dieta de Augsburgo. Nela, foram expostos os principais pontos da doutrina luterana. A Confissão de Augsburgo, escrita com a ajuda de Felipe Melanchton, foi publicada em 1531 e continha as bases do luteranismo que, naquele momento, já se apresentavam sólidas. Os principais pontos da doutrina luterana são:

- salvação pela fé;
- sacerdócio universal e a consequente abolição da hierarquia eclesiástica;
- tradução e livre interpretação da Bíblia;
- condenação do culto aos santos, às imagens, e às relíquias;
- condenação do celibato clerical;
- existência de apenas dois sacramentos, aqueles citados na Bíblia: batismo e eucaristia;
- negação da transubstanciação, ou seja, a transformação do pão e do vinho no corpo e sangue de Cristo durante a eucaristia;
- negação da infalibilidade papal.

Guerras religiosas

Os conflitos entre os nobres católicos e os favoráveis a Lutero, chamados de protestantes, se estenderam entre 1530 e 1555. A guerra opunha parte da nobreza, próxima à Igreja Católica e ao imperador Carlos V, aos príncipes protestantes reunidos na Liga de Smalkalde.

Em 1555, pressionado, Carlos V assinou a "Paz de Augsburgo". Por esse documento, ficou estipulado que cada príncipe poderia definir a doutrina a ser seguida em seus domínios, devendo os seus súditos obedecer ao que fosse determinado.

Apesar da trégua estabelecida, os conflitos religiosos voltaram a ocorrer no século XVII, quando as disputas internas levaram à deflagração de um conflito internacional, a Guerra dos Trinta Anos.

A REFORMA CALVINISTA

Entre as doutrinas protestantes surgidas no contexto da Reforma, o calvinismo pode ser considerado o mais radical. Formulado pelo francês João Calvino e difundido primeiramente na Suíça, o calvinismo se expandiu rapidamente pela Europa. Essa difusão deu-se, principalmente, pela aproximação, em termos éticos, entre sua doutrina e a economia capitalista, até então em desenvolvimento.

A região da Suíça era formada por uma série de repúblicas independentes, nas quais o poder se concentrava na mão dos comerciantes. Esse poderio, no entanto, encontrava barreiras nas ações da Igreja na região. O movimento reformista já havia dado os seus primeiros passos com a atuação do luterano Ulrich Zwinglio, mas foi a partir da conversão de Calvino, em 1530, que o processo se consolidou.

O calvinismo tem sua base na noção da predestinação absoluta. Para Calvino, os homens já nascem marcados para a salvação ou para a danação:

> Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna.
>
> João Calvino

Ainda de acordo com as ideias de Calvino, o homem não tem a consciência de sua situação, pois os desígnios de Deus são insondáveis. Segundo ele, não há, também, maneira de se mudar o destino, já decidido por Deus antes mesmo da criação do Universo. O que existem são sinais exteriores que apontam para a possível salvação. A partir desses elementos, ter-se-ia uma indicação da condição do sujeito, enquanto condenado ou salvo.

A doutrina calvinista estabelecia para seus adeptos uma vida regrada, disciplinada, dedicada ao trabalho, afastada do ócio, dos vícios e da ostentação. Dentro dessa doutrina, conformar-se a esse ideal de conduta não seria o caminho para a salvação, mas seus resultados visíveis – o sucesso material – dariam ao eleito a confirmação do estado de graça.

Esse código de conduta levou alguns autores a considerar os princípios do calvinismo como fatores que favoreceriam o processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a valorização do trabalho e do consequente acúmulo de riquezas estaria diretamente relacionada ao processo de expansão do capitalismo. Teria sido, portanto, essa a razão para a expansão do calvinismo pela Europa, por regiões como Inglaterra, com os puritanos; Escócia, com os presbiterianos; e França, com os huguenotes. O mapa a seguir retrata essa expansão.

A REFORMA ANGLICANA

A Reforma na Inglaterra deu-se, principalmente, em razão da necessidade do fortalecimento do poder real durante o reinado de Henrique VIII. A ruptura com a Igreja teve por objetivo a consolidação do poderio dos Tudor no interior da sociedade inglesa. O poder real na Inglaterra, desde o século XIII, tinha como contrapartida o Parlamento, estabelecido após a assinatura da Magna Carta. Apesar de não possuir caráter legislativo e por muitas vezes possuir poder apenas nominal, esse órgão limitava o poder dos reis para criar novos impostos. Desse modo, o rompimento com a Igreja poderia significar o acesso às suas terras e aos seus bens, além do fortalecimento da monarquia inglesa.

A alegação usada por Henrique VIII para romper com a Igreja foi a não anulação de seu casamento pelo papa Clemente VII. Casado com Catarina de Aragão, tia de Carlos V da Espanha, o rei inglês se queixava do fato de não ter obtido herdeiros homens. A preocupação se justificava, já que esse fato poderia levar ao trono inglês um nobre ligado ao reino espanhol. Assim, no intuito de viabilizar seu casamento com Ana Bolena, Henrique VIII rompeu com o papa e fundou a Igreja Anglicana. Tal situação foi reconhecida pelo Parlamento em 1534, por meio do Ato de Supremacia, que tornou o monarca inglês chefe supremo da Igreja Anglicana.

Tal medida colaborou para o reforço do poder pessoal do rei, ao conceder-lhe o direito de nomear os ocupantes dos cargos eclesiásticos e de interferir nas questões dogmáticas. Os membros do antigo clero católico que resistiram às mudanças foram expulsos e as terras da Igreja em território inglês foram confiscadas. A venda dessas terras para setores da nobreza e para comerciantes garantiram o apoio político desses grupos à religião reformada.

Os ritos e a estrutura da Igreja Anglicana se aproximavam daqueles da Igreja de Roma, afinal, ao manter a hierarquia eclesiástica, Henrique VIII contribuiu para o reforço de seu poder, já que o rei se encontrava no topo dessa hierarquia. Ainda assim, do ponto de vista dogmático, o anglicanismo incorporou várias características dos movimentos reformistas, em especial do calvinismo. É possível afirmar, portanto, que ocorrera a fusão de dogmas protestantes com o formalismo dos ritos católicos. Isso não impedia, no entanto, a oposição dos calvinistas à religião anglicana. Os chamados puritanos se opunham ao modo como havia transcorrido a Reforma na Inglaterra.

CONTRARREFORMA

Preocupada com o avanço das chamadas "heresias protestantes", a Igreja Católica adotou um conjunto de medidas que visava conter a expansão do protestantismo e reafirmar os dogmas do catolicismo. A busca pela reconquista dos fiéis se materializou no Concílio de Trento (1545-1563), convocado pelo papa Paulo III.

Uma das medidas adotadas pelo alto clero católico para rebater as críticas sofridas foi o reconhecimento da Companhia de Jesus, ordem religiosa criada em 1534 por Ignácio de Loyola, para organizar as forças católicas para a luta contra seus inimigos. Sua atuação mais destacada se deu no trabalho missionário, ou seja, na obra de catequizar os nativos do continente americano. A estrutura da Companhia, baseada na organização militar e sob uma rígida disciplina, levou os jesuítas a serem conhecidos como os soldados de Cristo. A atuação dos jesuítas também se fez por meio do controle de instituições de educação na Europa e na América.

A atuação do Tribunal do Santo Ofício também se fez necessária na luta contra a Reforma. Por mais que fosse uma prática comum antes mesmo da Contrarreforma, a Inquisição atuou julgando e punindo aqueles que fossem considerados hereges. Vários intelectuais e membros de outras religiões foram interrogados pelos inquisidores e, por vezes, condenados à morte na fogueira.

Um importante aliado da Igreja na luta contra os hereges foi o *Index*, lista de livros proibidos para a leitura dos católicos. O *Index* foi atualizado regularmente até o século XX e nele já constaram nomes como os de Galileu Galilei, Nicolau Copérnico, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Rotterdam, Espinosa, John Locke, Denis Diderot, Pascal, Thomas Hobbes, René Descartes, Rousseau, Montesquieu, David Hume e Kant. Dessa forma, os católicos foram privados do acesso a essas obras, sob pena de serem levados à Inquisição.

Ainda atuando na defensiva, a Igreja Católica não abriu mão das suas principais convicções. Assim, dogmas como o culto aos santos, a virgindade de Maria, a infalibilidade papal, os sete sacramentos, o celibato clerical e a salvação pelas boas obras foram reafirmados pelo Concílio de Trento.

Apesar da sua postura conservadora, a Igreja Católica buscou reparar a sua imagem, criando, então, os seminários, escolas especializadas na formação dos membros do clero, que haviam sido acusados de despreparo. Ainda nesse sentido, vale a pena ressaltar que, durante o Concílio de Trento, o clero optou por proibir a venda de indulgências, ação que, apesar de atenuar uma das principais acusações dos reformistas, não impedia a conversão de muitos fiéis às novas ideologias.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFLA-MG–2008) O processo de reformas religiosas teve início no século XVI e suas causas podem ser, **EXCETO**

A) A venda de indulgências incentivada pelos protestantes, que aliavam a sua ética religiosa ao espírito do capitalismo que nascia.

B) A mudança na visão de mundo como consequência do pensamento renascentista.

C) A presença de padres mal preparados intelectualmente que provocavam insatisfação nos fiéis.

D) A insatisfação da burguesia diante da condenação do catolicismo para o lucro e os juros.

02. (UFMG–2008) Leia estes trechos:

I. *Assim vemos que a fé basta a um cristão. Ele não precisa de nenhuma obra para se justificar.*

II. *O rei é o chefe supremo da Igreja* [...] *Nessa qualidade, o rei tem todo o poder de examinar, reprimir, corrigir* [...] *a fim de conservar a paz, a unidade e a tranquilidade do reino* [...]

III. *Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna.*

A partir dessa leitura e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é **CORRETO** afirmar que as concepções expressas nos trechos I, II e III fazem referência, respectivamente, às doutrinas

A) católica, anglicana e ortodoxa.

B) luterana, anglicana e calvinista.

C) ortodoxa, luterana e católica.

D) ortodoxa, presbiteriana e escolástica.

03. (UFG–2006) A Reforma Protestante, iniciada por Lutero, foi um movimento de mudanças sociais de caráter fundamentalmente religioso, com importantes desdobramentos políticos e econômicos. No que se refere aos princípios políticos e religiosos, o luteranismo defendia a

A) submissão da Igreja ao Estado e a valorização da fé individual.

B) implementação de políticas econômicas na Europa e a quebra da autoridade religiosa.

C) jurisdição real sobre terras da Igreja e a cobrança de impostos sobre esse patrimônio.

D) extinção das rendas feudais e a oposição às pregações morais do clero.

E) cessação do poder político-administrativo da Igreja sobre os reinos e o fim da condenação da usura.

04. (UFES) No século XVI, o movimento conhecido como Reforma Religiosa provocou uma grande revolução espiritual na sociedade europeia e uma profunda crise na hegemonia da Igreja Católica.

Considere as seguintes informações sobre a Reforma Religiosa:

I. Foi um movimento revolucionário pelo qual os camponeses exigiam a abolição da servidão e a liberação das terras da Igreja para a produção agrícola de mercado.

II. Fundamentou-se nas doutrinas de salvação para assegurar e fortalecer a hierarquia e a unidade do cristianismo.

III. Estabeleceu novos valores morais, econômicos e religiosos, que legitimaram a obtenção de lucro e criaram uma das principais fontes do espírito capitalista.

IV. Fortaleceu e divulgou a doutrina do movimento protestante, mediante o Concílio de Trento.

V. Questionou a autoridade dos papas e os dogmas da Igreja, rompendo com os tradicionais padrões católicos.

Estão **CORRETAS** as informações contidas nas afirmativas

A) I e II.

B) I e III.

C) II e IV.

D) III e IV.

E) III e V.

05. (UFAL–2010) Com a fragmentação do feudalismo, a Europa passou por transformações importantes nos seus hábitos e em sua organização social. Na Inglaterra, houve lutas políticas e rompimento com a Igreja Católica. Era o anúncio de mudanças nas relações de poder. Na época do rei Henrique VIII, houve

A) a fundação da Igreja Anglicana, inspirada nos ensinamentos dos sacerdotes que defendiam o fim do celibato e do batismo.

B) o fim da interferência da Igreja Católica no governo inglês, com a centralização maior da administração nas mãos do monarca.

C) a queda do poder da nobreza e mudanças na economia, com adoção, para o comércio, das soluções dos economistas clássicos.

D) as viagens marítimas para a América, a expansão militar da Inglaterra e uma descentralização administrativa.

E) o fim do sistema parlamentarista e a adoção do mercantilismo, condenando a escravidão e o livre-comércio.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFJF-MG–2006) No início do século XVI, a Igreja Católica passou por um amplo processo de reformulação doutrinal e administrativa, chamado de Reforma Católica (ou Contrarreforma). Paralelamente, as Coroas de Portugal e Espanha ajudavam no fortalecimento da Igreja Católica, mas também buscavam se transformar em instrumentos para a "salvação da humanidade", através da conquista e da colonização de novas terras. Qual dos eventos a seguir **NÃO** faz parte desse contexto?

A) O Concílio de Trento, que reuniu diversos religiosos com o objetivo de posicionar-se frente às críticas protestantes e reafirmar os dogmas católicos.

B) A criação do *Index Librorum Proibitorum*, que se constituía numa lista de livros proibidos por atacarem os dogmas católicos ou atentarem contra eles.

C) A difusão do projeto colonizador, segundo o qual o lucro era legítimo e o trabalho era uma vocação divina e que possibilitava o acúmulo de riquezas, como sinal de predestinação.

D) O Padroado Real, através do qual os monarcas ibéricos eram autorizados a administrar os assuntos religiosos, tanto no reino como nas terras de Além-Mar.

E) A fundação da Companhia de Jesus, uma vez que os jesuítas atuavam como educadores e catequizavam os povos nativos nas colônias portuguesas e espanholas.

02. (UFMG) Leia o texto.

[...] *é a vida profissional do homem que lhe dá certo treino moral, uma prova de seu estado de graça para a sua consciência, que se expressa no zelo e no método, fazendo com que ele consiga cumprir a sua vocação. Não é trabalho em si, mas um trabalho racional, uma vocação, que é pedida por Deus*.

A concepção sobre o trabalho descrita nessa passagem é a defendida pelo

A) anglicanismo, religião cristã originada na Inglaterra, na Reforma ocorrida no século XVI.

B) calvinismo, religião cristã originada das concepções de João Calvino, no século XVI.

C) catolicismo, religião cristã, com sede em Roma e obediente à autoridade do papa.

D) islamismo ou religião muçulmana, originada na Arábia Ocidental, no século VII.

03. (UFES)

Mostra promete entrar para a história

[...] *Especializado em organizar mostras em que fique nítida a relação entre arte e história, o espanhol Carlos Martinez Shaw diz que o Brasil está recebendo obras que, além da grande qualidade estética, podem ajudar o brasileiro a entender o que acontecia no país naquele momento. "Nenhum período foi mais importante para a Espanha do que este. Nunca houve uma explosão tão grande de criatividade e de riqueza" – explica ele, dizendo que está na história a explicação para o Barroco do país ter tido predominância dos retratos e imagens religiosas. - "Além da Contrarreforma, a pintura gira em volta da nobreza".*

O GLOBO, 11 jul. 2000.

O texto se refere à exposição de pinturas "Esplendores de Espanha" no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. O momento histórico no qual foram produzidas as obras expostas foi marcado pela fase conhecida como Contrarreforma, que visava a

A) abolir a Inquisição e o *Index* para flexibilizar a conduta do clero, facilitando a dedicação à arte sacra.

B) reafirmar os princípios fundamentais da Igreja Católica para conter o avanço do protestantismo e exercer maior controle sobre a prática dos fiéis e dos clérigos católicos.

C) extinguir os dogmas e os rituais católicos para atrair fiéis e proporcionar maior liberdade aos artistas.

D) proibir os católicos de seguir as diretrizes do Concílio de Trento, convocado pelos protestantes para divulgar suas crenças e sua produção artística.

E) expulsar da Espanha os jesuítas, que causaram a cisão da Igreja em razão dos abusos que cometiam e das propostas que defendiam.

04. (UFMG) A Reforma Religiosa do século XVI teve como desdobramento

A) a consolidação do poder dos príncipes do Império Germânico.

B) a constituição de mais de uma Igreja cristã no ocidente.

C) a divisão da Igreja em ramos: ortodoxo e romano.

D) a subordinação da Igreja Católica ao Estado.

05. (PUC Minas–2006) Na Alemanha, no século XVI, o monge agostiniano Martinho Lutero levantou-se contra os abusos cometidos pelo papado de Roma, desencadeando um movimento que ficou conhecido por Reforma Protestante.

Sobre esse movimento, é **INCORRETO** afirmar que

A) teve os seus objetivos defendidos, ampliando o poder da burguesia contra a ideologia senhorial.

B) as ideias veiculadas na Europa, no contexto do século XVI, significaram uma brecha importante na estrutura política feudal.

C) a disseminação dos ideais reformadores no seio da população possibilitou a vitória do nacionalismo contra o poder do papado.

D) a revolta dos camponeses contra a cobiça dos grandes senhores feudais pelos bens da Igreja contou com o apoio de Lutero.

06. (UFG–2008) Leia o fragmento.

O ingresso das sociedades ocidentais na cultura escrita foi uma das principais evoluções da Era Moderna.

CHARTIER, Roger. As práticas de escrita.
In: *História da vida privada no Ocidente*. São Paulo:
Companhia das Letras, 2006. p. 114 (Adaptação).

O fragmento anterior menciona uma transformação nas sociedades ocidentais. Progressivamente, a partir do início da Idade Moderna, observa-se a disseminação da cultura escrita. No século XVI, essa transformação se expressa por meio

A) das novas formas de devoção que afirmam a importância das relações pessoais e diretas do fiel com a Bíblia.

B) do processo inicial de escolarização das sociedades graças à ampliação de estabelecimentos de ensino.

C) da disseminação do uso de diários íntimos e da troca de correspondências.

D) da criação e da multiplicação de jornais diários e da difusão de sua leitura.

E) do crescimento do número de monastérios, lugar onde os textos manuscritos eram reproduzidos pelos copistas.

07. (UNIRIO-RJ) *Em outubro, depois de quatro séculos de separação e de 32 anos de conversações, católicos e luteranos assinam, na Alemanha, acordo que estabelece um consenso sobre a principal questão teológica que os afastou. O documento conjunto vai explicar de que modo as duas denominações encaram hoje a salvação – o instante em que, após a morte, os cristãos se libertariam de todos os pecados e se encontrariam com Deus na eternidade.*

FOLHA DE S. PAULO, domingo, 19 set. 1999. p. 17

A tese luterana motivadora dos quatro séculos de separação afirmava que a salvação era

A) objeto exclusivo da graça, isto é, a predestinação.

B) fruto das boas obras e de uma vida virtuosa.

C) obtida somente pela fé.

D) atingida pela combinação da fé e das boas obras.

E) resultado da prática constante das orações.

08. (UFMG) Todas as alternativas apresentam fatores que permitiram o avanço do anglicanismo, **EXCETO**

A) a fusão de dogmas protestantes ao formalismo dos ritos católicos.

B) o avanço das doutrinas protestantes entre as camadas populares.

C) o fortalecimento do internacionalismo do papa a partir do Vaticano.

D) o interesse pelas propriedades da Igreja, especialmente pelas suas terras.

E) o objetivo do rei de fortalecer seu poder absolutista monárquico.

09. (UFRJ) *Os pintores representam às vezes o Cristo sobre um arco-íris com uma espada saindo de sua boca. Mas os pintores não deveriam representar uma vara com flores e sim um bastão. E tanto o bastão quanto a espada deveriam se dirigir para o mesmo lado, para abater os danados: 'que se quebre o braço do ímpio, que se persiga sua iniquidade e sua maldade não deixará traços'. Essas palavras nos ensinam que é dessa maneira que a autoridade do papa, inspirada pelo anticristo, será destruída. A palavra do Cristo que é o sopro, o bastão e a espada que saem de sua boca, manifestará plenamente para o mundo a tirania e a sedução dessa Igreja.*

TRECHO do opúsculo *Sincera admoestação a todos os cristãos para que se guardem de toda revolta*,
escrito em 1522 por Martinho Lutero.

No texto, Lutero ataca duramente a Igreja Católica e o papa, comparado por ele ao anticristo.

APRESENTE duas críticas formuladas pelo luteranismo à Igreja Católica.

10. (PUC Rio–2010) Observe a reprodução da gravura *Os reformadores: Wycliffe, Huss, Lutero, Zwínglio, Calvino, Melanchton, Bucer e Beza* (1886).

Disponível em: <http://www.virtualmuseum.ca/Exhibitions/Annodomini/THEME_13/IT/theme-it-13-1-zoom.html>.

A) A imagem sugere que a problemática central desses reformadores era o retorno à Bíblia, às Sagradas Escrituras, traduzidas e consideradas como o único fundamento da fé e da conduta para todos os seres humanos. **EXPLIQUE** um motivo pelo qual a adoção desse princípio foi uma das causas das reformas religiosas no século XVI.

B) Na imagem, Calvino e Lutero estão enfileirados em primeiro plano, ressaltando a importância de suas propostas para a criação de novas igrejas, reformadas, na Época Moderna. **APRESENTE** duas diferenças entre o luteranismo e o calvinismo.

SEÇÃO ENEM

01. Analise as duas imagens.

As duas pinturas revelam interpretações diferentes sobre passagens da vida de Cristo. Com base nos conhecimentos sobre a história do cristianismo, pode-se afirmar que

A) a primeira imagem, ao representar as figuras dos anjos e a da mulher com características próximas à de Cristo, reflete os ideais protestantes.

B) a visão pessimista da segunda imagem foi típica nas obras do Renascimento, em especial nas representações religiosas.

C) a primeira imagem não pode ser atribuída ao período da Renascença, já que a religiosidade fora negada pela postura racional dos renascentistas.

D) a visão pessimista e a ausência de imagens de culto revelam a mentalidade protestante na segunda representação.

E) as obras de arte possuem características semelhantes, o que impede a identificação dos princípios utilizados em sua produção.

02. Leia os trechos a seguir.

Tem sido hábito, até agora, de certos homens segurar-nos como propriedade sua, visto que o Cristo nos libertou [...] *Por isso, julgamos estar garantido que seremos libertados da servidão.*

MANIFESTO dos camponeses alemães revoltados, 1525.

Deus prefere que existam governos, por piores que sejam, do que permitir à ralé que se amotine, por mais razão que tenha.

LUTERO, Martinho, primeira metade do século XVI.

Esses trechos são contemporâneos e exemplificam os ideais de Lutero e dos camponeses que se sublevaram à época da Reforma. A análise comparativa dessas ideias nos leva a constatar que

A) o catolicismo inflamado dos camponeses os fazia recusar veementemente os propósitos separatistas de Lutero ao iniciar a Reforma, mantendo-se fiéis à autoridade papal.

B) a consciência política de Lutero, muito mais lúcida que a dos camponeses, o levava a defender o fim das revoltas camponesas contra a Igreja Católica, mesmo tendo sido perseguido por ela.

C) por mais que Lutero e os camponeses alemães tivessem críticas comuns à Igreja Católica da época, seus princípios se chocavam devido ao apoio mútuo existente entre Lutero e os setores da nobreza alemã, que mantinham os camponeses sob servidão.

D) as reivindicações camponesas ilustram o caráter pré-iluminista do movimento desencadeado, justamente, a partir dos reflexos do Renascimento e da Reforma Protestante, que permitiram aos homens do século XVI adotar uma perspectiva mais racional do mundo.

E) a pronta discordância de Lutero em relação ao Manifesto dos camponeses se deve à recusa dos setores populares em ajudá-lo nas lutas em prol da fundação de uma nova doutrina que pudesse libertá-los da opressão servil e católica.

03. A penetração das ideias de Lutero na Inglaterra teve importantes repercussões, que contribuíram para a criação do anglicanismo. Assim, com o apoio da nobreza e da burguesia, há muito desejosas de livrarem-se do pagamento de tributos à Igreja, o rei Henrique VIII desencadeia a Reforma Religiosa no país. O conflito entre o soberano e o papa, suscitado pela recusa deste em anular o casamento de Henrique VIII com Catarina de Aragão, acabou resultando na criação da Igreja Anglicana.

Entre as teses de Lutero apresentadas a seguir, podemos inferir que a que influiu decisivamente na Reforma Religiosa na Inglaterra foi

A) "Decaído em razão do pecado original, o homem só poderá ser salvo pelos méritos únicos de Jesus Cristo; por isso as obras são inúteis à salvação".

B) "Deus concede a salvação por graça àquele que acredita na promessa da graça feita por Cristo, pois a alma iluminada pela fé se torna livre em relação a tudo que não seja Deus".

C) "O papa não pode redimir culpa alguma senão declarando e confirmando que ela foi perdoada por Deus, ou, sem dúvida, remitindo-a nos casos reservados para si".

D) "Por antecipação, Deus destina uns à vida eterna e outros à eterna maldição, pois eleição e reprovação são atos de Deus inteiramente livres".

E) "Os magistrados e os príncipes devem insurgir-se contra a tirania de Roma, que fez dos sacramentos o meio da graça, disso se aproveitando para dominar as almas".

04. Observe as ideias a seguir.

Sem dúvida você está certo em conferir ao homem algum tipo de livre-arbítrio, mas imputar-lhe um arbítrio que seja livre nas coisas de Deus é demais.

Martinho Lutero a Erasmo de Rotterdam, séc. XVI.

Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna.

João Calvino, séc. XVI.

Há uma lei imanente que dirige o mundo; na verdade, leis que se subordinam à Lei Primeira. Sair da ordem natural, o que o homem pode, devido ao seu livre-arbítrio, é ser mau, e é ele por isso responsável.

Tomás de Aquino, séc. XIII.

A análise dessas ideias nos permite concluir que

A) as posturas adotadas pelos reformadores eram divergentes quanto à salvação.

B) a vontade de Deus é soberana, ainda que o homem tenha sua parcela de autonomia.

C) Tomás de Aquino confirma os propósitos luteranos, divergindo do radicalismo calvinista.

D) a postura menos intransigente de Lutero quanto à salvação lhe permitiu a condução da Reforma.

E) o livre-arbítrio é o caminho mais adequado para a salvação, segundo os pensadores.

GABARITO

Fixação

01. A 02. B 03. A 04. E 05. B

Propostos

01. C 03. B 05. D 07. C

02. B 04. B 06. A 08. C

09. O luteranismo criticou várias práticas da Igreja Católica e vários aspectos de sua doutrina, como: a venda de indulgências, o poder temporal da Igreja, a ostentação de luxo e riqueza, o culto aos santos e à Virgem Maria, a adoração de imagens, o dogma da virgindade e da ascenção de Maria, a ideia da infalibilidade do papa, a comunhão de todos os santos, a crença no purgatório, a oração fúnebre, o sacramento da confissão e a ideia da Igreja (e do clero) como intermediários da relação entre os fiéis e Deus; o luteranismo insistia na livre interpretação da Bíblia e na relação direta do indivíduo com Deus.

10. A) A gravura faz uma referência explicita à centralidade da Bíblia, considerada única fonte de autoridade religiosa e única regra em que o crente deve acreditar. A livre interpretação da Bíblia eliminava a necessidade e o valor da hierarquia eclesiástica, introduzia as línguas nacionais nos ofícios religiosos e estimulava a tradução da Bíblia de modo a torná-la diretamente acessível aos crentes. Assim, o acesso direto ao texto sagrado convertia-se em um forte instrumento de contestação da autoridade espiritual e temporal da Igreja Católica.

B) As principais diferenças entre calvinismo e luteranismo eram quanto à doutrina da salvação. O luteranismo defendia que apenas a fé em Deus salvaria, enquanto o calvinismo acrescentava de forma explícita a doutrina da predestinação. Quanto à difusão, o luteranismo se concentrou naqueles países onde recebeu o apoio direto das autoridades políticas (a nobreza germânica e a monarquia na Dinamarca, na Suécia e na Noruega), enquanto os calvinistas penetraram na Escócia (conhecidos como presbiterianos), na França (huguenotes) e na Inglaterra (puritanos), onde foram perseguidos e imigraram em grande número para a América. Além disso, o calvinismo se diferenciava do luteranismo pela sua valorização do trabalho e do enriquecimento material, fruto do empenho honesto, vistos como sinais da salvação, o que lhe rendeu um explícito apoio da burguesia.

Seção Enem

01. D 02. C 03. E 04. B

HISTÓRIA

Revolução Inglesa

MÓDULO 09 FRENTE A

De acordo com o historiador Christopher Hill, "o século XVII é decisivo na história da Inglaterra. É a época em que a Idade Média chega ao fim". Essa afirmação está relacionada à ocorrência da Revolução Inglesa, que aboliu os direitos feudais e submeteu o rei ao poder do Parlamento. Abria-se, a partir daquele momento, o caminho para a consolidação das relações capitalistas e da monarquia parlamentar como forma de organização política.

Ao final do processo revolucionário, ocorreu a ascensão de novos grupos ao poder político e o fim das tentativas de absolutização do poder real na Inglaterra. A burguesia e a pequena nobreza, identificada com os valores burgueses, a *gentry*, passaram, por meio da ação no Parlamento, a impor limites à atuação dos monarcas ingleses. O processo de marginalização da Coroa em relação aos assuntos políticos recrudesceu, fazendo com que os reis ingleses desempenhassem um papel cada vez mais simbólico.

A partir de então, assiste-se a um reforço dos rituais, cada vez mais suntuosos, fundamentais para a construção da imagem pública dos reis. O gradativo afastamento da atividade política foi compensado pelo incremento das manifestações públicas da monarquia inglesa.

Jon Bennett / Creative Commons

O discurso anual da rainha no Parlamento é um dos rituais reservados à monarquia inglesa.

Antes de discorrer sobre o processo revolucionário como um todo, é importante ressaltar que a Revolução Inglesa é dividida em dois momentos, a Revolução Puritana (1640-1649) e a Revolução Gloriosa (1688), sendo que a segunda pode ser considerada um desdobramento da primeira.

ECONOMIA INGLESA

Existia na Inglaterra do século XVII uma estrutura econômica que comportava, simultaneamente, resquícios feudais persistentes e elementos do modo capitalista. Embora a atividade mais dinâmica fosse o comércio, a economia inglesa ainda se mantinha dependente, em grande parte, das atividades agrícolas.

As transformações ligadas ao desenvolvimento da economia capitalista também podiam ser sentidas no mundo rural. Afinal, desde a Idade Média, vinha ocorrendo o processo de transformação da estrutura agrária na Inglaterra. Conhecido como cercamento ou *enclosures*, esse processo, que consistia na transformação das terras comuns em propriedades privadas, intensificou-se no século XVII.

Em um primeiro momento, os campos comunais eram vinculados a uma relação tradicional com a terra. Nesses locais pouco valorizados, os camponeses mais pobres podiam cortar madeira, colher lenha para a construção, pescar e criar rebanhos. Em muitos casos, as terras eram ocupadas por trabalhadores empobrecidos em busca de residência. Porém, com os cercamentos, esses campos eram reunidos, transformados em propriedade privada, e sua produção era voltada para a economia de mercado.

A inflação, causada pelo afluxo de metais preciosos da América para a Europa, estimulou a produção agrícola e provocou a valorização da terra, contribuindo ainda mais para as transformações na estrutura fundiária. As terras cercadas eram utilizadas para a criação de ovelhas ou para a produção agrícola, visando ao abastecimento das cidades.

Aos camponeses, que anteriormente usufruíam das terras, restava a submissão ao trabalho assalariado no campo ou a fuga em direção às cidades. Nos centros urbanos, esse grupo poderia ser utilizado nas manufaturas inglesas, proletarizando-se ou, mesmo, passando a compor a parcela de marginalizados no interior dessa sociedade.

As transformações na estrutura agrária foram proporcionadas, ainda, pelo confisco, venda e distribuição das terras da Igreja, após a Reforma Anglicana na Inglaterra. A venda e a doação das terras beneficiaram a alta nobreza e a *gentry*. Além disso, colaboraram para o fortalecimento dos reis ingleses. As consequências dessas transformações fundiárias na Inglaterra foram:

- A dinamização do capitalismo no mundo rural.
- O aumento do fornecimento de lã para as manufaturas, devido à criação de ovelhas nas terras cercadas.
- A formação do proletário urbano.
- A expansão do trabalho assalariado.
- A consolidação de grupos ligados à produção agrícola voltada para o mercado, como a *gentry* e os *yeomen*.
- A valorização dos produtos agrícolas.
- O aumento das tensões sociais no campo e na cidade, devido ao número de desempregados, de marginais e de bandidos, que não encontravam espaço no novo mercado de trabalho.
- O início da especulação com o valor da terra.
- O deslocamento de camponeses expropriados para as colônias na América.

Os conflitos gerados pelo processo dos cercamentos fizeram com que os monarcas ingleses, das dinastias Tudor e Stuart, tentassem amenizar a tensão social ao dificultar a apropriação das terras comuns. Ao agir desse modo, no entanto, os reis desagradavam à alta burguesia, pois proporcionavam um entrave ao desenvolvimento capitalista na Inglaterra.

SOCIEDADE INGLESA

Assim como na economia, no interior da sociedade inglesa, ainda era possível verificar, durante o século XVII, a permanência de estruturas remanescentes da sociedade estamental de origem medieval, associadas a relações típicas de uma sociedade capitalista em desenvolvimento. Os principais grupos dessa sociedade eram:

Aristocracia

Os chamados pares eram representantes da alta nobreza, cuja linhagem remontava ao Período Medieval. Esse grupo era formado por proprietários de terra, que, em muitos casos, haviam conquistado mais propriedades com o processo de cercamentos.

No século XVII, esse grupo passava por momentos de crise e via seu poder declinar em detrimento do aumento da influência da *gentry*, que, revestida de uma mentalidade mais empreendedora, passou a se fortalecer, enquanto a tradicional aristocracia, protegida pelo monarca, ainda se apegava à exploração tradicional da terra. O declínio da alta nobreza enfraqueceu uma das bases de apoio da monarquia absolutista no contexto da Revolução Inglesa.

Gentry

A *gentry* era formada por um grupo de proprietários de terra de mentalidade burguesa. É importante ressaltar que o *status* desse grupo não provinha de títulos, era a propriedade de terras e a não necessidade de trabalho que conferia nobreza a esse grupo. Dedicavam-se, principalmente, à produção de lã para as manufaturas inglesas. A ascensão desse grupo devia-se, em parte, ao fato de boa parte de seus membros ser adepta ao calvinismo. A atuação da *gentry* em busca da ampliação de sua participação política foi fundamental para a eclosão do processo revolucionário.

Yeomen

Os *yeomen* constituíam cerca de 1/6 da população inglesa e eram, em sua maioria, pequenos proprietários que trabalhavam em suas terras. Podem ser considerados a classe média rural, sendo que os mais bem-sucedidos haviam lucrado com o processo de mercantilização das terras, enquanto outros lutavam para manter seus terrenos frente à pressão dos grandes proprietários.

Burguesia

A alta burguesia desfrutava de monopólios e concessões exclusivas concedidos pela Coroa, práticas comuns ao mercantilismo. Esse grupo não queria perder seus privilégios, por isso foi inicialmente a favor da manutenção da monarquia, que lhes concedia uma série de privilégios. Ainda assim, a maior parte dos burgueses defendia a redução dos poderes reais, o que viabilizaria uma maior participação política e a retirada dos entraves ao livre desenvolvimento da economia.

Trabalhadores urbanos e rurais

Apesar de ser a maioria da população inglesa, esse grupo foi o que mais sofreu com as consequências da exploração capitalista. Parte dos trabalhadores rurais ainda estava submetida à exploração de origem feudal pela alta nobreza e desejava melhorar as suas condições em um momento em que a valorização dos produtos agrícolas elevava o preço dos produtos de primeira necessidade. Muitos trabalhadores rurais, no entanto, já estavam submetidos a formas capitalistas de exploração.

RELIGIÃO NA INGLATERRA

Seguindo os demais movimentos reformistas do século XVI, o Ato de Supremacia ratificado pelo Parlamento em 1534 criou a Igreja Anglicana na Inglaterra e, a partir desse momento, o controle sobre a Igreja constituiu-se em um expressivo instrumento de poder do Estado inglês. A nomeação dos cargos da Igreja, que passou a ser função do Estado, permitiu o fortalecimento do poder real. Parte da aristocracia inglesa aderiu ao anglicanismo, mas um considerável contingente dos pares se manteve fiel ao catolicismo, demonstrando, assim, sua autonomia.

Além do anglicanismo, o calvinismo também se expandiu de maneira significativa na sociedade inglesa, principalmente entre os setores mais progressistas. Os presbiterianos, que compunham um desses setores, eram em sua maioria componentes da *gentry* e acreditavam na necessidade de líderes religiosos e não religiosos (os presbíteros) na condução dos interesses da comunidade.

Já os puritanos – ala também oriunda do calvinismo – defendiam a formação de comunidades com menor controle, nas quais qualquer fiel pudesse assumir a função de pregador, e desejavam reformar (purificar) ainda mais a Igreja Anglicana, que ainda mantinha estruturas do catolicismo. Em geral, a pequena e média burguesia, os *yeomen*, os trabalhadores urbanos e os camponeses seguiam o puritanismo. Por sua postura radical, os puritanos eram perseguidos pela Coroa inglesa e, por isso, foram fundamentais para o processo revolucionário.

POLÍTICA INGLESA

Em meio à Europa absolutista, o poder dos monarcas ingleses encontrava empecilhos na ação do Parlamento. Apesar de não possuir caráter legislativo e por muitas vezes exercer poder apenas nominal, esse órgão limitava o poder dos reis, como no caso da criação de novos impostos.

Bicameral, o Parlamento era composto da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns. A Câmara dos Lordes era constituída por membros do clero anglicano e pela aristocracia, grupos que ocupavam também os altos cargos ligados aos reis ingleses. Já a Câmara dos Comuns era composta da burguesia e da *gentry*.

Durante a dinastia Tudor (1485-1603), a política de conciliação provocou pouca oposição do Parlamento aos interesses dos monarcas ingleses. Os vários setores sociais beneficiados naquele contexto evitaram manifestar sua oposição por meio da ação no Parlamento. A descrição a seguir auxilia na compreensão dessas relações:

> A aristocracia beneficiava-se da estabilidade política e social que eliminara os conflitos no seio da própria elite e contivera as rebeliões camponesas, beneficiando-se ainda do exercício de altos cargos públicos e das vendas de terras confiscadas à Igreja Católica. A nobreza empobrecida, em dificuldades econômicas, teve oportunidade de refazer suas posses nos saques realizados no Novo Mundo e legitimados pelo Estado. A alta burguesia, beneficiária da monarquia, recebia os monopólios e os privilégios comerciais e industriais e a concessão de companhias privilegiadas. Artesãos e artífices tinham a garantia dos privilégios corporativos. Numerosas leis tentavam coibir os abusos dos cercamentos e seus efeitos despovoadores, procurando dar estabilidade ao corpo social.
>
> ARRUDA, José Jobson. *A Revolução Inglesa*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Essa relativa estabilidade, no entanto, seria rompida com a ascensão dos reis Stuart, após a morte de Elizabeth, última rainha Tudor, em 1603.

OS REIS STUART

O reinado dos Stuart foi marcado por uma série de conflitos relacionados às tentativas de reforço do poder real. Baseando-se na teoria do direito divino dos reis, a nova dinastia entrou em conflito com o Parlamento e tentou reafirmar o seu poder por meio do controle da hierarquia eclesiástica, desagradando aos puritanos. A perseguição aos puritanos se intensificou, e o conflito entre os monarcas e as forças vinculadas ao Parlamento provocou uma guerra civil na década de quarenta do século XVII, mudando os rumos da história da Inglaterra.

Jaime I (1603-1625)

Enquanto esteve no poder, Jaime I, o primeiro dos reis Stuart, caracterizou o seu governo por atitudes que visavam à recuperação dos cofres ingleses e ao reforço de seu poder pessoal.

No campo religioso, o reinado de Jaime I registrou o reforço da orientação católica na Igreja Anglicana, provocando reações dos puritanos. Alheio às insatisfações, Jaime promoveu o aumento da repressão religiosa, comandada pelos Tribunais Eclesiásticos e conduzida pelo arcebispo Laud.

Politicamente, as tensões entre o rei e o Parlamento se exacerbaram quando Jaime I lançou mão dos seus preceitos absolutistas, aumentando os impostos e concedendo monopólios sobre produtos de largo consumo, como carvão, sabão, cerveja e manteiga.

A política fiscal, somada à repressão religiosa e à política externa de Jaime I – que se aproximou da Espanha, católica e antiga rival inglesa –, provocou uma grande rivalidade entre o monarca e o Parlamento. As pressões persistiram até a morte do rei em 1625, quando seu filho Carlos I assumiu o poder.

Carlos I (1625-1649)

Carlos I manteve a política autoritária de seu antecessor, conservando a repressão política e religiosa e, assim, se indispondo com o Parlamento. A oposição, que inicialmente limitava-se ao campo político, ganhou contornos violentos, levando ao desencadeamento do processo revolucionário.

Durante o seu reinado, Carlos I aumentou os gastos com a Corte e distribuiu muitos privilégios aos pares. Para tanto, o monarca fez intervenções na economia, forçando seus súditos a concederem créditos à Coroa ou criando impostos, como o *Ship Money*, que, inicialmente restrito às zonas portuárias, foi estendido a todo o país por Carlos I.

Visando conter o avanço da política fiscal de Carlos I, o Parlamento exigiu do monarca a aceitação da Petição de Direitos, documento que limitava o seu poder, principalmente no que se referia à cobrança de impostos e à convocação do Exército. Após aceitar, inicialmente, tais restrições, Carlos I dissolveu o Parlamento em 1629, situação que permaneceu por 11 anos.

O autoritarismo de Carlos I ultrapassou os limites da Inglaterra, já que o rei se mobilizou para expandir os ideais reformados pela Grã-Bretanha. A tentativa de imposição do anglicanismo na Escócia, presbiteriana, resultou na invasão da Inglaterra pelas tropas escocesas em 1640. Diante da ameaça, Carlos I convocou o Parlamento na tentativa de aumentar os impostos para a organização do Exército. Para que pudessem retomar seus trabalhos, no entanto, os comuns impuseram uma série de restrições ao poder real, o que fez com que o Parlamento fosse novamente fechado.

Com a vexatória derrota das tropas inglesas para a Escócia, o rei foi forçado a convocar novamente o Parlamento, que, a partir desse momento, assumiu o controle político. Medidas como a revogação de decretos reais, o estabelecimento de uma peridiocidade para a convocação do Parlamento e as limitações da ação da Igreja Anglicana deram origem a novas divergências que, dessa vez, desembocaram na Revolução Puritana.

REVOLUÇÃO PURITANA (1640-1649)

Os conflitos entre o Parlamento e Carlos I levaram ao início de uma guerra civil. Os chamados realistas ou cavaleiros apoiavam o rei e, por isso, eram compostos da alta nobreza, e, do ponto de vista religioso, de anglicanos e católicos.

Do outro lado do conflito, encontravam-se os cabeças-redondas, fiéis ao Parlamento e formados por puritanos, recrutados entre a pequena e média nobreza, pela burguesia e por trabalhadores urbanos e rurais.

Após algumas derrotas iniciais, as forças de oposição ao rei obtiveram vitória com o estabelecimento de uma nova forma de organização militar. O Exército de Novo Tipo, ou *new model army*, foi liderado por um puritano membro da *gentry* chamado Oliver Cromwell. O Exército revolucionário baseou o seu recrutamento no mérito e na capacidade individual, sendo, portanto, o merecimento, e não a distinção pelo nascimento, o critério para a ascensão militar.

> No Exército de Novo Tipo, os oficiais eram voluntários e deviam suas promoções ao valor pessoal. Até mesmo partidários do Parlamento se escandalizaram com a promoção de "plebeus" aos cargos de oficiais. Mas os construtores da organização sabiam que, com aqueles homens humildes, unidos pela religião, submetidos a uma rígida disciplina e forjados em combate, derrotariam os "cavaleiros" – o termo com que eram desdenhosamente designadas as tropas reais. Como observou Oliver Cromwell, organizador e líder do Exército de Novo Tipo: "Prefiro um capitão trajado de panos grosseiros, mas que sabe pelo que está lutando, àqueles a quem chamais de gentis-homens e que disso não passam. Honro um cavaleiro que se comporta como tal. [...] Se escolherdes homens honestos e de bem para capitais de cavalaria, os homens honestos os seguirão".
>
> HILL, Christopher. *O eleito de Deus*: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Após uma série de confrontos, a vitória das tropas do Parlamento sobre as forças de Carlos I se deu na batalha de Naseby, em 1645. O vazio de poder deixado pela vacância do trono inglês deu início a um longo e complexo conflito entre diversas facções políticas formadas durante o processo revolucionário.

Setores mais conservadores do Parlamento, como os presbiterianos, desejavam diminuir a influência do Exército e, para isso, juntaram-se ao rei, que, em meio àquele processo conturbado, desejava enviar os militares para conter uma rebelião na Irlanda, região dominada pelos ingleses. Os *levellers*, setores mais radicais ligados ao Exército, impediram tal ação.

Chamados de niveladores, os *levellers* se comprometeram a não desmobilizar as forças do Exército até que suas reivindicações fossem atendidas. Eles defendiam a democratização, a maior igualdade perante a lei e o regime republicano. Os mais radicais eram a favor da extinção da Câmara dos Lordes, da implementação do sufrágio universal masculino, do estabelecimento do livre-comércio, do fim dos monopólios, da proteção da pequena propriedade e da execução do rei.

Ao mesmo tempo em que as forças revolucionárias disputavam a composição do poder, o rei organizava a contrarrevolução. Assim, após uma tentativa real fracassada, as forças lideradas por Cromwell desmobilizaram as forças leais ao rei e o levaram a julgamento em 1648. A condenação feita pela Câmara dos Comuns dizia:

> Ficou provado pela experiência que a função do rei neste país é inútil, onerosa e um perigo para a liberdade, a segurança e o bem-estar do povo; por isso, de hoje em diante, tal função fica abolida.

Fazendo cumprir a sentença, no dia 30 de janeiro de 1649, Carlos I foi executado e, no mesmo ano, foi proclamada a República na Inglaterra.

Artista desconhecido

Execução de Carlos I

REPÚBLICA PURITANA (1649-1660)

Após a execução do rei, o comando da Inglaterra foi delegado ao líder da facção vitoriosa na guerra, Oliver Cromwell. A República de Cromwell, ou *Commowealth*, foi responsável pela eliminação dos resquícios feudais e pela consolidação dos valores liberais comuns à burguesia e à *gentry*. Inicialmente, o poder esteve dividido entre o Parlamento e o Exército, mas foi gradativamente se concentrando nas mãos do líder militar Oliver Cromwell.

Uma das primeiras ações de Cromwell foi eliminar as facções políticas mais radicais, como os *levellers* e os *diggers*, que desejavam a formação de cooperativas nas quais os bens produzidos seriam apropriados de forma comum.

Ainda no âmbito político, o novo líder inglês suprimiu os previlégios feudais e até dissolveu o Parlamento em 1653. Tal ação por parte de Cromwell o caracterizou como um ditador que advogava em favor da burguesia, tanto que o novo Parlamento, aberto posteriormente, lhe concedeu o título de lorde protetor da Inglaterra.

Cromwell usou, ainda, seu autoritarismo para beneficiar a Inglaterra internacionalmente. Suas ações se voltaram principalmente para a Irlanda e para a Escócia, acusadas de abrigar realistas e contrarrevolucionários.

Por fim, é importante ressaltar que Oliver Cromwell também foi muito importante para o crescimento econômico inglês, visto que estimulou o comércio, a produção artesanal e o livre-cambismo. Ainda assim, a grande realização de Cromwell foi a edição dos Atos de Navegação. Essas leis fortaleceram o comércio exterior e visaram combater a principal rival da Inglaterra nos oceanos, a Holanda. Pelos Atos, ficava determinado que as mercadorias importadas deveriam seguir para a Inglaterra em navios ingleses ou nas embarcações dos seus países de origem.

Após a morte de Oliver Cromwell em 1658, seu filho Richard assumiu o poder, mas a sua falta de habilidade política inviabilizou a sua permanência no poder. O temor de novos conflitos pelos grupos conservadores e da emergência de novos grupos radicais gerou um clima propício para que a dinastia Stuart, juntamente com a monarquia, pudesse ser restaurada na Inglaterra.

RESTAURAÇÃO E REVOLUÇÃO GLORIOSA

Com o apoio dos grupos conservadores à restauração monárquica, Carlos II (1660-1685), filho exilado de Carlos I, assumiu o trono e manteve relações menos tensas com o Parlamento, temendo seguir o mesmo destino de seu pai. Em seu governo, no entanto, o monarca exigiu a exumação do corpo de Cromwell e enforcou o cadáver em praça pública. Em seus 25 anos de reinado – marcados pela expansão comercial inglesa –, Carlos II submeteu-se à maioria das imposições do Parlamento e foi sucedido por seu irmão, Jaime II.

Com uma postura diferente do seu antecessor, Jaime II (1685-1688) estabeleceu uma política favorável à aristocracia, que teve parte dos seus bens restituída. Outro segmento beneficiado pelo monarca foi o do catolicismo, religião pela qual Jaime II havia se convertido. Dessa forma, os católicos passaram a gozar de alguns benefícios fiscais e a ocupar importantes cargos políticos.

A tensão política gerada pela intransigência de Jaime II e a ameaça da eclosão de um novo movimento revolucionário levaram parte da elite dominante e do clero anglicano a promover um golpe palaciano. O processo, denominado de Revolução Gloriosa, por não ter levado a uma nova guerra civil, retirou Jaime II do trono.

A abdicação deu-se em favor de seu genro, Guilherme de Orange, nobre protestante de origem holandesa. Declarado rei pelo Parlamento, Guilherme I foi submetido à Declaração dos Direitos, ou *Bill of Rights*, documento que estabeleceu a hegemonia do Parlamento sobre a monarquia e concedeu a tolerância religiosa aos puritanos.

Bill of Rights
(Declaração dos Direitos)

Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento.

Que, do mesmo modo, é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para dispensar as leis ou o seu cumprimento, como anteriormente se tem verificado, por meio de uma usurpação notória.

Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio.

Que o ato de levantar e manter dentro do país um exército em tempo de paz é contrário à lei, se não proceder autorização do Parlamento.

Estavam estabelecidas, portanto, as bases para a monarquia parlamentar e a consolidação da ordem liberal que passaria a vigorar na Inglaterra a partir de então.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFRRJ) Leia o texto a seguir, sobre algumas das razões que levaram à chamada Revolução Gloriosa, e responda à questão a seguir.

Satisfeitos com a política de Carlos II contra a Holanda, os capitalistas ingleses não se sentiam entretanto contentes com a sua atitude, e ainda menos com a de Jaime II, em relação à França, que se transformara na mais temível concorrente da Inglaterra no comércio e nas colônias.

[...] *A luta econômica contra a França, a luta por uma religião mais adaptada ao espírito capitalista, provocaram a revolução de 1688.*

MOUSNIER, R. *História geral das civilizações*: os séculos XVI e XVII. São Paulo: Difel, 1973. v. 9 p. 324.

Sobre a Revolução Gloriosa de 1688/1689, pode-se afirmar que ela

A) representou a vitória de setores reacionários no espectro político inglês e o retorno à descentralização política típica do mundo medieval.

B) significou, após a afirmação temporária de governos protestantes, um retorno à tradição britânica de governos católicos.

C) foi o momento no qual o anglicanismo afirmou-se definitivamente como religião de Estado na Inglaterra.

D) representou uma derrota da teoria do direito divino e o triunfo da teoria do contrato entre o soberano e o povo.

E) representou a vitória da teoria da separação dos três poderes e de um Estado democrático baseado no sufrágio.

02. (UNESP) *Nas outras monarquias da Europa, procura-se ganhar a benevolência do rei; na Inglaterra, o rei procura ganhar a benevolência* [da Câmara] *dos Comuns*.

DELEYRE, Alexandre. *Tableau de l'Europe*, 1774.

Essa diferença entre a monarquia inglesa e as do continente deve-se

A) ao rei Jorge III que, acometido por um longo período de loucura, tornou-se dependente do Parlamento para governar.

B) ao fato de a casa de Hannover, por sua origem alemã, gozar de pouca legitimidade para impor aos ingleses o despotismo esclarecido.

C) ao início da rebelião das colônias inglesas da América do Norte contra o monarca, que o obrigou a fazer concessões.

D) à peculiaridade da evolução política inglesa a qual, graças à Magna Carta, não passou pela fase da monarquia absolutista.

E) às revoluções políticas de 1640 (Puritana) e de 1688 (Gloriosa), que retiraram do rei o poder de se sobrepor ao Parlamento.

03. (PUC-SP–2010) O Ato de Navegação de 1651 foi editado por Oliver Cromwell, no contexto das chamadas Revoluções Inglesas do século XVII. Era uma forma de

A) assegurar mercado consumidor para produtos ingleses e impedir a concorrência de novas potências industriais, como a França e a Alemanha.

B) obter maior controle sobre a circulação marítima comercial e, dessa forma, ampliar a presença britânica sobre os mares.

C) beneficiar os interesses da nobreza britânica, que finalmente conseguia se impor à burguesia nas lutas religiosas, sociais e políticas internas.

D) impedir as exportações francesas para a América do Norte e, dessa forma, impedir a autonomia econômica das colônias inglesas na região.

E) facilitar o acesso às colônias do norte da África, para assegurar o fornecimento de carvão e de minérios para as fábricas inglesas.

04. (UFMG) *O século XVII é decisivo na história da Inglaterra. É a época em que a Idade Média chega ao fim*.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 13.

Considerando-se que o marco tradicional do final da Idade Média é o século XV, tal afirmação sobre esse período da história inglesa justifica-se em razão da

A) derrota da Igreja Católica, com a ascensão do anglicanismo e sua adoção como religião oficial do Estado.

B) instauração da república liberal e presidencialista, que se consolidou no poder, apesar da oposição monárquica.

C) unificação da Inglaterra que, sob um monarca absoluto, superou a fragmentação política feudal.

D) vitória da Revolução Inglesa, que aboliu direitos feudais e submeteu o rei ao poder do Parlamento.

05. (PUC-Campinas-SP) Os conflitos político-sociais do século XVII foram o meio pelo qual a Inglaterra

A) transformou o absolutismo de direito em absolutismo de fato.

B) promoveu a substituição do Estado liberal-capitalista pelo Estado absolutista.

C) organizou o Exército do Parlamento, conferindo postos de comando, segundo o critério de origem familiar e não pelo merecimento militar.

D) consolidou os interesses da nobreza agrária tradicional rompendo com os ideais da burguesia.

E) diluiu os obstáculos para o avanço capitalista, marcando o início da desagregação do absolutismo monárquico.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFJF-MG–2007) Leia o fragmento a seguir:

O século XVII é decisivo na história da Inglaterra. Os problemas desse país não lhe são privativos. Toda a Europa enfrentava uma série de conflitos, revoltas e guerras civil. [...] *Contudo, apenas na Inglaterra ocorreu uma ruptura decisiva no século XVII.*

HILL, C. *O eleito de Deus:* Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa.

Essa ruptura ficou conhecida como Revolução Inglesa, um processo que se estendeu de 1640 a 1660. A respeito desse processo, é **INCORRETO** afirmar que

A) foi decisivo na derrocada do absolutismo na Inglaterra.

B) consolidou um mercado nacional, com um governo que priorizava as questões comerciais.

C) privilegiou os interesses dos setores agrários e da Igreja Católica, que passaram a ser financiados pelo governo.

D) as decisões tomadas durante esse processo garantiram que a Inglaterra fosse governada por uma assembleia representativa.

E) foi marcado por manifestações no campo contra as mudanças no regime de propriedade da terra, com destaque para grupos como os *diggers* e *levellers*.

02. (UNESP) [...] *o período entre 1640 e 1660 viu a destruição de um tipo de Estado e a introdução de uma nova estrutura política dentro da qual o capitalismo podia desenvolver-se livremente.*

HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*.

O autor do texto está se referindo

A) à força da Marinha inglesa, maior potência naval da Época Moderna.

B) ao controle pela Coroa Inglesa de extensas áreas coloniais.

C) ao fim da monarquia absolutista, com a crescente supremacia política do Parlamento.

D) ao desenvolvimento da indústria têxtil, especialmente dos produtos de lã.

E) às disputas entre burguesia comercial e agrária, que caracterizaram o período.

03. (FGV) *O século XVII é decisivo na história da Inglaterra* [...] *Toda a Europa enfrentava uma crise em meados do século XVII e ela se expressava por meio de uma série de conflitos, revoltas e guerras civis*.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus*: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. p. 13.

A esse respeito, é **CORRETO** afirmar:

A) Durante o século XVII, a Inglaterra foi a única região que passou ao largo das turbulências político-sociais que sacudiram as monarquias europeias.

B) A “Declaração de Direitos” (*Bill of Rights*), elaborada em 1689, estabeleceu a monarquia absolutista na Inglaterra, condição fundamental para o poderio britânico que se verificaria nos séculos XVIII e XIX.

C) A chamada Revolução Gloriosa de 1688 consolidou a emergência dos grupos radicais, denominados niveladores e cavadores, em detrimento do poder da aristocracia senhorial inglesa.

D) O resultado final da Revolução Inglesa foi a adoção de um pacto político e religioso entre a burguesia e a nobreza proprietária de terras, que garantiu o reconhecimento da supremacia papal sobre os assuntos religiosos da monarquia.

E) Após a chamada Revolução Puritana, que resultou na execução do rei Carlos I, e da Revolução Gloriosa, que levou à deposição de Jaime II, a monarquia teve seu poder limitado, tendo que cumprir as leis votadas pelo Parlamento.

04. (FGV-SP) A Declaração de Direitos de 1689 (Inglaterra) é o(a)

A) documento que legitima o poder absoluto da monarquia após a Revolução Gloriosa.

B) base jurídica da República Puritana do Governo Cromwell.

C) estopim do conflito que leva a Inglaterra à guerra civil.

D) documento que instaura a subordinação do rei ao Parlamento.

E) documento fundador da curtíssima experiência republicana inglesa após a Revolução Gloriosa.

05. (UFMG) Durante a Revolução Inglesa, no século XVII, foi formado o Exército de Novo Tipo, liderado por Oliver Cromwell, de que participavam, além da classe mercantil, da *gentry*, dos pequenos proprietários camponeses e de trabalhadores urbanos, segmentos mais radicais, que defendiam reformas profundas no Estado inglês.

É **CORRETO** afirmar que esses segmentos eram constituídos

A) pelos *tories*, que visavam ao fechamento do Parlamento e à instituição de um governo popular, e pelos *whigs*, defensores da abolição da propriedade privada.

B) pelos *levellers*, que reivindicavam a democratização, a extensão do sufrágio e uma maior igualdade perante a lei, e pelos *diggers*, defensores da posse comum das terras.

C) pelos *landlords*, que buscavam a implantação do sufrágio universal e a extensão do voto às mulheres, e pelos *warlordists*, que pregavam a luta armada do povo contra o Parlamento.

D) pelos *saint-simonistas*, que defendiam o fim do sistema monárquico, e pelos *owenistas*, defensores da abolição da Câmara dos Lordes.

06. (FGV) [...] *nenhuma mercadoria produzida ou fabricada na África, Ásia e América será importada na Inglaterra, Irlanda ou País de Gales, Ilhas Jersey e Guernesey, e cidade de Berwick sobre o Tweed, outros navios senão nos que pertencem a súditos ingleses, irlandeses ou galeses e que são comandados por capitães ingleses e tripulados por uma equipagem com três quartos de ingleses* [...] *nenhuma mercadoria produzida ou fabricada no estrangeiro e que deve ser importada na Inglaterra, Irlanda, País de Gales, Ilhas Jersey e Guernesey deverá ser embarcada noutros portos que não sejam aqueles do país de origem* [...]

ENGLISH historical documents. *apud* DEYON, Pierre. *O mercantilismo*

Esses são fragmentos do Ato de Navegação, que traz como decorrência para a Inglaterra

A) a perda de vastos territórios coloniais para a Holanda e Portugal, pois a Marinha inglesa de guerra ficou inferiorizada.

B) o apoio, de forma decisiva, na formação dos Estados Gerais da República das Províncias Unidas, hoje Holanda.

C) o acirramento das rivalidades econômicas com os holandeses e o fortalecimento do comércio exterior inglês.

D) o reforço do absolutismo da dinastia Tudor e a eclosão da Revolução Puritana, liderada pelos *levellers*.

E) a garantia da presença do capital inglês na exploração do ouro e das pedras preciosas em Minas Gerais.

07. (UNESP) Gerald Winstanley, líder dos escavadores da Revolução Puritana na Inglaterra (1640-1660), definiu a sua época como aquela em que "o velho mundo está rodopiando como pergaminho no fogo". Embora os escavadores tenham sido vencidos, a Revolução Inglesa do século XVII trouxe mudanças significativas, entre as quais destacam-se a

A) instituição do sufrágio universal e a ampliação dos direitos das Assembleias populares.

B) separação entre Estado e religião e a anexação das propriedades da Igreja Anglicana.

C) liberação das colônias da Inglaterra e a proibição da exploração da mão de obra escrava.

D) abolição dos domínios feudais e a afirmação da soberania do Parlamento.

E) ampliação das relações internacionais e a concessão de liberdade à Irlanda.

08. (UFES) A "Declaração de Direitos", assinada pelos soberanos ingleses Guilherme II e Maria, resultado concreto da Revolução Inglesa, comprometia-os com cláusulas, como obrigações de cumprir leis votadas pelo Parlamento, sem ter direito a veto; impedimento de lançar impostos sem a aprovação dos representantes populares; proibição de manter um exército permanente, em tempo de paz, sem a anuência do Parlamento.

Em relação à Revolução Inglesa, podemos afirmar que

A) concretizou a preponderância católica irlandesa sobre o protestantismo britânico.

B) enfraqueceu o poder político do Parlamento inglês, aumentando o do soberano Guilherme II.

C) introduziu uma crescente influência política francesa sobre o Parlamento inglês.

D) proporcionou a ocupação dos principais cargos políticos pelos católicos.

E) representou a vitória definitiva do sistema parlamentar britânico sobre o absolutismo monárquico.

09. (UFMG–2009) A Revolução Inglesa, no século XVII, foi longa e bastante significativa para a consolidação do mundo político moderno. Nesse processo revolucionário, podem ser identificados dois grandes momentos: a Revolução de 1640, ou Revolução Puritana, e a Revolução de 1688, ou Revolução Gloriosa.

1. O adjetivo utilizado para identificar, ou nomear, cada um desses dois momentos da Revolução Inglesa é bastante sugestivo para a caracterização deles. **EXPLIQUE** o que, em cada uma das duas fases, levou ao uso do respectivo adjetivo para a identificação do momento.

2. **ANALISE** duas implicações políticas decorrentes do processo revolucionário inglês do séculoXVII.

10. (UFG) Sob o domínio dos Tudor (1485-1603), o absolutismo inglês firmou-se, principalmente, durante o reinado de Elizabeth I (1558-1603). Com a ascensão dos Stuart, inicia-se um período de tensão que desencadeou uma fase revolucionária, em muitos aspectos, típica dos conflitos políticos da modernidade. Acerca da Revolução Puritana (1649-1660), responda:

A) Qual a liderança que organizou o Exército puritano na luta contra o absolutismo?

B) **IDENTIFIQUE** os aspectos políticos e sociais da Revolução Puritana.

SEÇÃO ENEM

01. Leia os trechos a seguir:

No Exército de Novo Tipo, os oficiais eram voluntários e deviam suas promoções ao valor pessoal. Até mesmo partidários do Parlamento se escandalizaram com a promoção de "plebeus" aos cargos de oficiais. Mas os construtores da organização sabiam que, com aqueles homens humildes, unidos pela religião, submetidos a uma rígida disciplina e forjados em combate, derrotariam os 'cavaleiros' – o termo com que eram desdenhosamente designadas as tropas reais. Como observou Oliver Cromwell, organizador e líder do Exército de Novo Tipo: "Prefiro um capitão trajado de panos grosseiros, mas que sabe pelo que está lutando, àqueles a quem chamais de gentis-homens e que disso não passam. Honro um cavaleiro que se comporta como tal. [...] *Se escolherdes homens honestos e de bem para capitais de cavalaria, os homens honestos os seguirão.*

HILL, Christopher. *O eleito de Deus*: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Os soldados eram tratados como homens e a regra absoluta de promoção por méritos (que significavam distinção na batalha) produziu uma hierarquia simples de coragem. Por outro lado, o Exército era uma carreira como qualquer outra das muitas abertas ao talento pela revolução burguesa, e os que nele obtiveram sucesso tinham um interesse investido na estabilidade interna como qualquer outro burguês.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções.*

A visão apresentada sobre o Exército em ambos os textos corrobora a noção de que

A) os padrões aristocráticos de origem medieval serviam como base para a formação até os momentos retratados em ambos os textos.
B) as noções de promoção pelo valor pessoal e de carreira aberta ao talento se chocavam com a mentalidade burguesa.
C) as ideias liberais tiveram repercussão limitada, sendo a sua presença restrita às relações entres os burgueses na esfera econômica.
D) a bravura e a capacidade militar eram medidas de acordo com a posição que os indivíduos ocupavam na sociedade.
E) a ascensão militar não possuía relação com as transformações ocorridas nas sociedades europeias nos períodos mencionados nos textos.

02.

A gravura é uma cópia de uma sátira holandesa do século XVII e mostra Oliver Cromwell na armadura, desgastando um casaco da Coroa e controlando a espada da Justiça e a esfera da soberania. Atrás, uma descrição da execução de Carlos I.

A construção de uma imagem pejorativa de Cromwell pelos holandeses se justifica pelo(a)

A) oposição holandesa à execução de Carlos I, considerado o legítimo monarca inglês.
B) apoio inglês à Insurreição Pernambucana, ou seja, à expulsão holandesa do Brasil.
C) crítica aos Atos de Navegação, responsáveis pela redução do comércio flamengo nos mares.
D) aliança entre Holanda e Espanha no combate ao avanço do protestantismo britânico.
E) insatisfação com o extermínio de milhares de católicos pelos protestantes na ilha da Irlanda.

GABARITO

Fixação

01. D 02. E 03. B 04. D 05. E

Propostos

01. C
02. C
03. E
04. D
05. B
06. C
07. D
08. E
09. 1. A Revolução Puritana foi assim definida pela concentração de deputados puritanos no Parlamento inglês, em especial na Câmara dos Comuns, órgão responsável pela condução do processo revolucionário e pelo consequente fim do poder real. O líder desse movimento foi o deputado puritano Oliver Cromwell.

    Já a Revolução Gloriosa leva esse nome pelo complemento do processo revolucionário que se iniciou em 1640 e que chegava ao seu auge em 1688, sendo marcada pela ausência de conflitos violentos e pela consolidação do poder do Parlamento.

    2. Implicação 1: Ocorreu a liquidação do absolutismo e a afirmação da monarquia parlamentarista na qual a Câmara dos Comuns, por meio da escolha do primeiro-ministro, exercia o poder.

    Implicação 2: O processo revolucionário criou condições para a ascensão de novos grupos sociais políticos ao poder, entre os quais, a burguesia e a *gentry*.
10. A) O Exército puritano foi liderado por Oliver Cromwell, que foi nomeado lorde protetor após a instalação de um governo republicano com a deposição e a execução do rei Carlos I.

    B) Os puritanos representavam a burguesia inglesa ligada ao comércio e às manufaturas, discriminada politicamente pelo governo anglicano.

Seção Enem

01. A
02. C

HISTÓRIA

Iluminismo

MÓDULO 10 FRENTE A

O Iluminismo, também conhecido como Ilustração, foi o conjunto de ideias que, no século XVIII, serviu de base teórica para as contestações que levaram à queda do Antigo Regime. Os filósofos iluministas formularam uma série de propostas que abrangiam os campos da política, da sociedade, da economia e da religião.

Por meio da publicação de seus textos (muitas vezes de forma clandestina) em livros, jornais e panfletos, os iluministas defendiam alguns temas que servem de fundamento, ainda hoje, para a vida em sociedade. Apesar de esses pensadores divergirem em vários pontos, pode-se definir algumas características comuns desse movimento.

As críticas dos iluministas se voltavam, principalmente, para a organização do Estado absolutista e sua política econômica mercantilista, tendo sido a Igreja também um dos alvos das contestações. Pode-se dizer, de modo geral, que esses pensadores defendiam a liberdade de forma intransigente, fosse ela política, de comércio, de expressão ou religiosa.

De acordo com esses pensadores, o Estado absolutista e suas rígidas hierarquias sociais impediam a garantia dos direitos inalienáveis do homem. Isso se tornava inadmissível para os iluministas, que acreditavam que os homens eram portadores de direitos naturais dos quais não podiam ser privados, como a liberdade, a igualdade e a propriedade privada. Desse pensamento resulta o fato de as monarquias absolutistas e a Igreja serem os principais alvos dos ataques.

Como princípio do movimento, os iluministas reafirmavam a razão como a base do conhecimento, radicalizando, desse modo, as mudanças em relação ao pensamento medieval provocadas pelo Renascimento e pela Revolução Científica. O predomínio da razão conduziria, inevitavelmente, ao progresso e asseguraria ao homem a liberdade para a busca de sua felicidade. Em uma só frase, o filósofo Diderot, em carta a Voltaire, sintetiza os pontos comuns desse vasto conjunto de ideias que é o Iluminismo:

> Nossa divisa é: sem quartel aos supersticiosos, aos fanáticos, aos ignorantes, aos loucos, aos perversos e aos tiranos... será que nos chamamos de filósofos para nada?
>
> Carta de Diderot a Voltaire, em 29 de setembro de 1762.

CONTEXTO

O Iluminismo pode ser enquadrado em um processo mais amplo, de libertação da razão, que teve suas origens no final da Idade Média. O Renascimento e, posteriormente, a Revolução Científica teriam iniciado esse processo, no qual o conhecimento humano seria, gradativamente, afastado da influência da Igreja e da religião.

Alguns importantes pensadores do século XVII serviam de inspiração para o Iluminismo, que viveu o seu auge no século XVIII, também chamado de Século das Luzes. Foi principalmente a partir da França que o pensamento da Ilustração se irradiou para o restante do continente europeu e do planeta.

O Iluminismo apresenta íntima relação com o fortalecimento da burguesia, pois o desenvolvimento econômico desse grupo, desde o final de Idade Média, não havia sido acompanhado pela tomada do controle político dos Estados Modernos. Isso ocorreu porque a sociedade do Antigo Regime ainda era marcada por práticas que mantinham privilégios para o grupo menos produtivo da sociedade, a nobreza. A defesa dos direitos inalienáveis passou a ser encampada pela burguesia e serviu de justificativa para a tomada do poder político por essa classe.

Associado ao individualismo burguês, o ideário iluminista, que defendia a liberdade política e econômica, serviu como base para os movimentos que destruíram as estruturas do Antigo Regime. As revoluções burguesas na Europa e as lutas por independência nas Américas são exemplos do alcance e das transformações provocadas por essas ideias. Tais movimentos foram precedidos por uma transformação na maneira do homem de enxergar o mundo e a sociedade em que vivia.

Por fim, é importante lembrar a distância existente entre as teorias e os ideais defendidos pelos iluministas e sua efetiva realização. Tomado o poder pela burguesia, as ideias mais radicais foram relativizadas e, apesar da consolidação da ordem liberal burguesa, a participação política ficou restrita à alta burguesia, que buscou meios de preservar a propriedade privada.

PENSADORES DO SÉCULO XVII

Ainda no século XVII, é possível notar na obra de alguns pensadores certos pontos que compuseram o corpo teórico do Iluminismo. Nesse contexto, destacam-se:

Francis Bacon (1561-1626)

Nascido na Inglaterra, Bacon escreveu livros como: *Novum organum*, *Instauratio magna* e *Nova Atlântida*. Bacon afirmava a necessidade de se contestar o saber transmitido pelo passado, apontando suas críticas para a tradição e para a escolástica, de origem medieval. Desenvolveu a ideia do método indutivo, valorizando a observação da natureza e a busca de fatos como fontes do conhecimento.

René Descartes (1596-1650)

Francês, considerado um dos pensadores mais influentes da história, Descartes concedeu uma importante colaboração para o desenvolvimento da Ciência, da Filosofia e da Matemática Moderna. Em sua obra mais importante, *Discurso sobre o método*, ele defende o racionalismo como forma de conhecimento e ressalta o método dedutivo como modo de acesso à verdade. Através da dúvida metódica, o homem seria capaz, de acordo com Descartes, de alcançar verdades incontestáveis, como a existência de Deus e o fato de o homem ser um animal pensante. A partir dessas questões, surge a frase mais célebre do filósofo: "Penso, logo existo".

John Locke (1632-1704)

Filósofo inglês, Locke contribuiu de forma significativa para a ciência ao valorizar a experiência como forma de construção do conhecimento. A esse método, que, além da experimentação, busca uma verdade através da utilização dos sentidos e da percepção sensorial, é dado o nome de empirismo.

Apesar da sua contribuição para a ciência, foi na política que Locke alcançou maior repercussão, sendo inclusive considerado o pai do liberalismo político. Sua influência pode ser notada na Revolução Inglesa, na Independência das Treze Colônias e na Revolução Francesa.

Em seu *Segundo Tratado sobre o governo civil*, o pensador utiliza a teoria do contrato social, que também serviu de base para Thomas Hobbes. No entanto, enquanto a teoria de Hobbes serviu para justificar o poder absoluto dos reis, as ideias de Locke colaboraram para justificar a fundação do Estado liberal. Para ele, o Estado deve existir para garantir os direitos inalienáveis do homem. No estado de natureza, tais direitos não estariam completamente assegurados. Dessa maneira, os homens deveriam realizar um contrato, formando governos capazes de manter a propriedade, a liberdade e a vida do homem. Caso o governante falhasse na garantia desses direitos naturais, os governados deveriam destituí-lo do poder. Para Locke, o poder político não deveria se concentrar na mão de um só homem, sendo necessária a existência do Poder Legislativo e de uma Constituição que regulasse o Poder Executivo.

Godfrey Kneller

John Locke

A influência das ideias de Locke são evidentes, por exemplo, na Declaração de Independência dos Estados Unidos, na qual se lê:

> Cremos como verdades evidentes por si próprias que todos os homens nasceram iguais, que receberam de seu Criador alguns direitos inalienáveis; que entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade; que é para assegurar esses direitos que os governos foram instituídos entre os homens e seu justo poder advém somente do consentimento dos governados; todas as vezes que uma forma de governo torna-se destruidora desses fins, o povo está no direito de modificá-la ou aboli-la e instituir um novo governo [...]
>
> Preâmbulo da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, 4 jul. 1776.

Isaac Newton (1643-1727)

Físico e matemático inglês, Newton colaborou para a construção dos fundamentos da Física Moderna. Defendia a ideia de que a natureza não era governada por leis insondáveis e sim por leis racionais, bastando aos homens descobri-las através do raciocínio matemático. Os iluministas, posteriormente, procuraram leis racionais e universais para explicar não apenas os fenômenos físicos, mas também a política, a economia e a vida em sociedade.

FILÓSOFOS ILUMINISTAS

O Iluminismo encontrou seu apogeu na França durante o século XVIII, quando as contestações ao Antigo Regime e a luta pela garantia dos direitos naturais e da busca pela felicidade do homem se intensificaram. Nesse contexto, destacam-se as obras dos seguintes filósofos:

Voltaire (1694-1778)

François-Marie Arouet, mais conhecido por seu pseudônimo Voltaire, era crítico ferrenho do absolutismo, da nobreza e da religião. Influenciado pelas ideias de Locke, com as quais teve contato durante o seu exílio na Inglaterra, defendia que os direitos naturais do homem deveriam ser garantidos pelo governo. Não era, contudo, um democrata, sendo suas ideias seguidas pelos chamados déspotas esclarecidos.

Em *Cândido, ou O otimismo*, sua obra mais importante, Voltaire demonstra a importância da razão e expõe suas críticas a tudo que limitasse o seu desenvolvimento, seja a Igreja, os costumes franceses ou a autoridade política. Apesar de suas críticas à religião, não era ateu, e sim, deísta, ou seja, acreditava na existência de um deus racional, arquiteto do universo.

Voltaire se destacou nas lutas contra a tortura, as prisões arbitrárias e a pena de morte. Além disso, foi defensor radical da liberdade de expressão. É atribuída a ele a frase: "Posso não concordar com nenhuma das palavras que você diz, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las".

Montesquieu (1689-1755)

Charles Louis Secondat, o barão de Montesquieu, escreveu anonimamente o livro *Cartas Persas*, em que narra a viagem de dois persas à França de Luís XIV, retratando de maneira crítica e irônica os costumes e os abusos cometidos pelo Estado francês e pela Igreja.

Outra das suas obras, o *Espírito das Leis,* influenciou tanto a Independência das Treze Colônias quanto a Revolução Francesa. Nela, Montesquieu afirma não haver um governo ideal, mas que as formas de se governar e as leis devem surgir a partir do contexto histórico e da realidade concreta. Clima, costumes e tamanho do território devem influir na forma como cada Estado se organiza.

Montesquieu foi responsável pela formulação da teoria do equilíbrio entre os poderes. Para ele, é natural que o homem abuse do poder, sendo possível, desse modo, que os governos acabem se convertendo ao despotismo. Para que isso não ocorra, deveria haver, portanto, um equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de forma a garantir a liberdade e impedir que um dos poderes tenha força excessiva.

Artista desconhecido

O barão de Montesquieu

Denis Diderot (1713-1784)

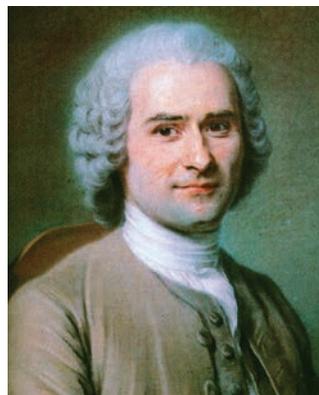
Filósofo e escritor, Diderot criticava a Igreja e os excessos da tirania. Sua mais conhecida afirmação teria sido: "O homem só será livre quando o último déspota for estrangulado com as entranhas do último padre". Sua principal obra foi a *Enciclopédia*, que, organizada, juntamente com Jean D'alembert (1718-1783), em dezenas de volumes, tentava abranger todo o conhecimento humano. Contando com textos de Montesquieu, Voltaire e Rousseau, sua intenção era divulgar o pensamento iluminista e as ideias racionais, o que acabou levando à censura da obra. A importância da *Enciclopédia* reside no fato de a obra proporcionar uma forma de conhecimento desvinculada das autoridades políticas e religiosas.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Considerado um dos mais radicais dos homens do Iluminismo, o pensador de origem suíça se afastou, em alguns pontos, das ideias de seus contemporâneos. Seus ideais serviram de inspiração para a radicalização política ocorrida na fase jacobina da Revolução Francesa.

Diferentemente dos demais iluministas, Rousseau contestava a excessiva valorização da razão e realçava a importância das paixões para a conservação da vida do homem. Acreditava que a sociedade havia corrompido o homem, que, naturalmente, era bom. Em *Emílio*, romance pedagógico, por exemplo, o autor mostra como a educação pode tornar a criança um adulto bom, evitando que ela seja corrompida pela vida em sociedade. Tais fatos colaboraram, portanto, para a formação do mito do "bom selvagem" e fizeram de Rousseau um dos precursores do Romantismo.

Suas críticas à propriedade privada, presentes em seu livro *Discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade,* também contrariavam o que defendiam os demais iluministas. Considerava que o surgimento da desigualdade se relacionava à instauração da propriedade e era a razão de muitos dos males da vida em sociedade.

Em *Do Contrato Social*, Rousseau, assim como Hobbes e Locke, utiliza a teoria contratualista. No entanto, nesse caso, a teoria justificava o surgimento de um Estado de caráter democrático, no qual o povo seria soberano, prevalecendo sempre a vontade geral. Dessa forma, a corrupção seria evitada, e a liberdade seria garantida para a população em geral. A ideia de vontade geral foi fundamental para a formação do conceito democrático moderno de governo da maioria.

Maurice Quentin de La Tour

Jean-Jacques Rousseau

ILUMINISMO E ECONOMIA

No campo econômico, as críticas do Iluminismo se voltaram, principalmente, para a excessiva intervenção do Estado na economia, típica prática mercantilista. Vinculadas ao desenvolvimento da economia industrial, tais críticas atacavam um dos pilares do Estado absolutista, na tentativa de promover o livre desenvolvimento da economia capitalista. Os representantes do chamado liberalismo econômico se dividiram em duas vertentes:

Fisiocracia

A Escola Fisiocrata, ou Naturalista, teve entre seus principais pensadores François Quesnay (1694-1774) e Turgot (1727-1781). Ambos encaravam o sistema econômico como um organismo submetido a algumas leis de funcionamento, e que, por isso, seria passível de estudo. Criticavam a intervenção do Estado, considerando-a um entrave ao livre funcionamento da economia. A excessiva regulamentação das atividades agrícolas era, também, alvo de críticas dos fisiocratas. Estes acreditavam que a agricultura era a maior fonte de riqueza, sendo ela a fornecedora de matéria-prima para a indústria e o comércio.

Os fisiocratas defendiam ainda o livre funcionamento do mercado, pois este seria regulado por leis naturais. Tal corrente ideológica foi claramente expressa através da frase: "*Laissez faire, laissez passer, le monde va de soi même*", que significa: "deixai fazer, deixai passar, o mundo anda por si próprio".

Escola Clássica

Surgida na Inglaterra, a Escola Clássica, ou de Manchester, está intimamente ligada ao desenvolvimento industrial inglês, principalmente na segunda metade do século XIX. Seu principal representante foi Adam Smith (1723-1790), pensador escocês que sintetizou seu pensamento no livro *A riqueza das nações*.

Assim como os fisiocratas, Smith considerava a intervenção estatal na economia prejudicial, posicionado-se, por isso, a favor da livre-circulação das mercadorias. De acordo com o autor, existiria uma espécie de mão invisível que regularia as relações econômicas através de leis próprias, como a da oferta e da procura. Criticava, por consequência, o monopólio colonial, dizendo que este não prejudicava apenas a economia da colônia, mas também a indústria da metrópole.

Os membros da Escola Clássica consideravam o trabalho como a fonte de riqueza do indivíduo e de uma nação. Além disso, defendiam o individualismo e consideravam a propriedade privada um direito sagrado do homem.

Ainda em sua obra, Adam Smith reconheceu o papel da divisão e a racionalização do trabalho no aumento da produção industrial, pois tal especialização provocaria, inevitavelmente, um aumento na produtividade do trabalho e, consequentemente, um maior acúmulo de riquezas. Por fim, é válido ressaltar que Adam Smith reconhecia a necessidade da participação do Estado apenas naquelas atividades as quais o capital privado não apresentasse interesse em desenvolver.

DESPOTISMO ESCLARECIDO

As ideias iluministas foram incorporadas também pelas monarquias europeias. Na segunda metade do século XVIII, alguns soberanos, na tentativa de manter o poder absoluto, submeteram seus reinos a uma série de reformas baseadas em alguns pontos do Iluminismo, desde que estes não descaracterizassem os seus regimes despóticos. Tais monarcas ficaram conhecidos, portanto, como déspotas esclarecidos.

Marcadas pelo autoritarismo, tais medidas visavam retirar os Estados de sua condição de atraso em relação às demais nações. Seus principais representantes foram José II, da Áustria; Catarina, a Grande, da Rússia; Carlos III e o ministro Aranda, da Espanha, e D. José I e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, o marquês de Pombal, de Portugal.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (Cesgranrio) A Revolução Científica foi fundamental no questionamento de visão de mundo oriunda do imaginário medieval. Um dos vários pensadores que se destacaram nesse movimento foi

A) Isaac Newton, pelos seus estudos acerca da calorimetria e do movimento celeste.

B) Galileu Galilei, pelos debates acerca da mecânica dos corpos.

C) Kepler, pelo aprimoramento da teoria heliocêntrica.

D) René Descartes, pela criação das bases teóricas para desenvolvimento do cálculo binário.

E) Charles Darwin, pela criação da teoria evolucionista das espécies.

02. (FGV-SP) Sobre as descobertas científicas do século XVII, é **CORRETO** afirmar que

A) romperam com o sistema hermético de Galileu Galilei, impondo um modelo experimental para verificação dos modelos naturais.

B) recuperaram o modelo aristotélico de universo, rompendo, portanto, com a concepção propagada pela Igreja Medieval de corpos celestes estáticos.

C) a partir do modelo experimental romperam com o sistema hermético de Aristóteles sustentado pela Igreja Medieval.

D) recuperaram o modelo aristotélico de cosmo, rompendo, portanto, com a concepção propagada pela Igreja Medieval do Universo em movimento.

03. (Cesgranrio) Os começos do desenvolvimento científico moderno se identificam com a Revolução Científica do século XVII – o aparecimento de novas maneiras de pensar voltadas principalmente para o problema do conhecimento, tal como o demonstram as obras de Galileu, Bacon, Descartes, etc. Constituíram elementos característicos dessa Revolução

I. a substituição da importância da autoridade e da tradição pelo valor da observação e da experimentação.

II. a valorização da especulação racional em função da redescoberta das obras de Aristóteles.

III. o triunfo do pressuposto racionalista acerca da racionalidade e inteligibilidade de um universo "escrito em linguagem matemática".

IV. a superioridade filosófica e científica do racionalismo cartesiano, dedutivo, sobre o empirismo de Locke e Hume.

Assinale

A) se somente os itens I e II estão corretos.

B) se somente os itens III e IV estão corretos.

C) se somente os itens I e III estão corretos.

D) se somente os itens II e IV estão corretos.

E) se somente os itens I,II e IV estão corretos.

04. (UFF-RJ) O Iluminismo do século XVIII abrigava, entre seus valores, o racionalismo. Tal perspectiva confrontava-se com as visões religiosas do século anterior. Esse confronto anunciava que o homem das luzes encarava o mundo e tudo nele contido: o homem e a natureza. O Iluminismo era claro, com relação ao homem: um indivíduo capaz de realizar intervenções e mudanças na natureza para que essa lhe proporcionasse conforto e prazer. Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que, para o homem das luzes, a natureza era

A) misteriosa e incalculável, sendo a base da religiosidade do período, o lugar onde os homens reconheciam a presença física de Deus e sua obra de criação.

B) infinita e inesgotável, constituindo-se um campo privilegiado da ação do homem, dando em troca condição de sobrevivência, principalmente no que se refere ao seu sustento econômico.

C) apenas reflexo do desenvolvimento da capacidade artística do homem, pois ajudava-o a criar a ideia de um progresso ilimitado relacionado à indústria.

D) um laboratório para os experimentos humanos, pois era reconhecida pelo homem como a base do progresso e entendimento do mundo; daí a fisiocracia ser a principal representante da industrialização iluminista.

E) a base do progresso material e técnico, fundamento das fábricas, sem a qual as indústrias não teriam condições de desenvolver a ideia de mercado.

05. (UFPR–2010) A respeito do Iluminismo, movimento filosófico que se difundiu pela Europa ao longo do século XVIII, considere as seguintes afirmativas:

I. Muitos filósofos franceses, entre eles Montesquieu, Voltaire e Diderot, foram leitores, admiradores e divulgadores da filosofia política produzida pelos ingleses, como John Locke com sua crítica ao absolutismo.

II. Quanto à organização do Estado, os filósofos iluministas não eram contra a monarquia, mas contra as ideias de que o poder monárquico fora constituído pelo direito divino e de que ele não poderia ser submetido a nenhum freio.

III. A descoberta da perspectiva e a valorização de temas religiosos marcaram as expressões artísticas durante o Iluminismo.

IV. Em Portugal, o pensamento iluminista recebeu grande impulso das descobertas marítimas.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Somente a afirmativa I é verdadeira.

B) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.

C) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.

D) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

E) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (FUVEST-SP) *A autoridade do príncipe é limitada pelas leis da natureza e do Estado* [...] *O príncipe não pode, portanto, dispor de seu poder e de seus súditos sem o consentimento da nação e independentemente da escolha estabelecida no contrato de submissão* [...]

DIDEROT, artigo Autoridade política, *Enciclopédia*, 1751.

Tendo por base esse texto da *Enciclopédia*, é **CORRETO** afirmar que o autor

A) pressupunha, como os demais iluministas, que os direitos de cidadania política eram iguais para todos os grupos sociais e étnicos.

B) propunha o princípio político que estabelecia leis para legitimar o poder republicano e democrático.

C) apoiava uma política para o Estado, submetida aos princípios da escolha dos dirigentes da nação, por meio do voto universal.

D) acreditava, como os demais filósofos do Iluminismo, na revolução armada como único meio para a deposição de monarcas absolutistas.

E) defendia, como a maioria dos filósofos iluministas, os princípios do liberalismo político que se contrapunham aos regimes absolutistas.

02. (Mackenzie-SP–2010) *O sistema financeiro, coração da economia global, não será mais o mesmo depois do colapso iniciado pela falência do banco americano Lehman Brothers.* [...] *Economistas do primeiro time recomendam ao presidente americano a estatização provisória do sistema financeiro. Eles não são comunistas, revolucionários ou radicais. São fervorosos adeptos da economia de mercado – uma economia que precisa agora negar seus princípios sagrados para sobreviver*.

JORNAL MUNDO, Mar. 2009.

Entre os princípios sagrados do capitalismo, mencionados no texto, considere I, II, III, IV a seguir.

I. Lei da oferta e da procura e livre iniciativa.

II. Livre-concorrência e não intervenção estatal na economia.

III. Estatização da indústria de base e protecionismo.

IV. Planificação e coletivização.

São **CORRETAS** somente

A) I e IV.

B) I e II.

C) I, II e III.

D) II e IV.

E) III e IV.

03. (UNIRIO-RJ) Os "déspotas esclarecidos" procuravam modificar os métodos e objetivos de ação do Estado. Em geral, apresentavam-se, apenas como "os primeiros servidores do próprio Estado". Entre as manifestações de "despotismo esclarecido", pode-se incluir:

A) Adoção de uma fraseologia dos filósofos do Iluminismo para a modernização de seus respectivos Estados.

B) Seu sucesso em países onde a burguesia era muito forte e atuante.

C) Durabilidade e coerência de suas reformas implantadas nos países da Europa Ocidental.

D) Adaptação de princípios novos a Estados de condições socioeconômicas e políticas bastante avançadas.

E) Destruição da religião revelada e da autoridade da Igreja, através de precoces ideias do materialismo histórico.

04. (UFRRJ) O texto a seguir se refere ao liberalismo econômico. A Escola de Manchester, conhecida também como Escola Clássica, desenvolveu o pensamento econômico dominante na época do capitalismo industrial e liberal. Coube a Adam Smith formular em *A riqueza das nações*, que foi publicado em 1776, as ideias iniciais do liberalismo econômico, igualmente defendido por Davi Ricardo em *Princípios da economia política e do imposto*, e por Thomas Robert Malthus em *Ensaio sobre o princípio da população*.

AQUINO, S. L. de A. *et al*. *História das sociedades modernas às atuais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1995. p. 1281.

A obra *A riqueza das nações* (1776), fundamental na evolução do pensamento econômico, defendia, entre outras, a ideia de que

A) a grandeza de um Estado exige a planificação e o dirigismo econômico.

B) o trabalho é a fonte de riqueza, baseando-se no valor da lei da oferta e da procura.

C) a riqueza deve basear-se, fundamentalmente, na exploração dos recursos da natureza.

D) a "mais-valia", resultado da exploração do trabalhador, deve ser suprimida.

E) a socialização dos meios de produção e distribuição aumentam a eficiência da economia.

05. (UFV-MG) O liberalismo econômico se constituiu numa doutrina política do capitalismo industrial e financeiro. Qual das alternativas a seguir **NÃO** reflete um de seus princípios fundamentais?

A) Fortalecimento do mercantilismo

B) Livre-concorrência

C) Defesa da propriedade privada

D) Explicação científica dos fatos econômicos

E) Liberdade de contrato

06. (UFMG / Adaptado) Os princípios liberais, definidos a partir do século XVII, serviram aos interesses da emergente burguesia, na medida em que

A) propunham a unificação territorial e a centralização política do Estado Nacional.

B) lutavam pela manutenção de um sistema de trabalho com base no produtor independente.

C) enfatizavam as relações contratuais entre os indivíduos e a livre iniciativa.

D) postulavam o critério do nascimento como princípio de ordenação social.

07. (UFF-RJ) Conhecido como um dos mais importantes teóricos do liberalismo econômico do século XVIII, Adam Smith afirmava que, ao promover o interesse pessoal, o indivíduo contribuía para o interesse geral e coletivo. Nesse sentido, o principal impacto de seu livro, *O ensaio sobre a riqueza das nações*, foi o de justificar fortemente a busca desenfreada do enriquecimento individual. Com base nessa afirmativa,

A) **INDIQUE** duas características do liberalismo econômico.

B) **ANALISE** o papel do Estado no liberalismo econômico.

08. (UFU-MG) A revolução intelectual que se efetivou na Europa no século XVIII, divulgada principalmente a partir da edição da *Enciclopédia*, dirigida por Diderot e D'Alembert, ficou conhecida como Iluminismo. A esse respeito, responda:

A) Qual o significado histórico do Iluminismo?

B) Qual a relação entre as ideias iluministas e a Revolução Americana de 1776 e Revolução Francesa de 1789?

09. (Unicamp-SP) Para os pensadores do século XVII, precursores do Iluminismo, a busca do conhecimento deveria ser guiada pela razão.

A) **APONTE** três características do pensamento científico do século XVII.

B) **CITE** dois precursores do Iluminismo.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2003) Observe as duas afirmações de Montesquieu (1689-1755), a respeito da escravidão:

A escravidão não é boa por natureza; não é útil nem ao senhor, nem ao escravo: a este porque nada pode fazer por virtude; àquele, porque contrai com seus escravos toda sorte de maus hábitos e se acostuma insensivelmente a faltar contra todas as virtudes morais: torna-se orgulhoso, brusco, duro, colérico, voluptuoso, cruel.

Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tornar escravos os negros, eis o que eu diria: tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África para utilizá-los para abrir tantas terras. O açúcar seria muito caro se não fizéssemos que escravos cultivassem a planta que o produz.

MONTESQUIEU. *O espírito das leis*.

Com base nos textos, podemos afirmar que, para Montesquieu,

A) o preconceito racial foi contido pela moral religiosa.

B) a política econômica e a moral justificaram a escravidão.

C) a escravidão era indefensável de um ponto de vista econômico.

D) o convívio com os europeus foi benéfico para os escravos africanos.

E) o fundamento moral do direito pode submeter-se às razões econômicas.

02. (Enem–2000) O texto a seguir, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento.

Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da eqüidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa de justificar

A) a existência do governo como um poder oriundo da natureza.

B) a origem do governo como uma propriedade do rei.

C) o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.

D) a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.

E) o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

03. *Quando numa só pessoa, ou num mesmo grupo de governantes, o Poder Legislativo se acha reunido ao Poder Executivo, não poderá existir a liberdade, porque se poderá temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado criem leis tirânicas, para executá-las tiranicamente.*

Também não existirá liberdade, quando o poder de julgar não estiver separado do Poder Legislativo e do Executivo. Se o Poder Executivo estiver unido ao Poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, porque o juiz seria o legislador. E, se estiver unido ao Poder Executivo, o juiz poderá ter a força de um opressor.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Livro XI, capítulo VI. Rio de Janeiro: Ediouro, sd. p. 133. Documento de 1748 (Adaptação).

As ideias de Montesquieu influenciam de modo impactante o modelo político contemporâneo. A correta aplicação desse sistema pode ser exemplificada no(a)

A) democracia ateniense, durante a época de Péricles.

B) monarquia inglesa, após a assinatura da Carta Magna.

C) república norte-americana, fundada no século XVIII.

D) governo socialista de Joseph Stálin, na Rússia.

E) terceiro *Reich* criado por Adolf Hitler.

04.

Texto 1

O pensamento iluminista do século XVIII tem na Enciclopédia*, dirigida por Diderot e D'Alembert, uma obra de 35 volumes, editada entre 1751 e 1780, que procurou reunir a totalidade dos conhecimentos da época. Por usarem os princípios da razão para questionar os fundamentos da sociedade em que viviam, os enciclopedistas foram considerados defensores de um pensamento revolucionário.*

Texto 2

No reinado de D. José I, a Universidade de Coimbra sofreu uma profunda alteração. Em 1772, o rei ratifica os novos estatutos (Estatutos Pombalinos), que marcam o início da Reforma. Esta manifestava, sobretudo, um grande interesse pelas ciências da natureza e pelas ciências do rigor, que tão afastadas se encontravam do ensino universitário.

Os textos permitem concluir que

A) Pombal era um forte opositor do Iluminismo e barrou seus ideais na reforma da Universidade de Coimbra.

B) as reformas na Universidade de Coimbra, introduzidas por Pombal, demonstram um espírito iluminista.

C) as reformas pombalinas na Universidade de Coimbra estavam de acordo com o ideário da Igreja Católica.

D) Pombal combateu o anticlericalismo e criou o padroado nas reformas que realizou na Universidade de Coimbra.

E) as reformas feitas na Universidade de Coimbra demonstraram que a administração de Pombal foi reacionária.

GABARITO

Fixação

01. C
02. C
03. C
04. B
05. B

Propostos

01. E
02. B
03. A
04. B
05. A
06. C

07. A) Entre as características que podem ser mencionadas, estão:

- Não intervenção do Estado na economia.
- *Laissez-faire*, *laissez-passer* (deixai fazer, deixai passar).
- Livre mercado.
- Mercado autorregulado.
- Capital industrial.
- Pequenas empresas de caráter familiar.
- Livre iniciativa, etc.

B) Para Adam Smith, o Estado deveria desempenhar três funções: a manutenção da segurança militar, a administração da justiça e a obrigatoriedade de erguer e manter certas instituições públicas. Para o autor, a intervenção do Estado em outros domínios era, não somente inútil, como prejudicial à sociedade. Para Smith, o Estado não deveria desempenhar nenhuma função no mercado, pois este teria um mecanismo autorregulador impressionante. Assim, sob o ímpeto do apelo aquisitivo, o fluxo anual da riqueza nacional poderia crescer continuamente. Nesse sentido, a riqueza das nações cresceria somente se os homens, através de seus governos, não inibissem esse crescimento concedendo privilégios especiais que iriam impedir o sistema competitivo de exercer seus efeitos benéficos.

08. A) O pensamento iluminista, além de formular críticas ao Antigo Regime, serviu de sustentação teórica aos movimentos que deram origem aos Estados Liberais nos séculos XVIII e XIX.

B) Os ideais de liberdade, que nortearam a Revolução Americana e a Revolução Francesa, foram fundamentados nas obras dos pensadores iluministas.

09. A) Racionalismo, experimentalismo e cientificismo.

B) René Descartes e John Locke

Seção Enem

01. E
02. D
03. C
04. B

HISTÓRIA

MÓDULO 05 FRENTE B

Povos africanos

A integração entre o Brasil e o continente africano representa uma das mais extraordinárias etapas de formação da nossa nação. O deslocamento de aproximadamente 4 milhões de africanos para o exercício do trabalho escravo nas mais variadas atividades econômicas do Brasil assegurou a profunda integração entre os dois lados do Atlântico. Cabe destacar que esse singular contato foi impactante na configuração do povo brasileiro, visto que, além do exercício da mão de obra, os africanos introduziram elementos culturais, sociais e religiosos que permanecem ativos em nossa nação. Mesmo com todos esses laços, é surpreendente notar o profundo desconhecimento de parcelas da sociedade brasileira acerca da história africana e a relativa indiferença quanto aos elementos históricos e contemporâneos daquela importante parcela do globo. A reprodução dos preconceitos que transformaram milhões em cativos se reafirma na indisposição de melhor compreender os traços culturais e históricos da sociedade africana.

Representação estilizada de mulheres no mercado

DIVERSIDADE

A África não pode ser compreendida como una, afinal, há grandes variações de língua e de religião, bem como diversidade de povos e de espaços geográficos. As próprias transformações sofridas pelos povos africanos, quando do contato com outras regiões do planeta, geraram uma reconfiguração das estruturas internas desse continente. Os complexos elementos que formam essa sociedade são, na contemporaneidade, objetos de estudo de amplas pesquisas, nos mais variados setores.

Mapa com a atual distribuição geopolítica africana

As diferenças entre as diversas regiões africanas também podem ser percebidas através da geografia do continente, que permite delimitar duas regiões profundamente distintas: a África Setentrional e a Subsaariana. Entre esses espaços, forma-se uma faixa limítrofe conhecida pelo nome de Sahel, ou borda do deserto, que cruza a África da costa do Atlântico até o Mar Vermelho.

A África Setentrional abriga sete países que apresentam traços semelhantes aos dos povos do Oriente Médio, devido à ocupação árabe na região, a partir do século VII. Com o clima desértico e a predominância da religião islâmica, esse território se mostra isolado do centro-sul da África pelo gigantesco Deserto do Saara, que ocupa um terço do território continental.

Já a África Subsaariana, parte mais extensa do continente, concentra a maior parte da população negra daquela região. Está presente nesse território grande parte dos problemas sociais da África, oriundos da instabilidade política, da precariedade econômica, dos baixos investimentos tecnológicos para a superação das barreiras impostas pela geografia inóspita de algumas áreas e do histórico de exploração do continente a partir do período moderno.

Atualmente, apesar de disputas políticas e militares, pode-se afirmar que a África é composta de 53 países, distribuídos em uma área de 30,2 milhões de quilômetros quadrados de extensão que comporta 986,6 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento demográfico de 2,3% ao ano, conforme o Fundo de População das Nações Unidas. Sua economia se distancia dos padrões existentes em outros continentes, respondendo por, aproximadamente, apenas 2,3% do PIB mundial. A ênfase econômica nos setores primários, como a extração do petróleo e a agricultura de exportação, não configuram possibilidades de grandes investimentos na região, apesar dos esforços empreendidos por nações como França, Inglaterra, EUA e China.

Apesar da redução dos conflitos, quando comparada às últimas décadas do século passado, a região ainda registra diversos problemas políticos atrelados às rivalidades tribais, além de conflitos de fronteiras e guerras movidas por temáticas religiosas. Essa lamentável situação leva mais da metade da população da África Subsaariana a viver abaixo da linha de pobreza, com rendimentos inferiores a 1 dólar por dia. A disseminação de doenças como a AIDS e a malária, mundialmente conhecidas, é responsável pela morte de milhares de pessoas todos os dias na região.

FORMAÇÃO

Editoria de Arte

Diversidade africana

A diversidade étnica da África é um dos aspectos mais extraordinários do continente. O reflexo desse cenário é uma riqueza cultural que se reafirma e se integra de maneira intensa, apesar do lado perverso dos conflitos diretamente conectados a essa profunda variação populacional.

Entre os vários povos africanos, destacam-se:

Bantos: Predominantes na região sul da África, representam o grupo mais numeroso do continente, apesar de ser possível dividi-los em centenas de subgrupos. Possuem a mesma estrutura linguística e ocupam, nos dias de hoje, dezenas de países da África.

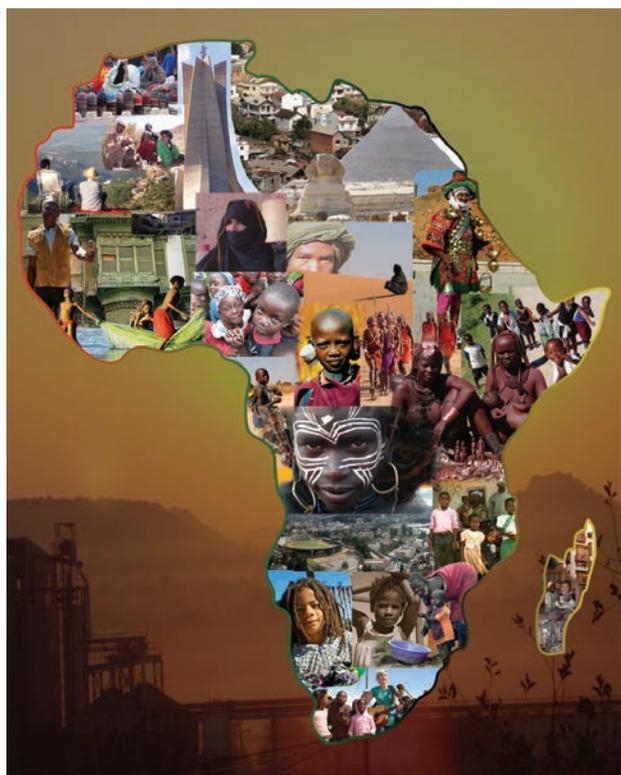
Pigmeus: Caracterizados por apresentarem pele negra e pequena estatura, os pigmeus se concentram na região da África Equatorial. Dedicam-se às atividades de coleta e de caça, apresentando uma estrutura socioeconômica primitiva.

Sudaneses: Dedicados à agricultura, os sudaneses habitam as savanas localizadas entre a região do Atlântico até o vale do Rio Nilo. Chegaram a apresentar um elevado estágio de civilização no contexto das Grandes Navegações. Como os bantos, os sudaneses contribuíram para a dinâmica econômica da América Portuguesa e do Brasil Império na condição de mão de obra forçada.

Nilotas: Habitam a região sul do Rio Nilo e são caracterizados por apresentarem pele negra e elevada estatura.

Koikoi: Concentrados no sudoeste da África, são conhecidos pelos europeus como hotentotes. Ocupavam uma extensa faixa no sul da África, mas hoje estão restritos a pequenos grupos que se destacam pelo exercício da caça.

Berberes: Conjunto de povos que vivem no Norte da África e que falam as línguas berberes. Convertidos ao islamismo a partir do século VIII, essa população se insere nas mais variadas etnias que caracterizam o norte do continente.

O contato desses povos com os europeus ocorreu desde a Antiguidade, principalmente no norte da África. Porém, foi somente a partir das Grandes Navegações do século XV, período marcado pelo esforço luso de empreender o périplo africano, que as duas civilizações se integraram de modo intenso. O advento das práticas mercantis e o condenável comércio de escravos representam a base para essa associação de continentes, provocando o deslocamento de milhões de nativos para as áreas coloniais fundadas na região da América.

REINOS AFRICANOS

A África apresentou, ao longo dos séculos, importantes reinos que exerceram profunda influência nos processos políticos e sociais do continente. As extraordinárias narrativas dos egípcios na região do Rio Nilo reafirmam essa ideia. Neste estudo, concentraremos nossas atenções nos reinos fundados na África Subsaariana, em especial na região da costa do Atlântico.

Reino de Gana

Reino de Gana

Formado a partir do século III da Era Cristã, o reino de Gana se destacou por se desenvolver em uma área distante do litoral Atlântico e fora do gigantesco Deserto do Saara. Seu território se concentra nas atuais regiões de Mali e Mauritânia. Por meio da domesticação do camelo, os povos da região realizaram um intenso comércio com os pastores berberes do Saara, que migravam para o território em períodos de climas desfavoráveis. Entre os povos dessa sociedade, destacavam-se os soninquês, que habitavam a região às margens dos rios Níger e Senegal. Para esses povos, a formação de um reino foi necessária para fazer frente aos ataques de nômades que buscavam saquear a agricultura desenvolvida naquele território.

A intensa produção de ouro formava o pilar de sustentação do reino de Gana. Cidades importantes foram desenvolvidas, como a capital Kumbi Saleh e o importante centro comercial de Audagoste. O apogeu dessa civilização ocorreu entre os séculos VII e IX, quando as atividades de extração de ouro e o comércio de vários produtos, como sal, tecidos, cavalos e tâmaras, permitiram a integração econômica do reino com as regiões do norte da África, Egito e Sudão. O monarca do reino de Gana garantia seu poder por meio da exploração do ouro, que era escoado para os comerciantes árabes empreenderem a cunhagem de moeda.

A desestruturação do reino ocorreu a partir do século XIII, com o progressivo esgotamento da produção aurífera e as sublevações dos povos dominados. Foi nesse contexto que o território passou a ser dominado pelo reino de Mali.

Reino de Mali

Desenvolvido entre os séculos XIII e XVI, o reino de Mali se constitui nos atuais territórios da República de Mali, Senegal e Guiné. Os imperadores do Mali, conhecidos por Mansas, dominavam o território na Bacia do Rio Níger, garantindo intensa atividade comercial com outros povos da região, com destaque para os árabes do norte do continente. A fundação do reino de Mali foi realizada por Sundiata Keita, responsável por transformar a cidade de Niani em centro de seu império. Outras cidades destacavam-se no reino de Mali, como Tombuctu, importante centro cultural devido às suas amplas bibliotecas e ricas mesquitas, servindo de atração para artistas e intelectuais de várias regiões.

Reino de Mali

O apogeu do reino de Mali ocorreu durante o reinado do Mansa Mussa, marcado pela expansão das fronteiras do império, ocupando as regiões da costa do Atlântico até o Rio Níger. Muitas são as lendas em torno das grandezas desse rei, que ampliou o comércio com os árabes e manteve intenso contato com os povos muçulmanos, chegando a promover uma suntuosa peregrinação à cidade de Meca, em 1325.

Após a morte do Mansa Mussa, o reino de Mali entrou em lento declínio por conta da dificuldade de seus sucessores em manterem o controle de tão extenso território. Assim, o reino de Songhai, povo da região noroeste da Nigéria, passou a assumir o controle das províncias do Mali. No século XV, o poder de Mali já havia desaparecido frente à força dos Songhai.

Império Songhai

Reino de Songhai

Fundado por Sonni Ali Ber, O Grande, no contexto do declínio do reino de Mali em torno do século XV, esse império se estendia da costa do Atlântico aos territórios entre a Bacia do Rio Níger e o Lago Chade. Sua capital política e militar ficava na cidade de Gao.

Sonni Ali Ber foi responsável pela conquista das cidades de Tombuctu (1468) e Djenne (1473), o que estimulou o monarca a traçar mapas de seu extenso império. A expansão empreendida pelos sucessores de Ali Ber garantiu a extensão da área de domínio Songhai por mais de dois mil quilômetros, de Teghazza ao país dos Mossi (norte a sul), de Agades a Tekrur (leste a oeste).

A estrutura política do império girava em torno do imperador, responsável pelo controle de uma numerosa Corte. Por tradição, todos que se aproximavam do líder supremo deveriam cobrir a cabeça de pó. Um cuspe do imperador não poderia cair no chão, sendo recolhido na manga de seda de qualquer um de seus setecentos acompanhantes.

A economia se orientava pelo trabalho escravo. Calcula-se que uma terra com duzentos escravos fosse capaz de produzir, aproximadamente, 250 toneladas de arroz por ano. O ouro e o sal eram comumente utilizados como referência monetária, mas a principal moeda era o cauris, conchas de moluscos utilizadas como moeda da África à China até meados do século XIX. Os núcleos urbanos eram numerosos, servindo de importantes centros religiosos e de estudo, sendo a educação intensa nas áreas de domínio islâmico. Calcula-se que a Universidade de Sankore abrigava 25 mil estudantes já no século XII.

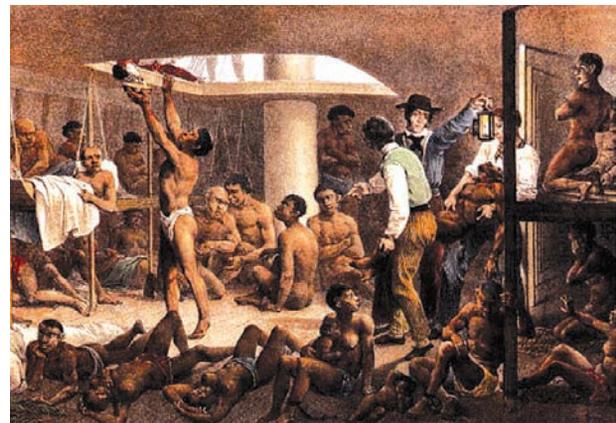
Em torno do século XVI, o império de Songhai começou a sofrer a opressão dos Estados muçulmanos, como o reino de Marrocos, que buscava as minas de sal e de ouro em regiões vizinhas. O avanço europeu pela costa africana em busca de escravos e de riquezas contribuiu para a decadência da região.

Além dos reinos de Gana, Mali e Songhai, muitos outros impérios se desenvolveram na África. A riqueza destes transcende as limitadas concepções ocidentais do continente, possibilitando a apreensão de ricos elementos sociológicos ainda não valorizados.

ESCRAVIDÃO NEGRA

A integração entre Brasil e África fundamentou-se no exercício do trabalho escravo realizado pelos africanos, violentamente arrancados de suas comunidades e forçados a exercerem tarefas árduas em regiões longínquas. Desde o século XVI, milhões de negros africanos foram explorados nas mais variadas atividades econômicas da América Portuguesa.

Os escravos eram conduzidos ao Brasil Colônia após serem capturados por portugueses ou por inimigos tribais, na região da costa africana. Os lusos incentivavam os conflitos no continente, visando garantir a rivalidade responsável pelo fornecimento de numerosos escravos por chefes locais, conhecidos por sobas, que recebiam em troca tabaco, cachaça, armas ou qualquer iguaria valorizada pelas comunidades.

Johan Moritz Rugendas

Representação de Rugendas acerca da precariedade das condições do transporte de escravos nos navios tumbeiros. (1835)

Colocados em embarcações precárias, os chamados **tumbeiros**, muitos africanos pereciam antes mesmo de chegarem aos locais de destino. Calcula-se que aproximadamente 15 a 20% dos negros morriam nas viagens devido à falta de alimentos, às condições subumanas de higiene, à ausência de cuidados médicos e às acomodações indevidas.

A viagem para o Brasil chegava a durar mais de trinta dias, podendo alcançar até quatro meses, caso a região fosse muito distante. Alguns navios levavam mais de 500 escravos em condições absolutamente precárias. Calcula-se que, até o século XIX, 25 milhões de africanos foram submetidos à escravidão na América, sendo que mais de 4 milhões foram transportados para o Brasil. Os negros que vieram para a América Portuguesa pertenciam aos seguintes grupos étnicos:

Bantos: Região do Congo, Angola e Moçambique.

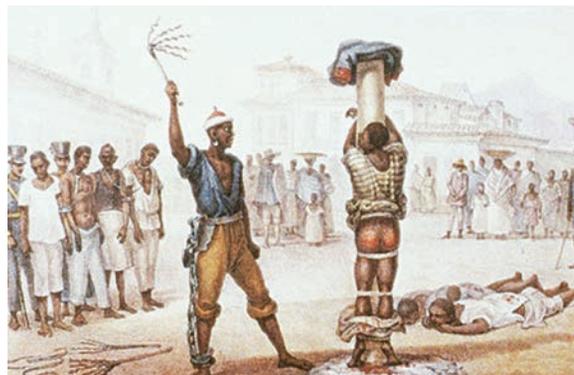
Sudaneses: Nigéria, Daomé e Costa do Marfim.

Maleses: Sudaneses convertidos ao islamismo.

O universo escravocrata não era homogêneo. Era comum a distinção entre os escravos recém-chegados da África, conhecidos por **boçais**, e os **ladinos**, ou seja, aqueles que já haviam se adaptado ao universo cultural português. Esses dois grupos eram tratados de modo distinto dos que haviam nascido na América Portuguesa. A mestiçagem ampliou ainda mais essa distinção, subdividindo mulatos – quase sempre originados da união entre brancos e negras, escravos de peles mais claras –, preferidos para as atividades domésticas, em detrimento dos negros vindos da África, encarregados das tarefas mais pesadas.

Rotas do tráfico de escravos

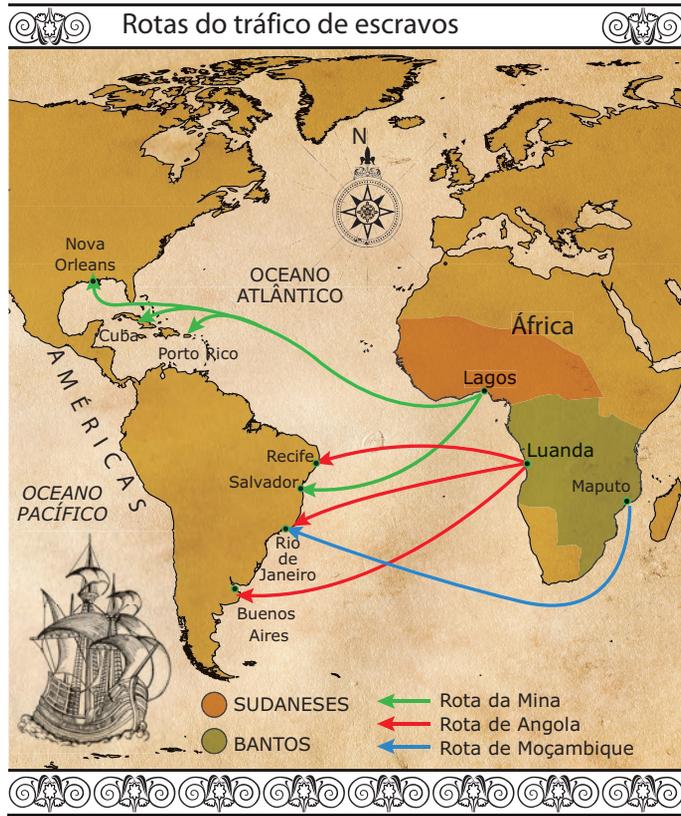
N
Nova Orleans
OCEANO ATLÂNTICO
Cuba
Porto Rico
AMÉRICAS
África
Lagos
Luanda
Recife
Salvador
Maputo
OCEANO PACÍFICO
Rio de Janeiro
Buenos Aires
SUDANESES
BANTOS
Rota da Mina
Rota de Angola
Rota de Moçambique

A mão de obra escrava foi utilizada nas mais variadas atividades da economia colonial, tanto no meio urbano como no rural. O padre Antonil, importante cronista colonial, definiu os cativos como "as mãos e os pés do senhor". A opressão de todas as ordens buscava obter o controle da escravaria, com destaque para o capitão do mato, responsável pela aplicação dos castigos e pela captura dos cativos que tentavam fugir.

Debret expõe o autoritarismo e a violência presentes nas relações sociais escravistas.

Muitos senhores buscavam reduzir as tensões existentes na relação de domínio por meio de concessões aos escravos, como a premiação pela realização de alguma atividade (escravos de ganho) ou com a autorização do uso da terra para plantio em horários previamente definidos (brecha camponesa). Esses esforços, no entanto, não inibiram as ações de resistência por parte dos cativos. Nesse sentido, destacaram-se as revoltas, os suicídios, as conspirações e as fugas para os quilombos ou mocambos.

Palmares

Entre as centenas de organizações quilombolas do Brasil Colonial, destaca-se o Quilombo dos Palmares. Localizado na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, o principal núcleo de resistência negra ocupou uma área de aproximadamente 350 km. O número de habitantes na região é divergente, girando entre 6 a 20 mil pessoas, distribuídas em dez agrupamentos, tendo o Mocambo do Macaco como principal núcleo. Sua história percorreu todo o século XVII, sendo a segunda metade desse século o período de maior expansão do quilombo, devido ao fato de milhares de escravos aproveitarem-se do quadro de conflitos entre luso-brasileiros e holandeses como possibilidade de fuga.

A força de Palmares criou condições para a derrota de importantes expedições portuguesas que visavam desmantelar o quilombo, como a conduzida pelo sargento-mor Manoel Lopez Galvão em 1677. No final do século XVII, o núcleo de amotinados passou a ser conduzido por Zumbi, responsável pela liderança de milhares de escravos que resistiam a qualquer negociação com as autoridades portuguesas, desejosas de pôr um fim ao núcleo de negros.

Possível representação de Zumbi

Apesar da resistência, a falta de entendimento entre os habitantes de Palmares levou a um desfecho trágico para o quilombo, que foi destruído pela ação do bandeirante Domingos Jorge Velho e seus companheiros, no ano de 1695. Zumbi foi morto e degolado, sendo sua cabeça exposta na cidade de Recife.

LEITURA COMPLEMENTAR

Alforria

[...]

Em geral, a escravidão poderia terminar pela morte natural do escravo ou pela alforria. No caso da alforria, havia três modos legais de um ex-escravo comprovar seu estado de forro: a carta ou "papel da liberdade", assinada somente pelo senhor ou por outro, a seu rogo, algumas vezes registrada em cartório em livros de notas, outras somente como um papel particular; o testamento ou codicilo; a pia batismal.

Os estudiosos da escravidão, de maneira geral, têm como certa a vontade dos negros em deixar de serem escravos. Os mecanismos variavam, desde assumir maior carga de trabalho para juntar o equivalente a seu preço e pagar ao senhor, no caso das manumissões onerosas, até uma dedicação especial ao amo, na esperança de obtê-la gratuitamente. No entanto, mesmo tendo o escravo a quantia equivalente ao seu valor, o senhor não estava obrigado a concedê-la. Herança do direito romano presente no direito consuetudinário português, o ato de alforriar era considerado uma concessão senhorial. [...]

É difícil o cálculo sobre o número de escravos que obtiveram a liberdade por meio da alforria, pois são poucas as áreas que dispõem de mapas estatísticos sobre a população. Alguns estudos estimam, no entanto, que poucos eram os escravos capazes de ter acesso à liberdade, sendo possível estimá-los entre 0,5 % e 2% da população escrava. [...]

Uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido privilegiada a mulher no acesso à alforria, apesar de ela ser bem menos numerosa na população escrava. Em que pese a constatação empírica, as explicações sobre o fato variam. A primeira seria o seu preço, inferior ao do homem, por isso mais fácil de ser pago. Outra explicação diria respeito à sua maior possibilidade de estabelecer laços afetivos com seus senhores, pois atuavam como domésticas, amas-de-leite, prostitutas ou amantes. Uma terceira pressuporia o fato de que, sendo ela a responsável pela reprodução da escravidão, através do princípio romano de *partus sequitur ventrem,* sua família (consangüínea ou por via do compadrio) centraria mais esforços em libertá-la do que ao homem.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG) *Congregando segmentos variados da população pobre ou dirigindo-se às áreas de mineração, onde se concentravam enormes contingentes de escravos, as vendeiras e negras de tabuleiro seriam constantemente acusadas de responsabilidade direta no desvio de jornais, contrabando de ouro e diamantes, prática de prostituição e ligação com os quilombos.*

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória:* cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

A partir da leitura e análise desse trecho, é **CORRETO** afirmar que a escravidão nas Minas Gerais se caracterizava por

A) um perfil rural e patriarcal, o que fazia com que as cativas e as forras ficassem reclusas, em casa, sob controle masculino.

B) uma comunidade igualitária, o que se expressava na liberdade com que os negros circulavam pelas ruas.

C) uma grande diversidade de formas de exploração do trabalho escravo, situação característica de um contexto mais urbano.

D) uma relativa flexibilidade, o que se expressava no livre trânsito dos comerciantes entre as cidades e os quilombos.

02. (PUC Rio–2009) Sobre as características da sociedade escravista colonial da América Portuguesa, estão corretas as afirmações a seguir, à **EXCEÇÃO** de uma. Indique-a.

A) O início do processo de colonização na América Portuguesa foi marcado pela utilização dos índios – denominados "negros da terra" – como mão de obra.

B) Na América Portuguesa, ocorreu o predomínio da utilização da mão de obra escrava africana, seja em áreas ligadas à agroexportação, como o Nordeste açucareiro a partir do final do século XVI, seja na região mineradora a partir do século XVIII.

C) A partir do século XVI, com a introdução da mão de obra escrava africana, a escravidão indígena acabou por completo em todas as regiões da América Portuguesa.

D) Em algumas regiões da América Portuguesa, os senhores permitiram que alguns de seus escravos pudessem realizar uma lavoura de subsistência dentro dos latifúndios agroexportadores, o que os historiadores denominam de "brecha camponesa".

E) Nas cidades coloniais da América Portuguesa, escravos e escravas trabalharam vendendo mercadorias como doces, legumes e frutas, sendo conhecidos como "escravos de ganho".

03. (FUVEST-SP) No Brasil Colonial, a escravidão caracterizou-se essencialmente

A) por sua vinculação exclusiva ao sistema agrário exportador.

B) pelo incentivo da Igreja e da Coroa à escravidão de índios e negros.

C) por estar amplamente distribuída entre a população livre, constituindo a base econômica da sociedade.

D) por destinar os trabalhos mais penosos aos negros e os mais leves aos índios.

E) por impedir a emigração em massa de trabalhadores livres para o Brasil.

04. (PUC-Campinas-SP) No Período Colonial brasileiro, a implantação do trabalho escravo dos africanos deveu-se

A) ao desconhecimento de técnicas de produção agrícola pelos indígenas, à fácil adaptação do negro às condições de trabalho e à necessidade de ocupar o território.

B) à passividade do negro, à facilidade de produzir tabaco e aguardente e à aceitação por parte dos jesuítas do trabalho compulsório.

C) à pouca distância entre o Brasil e a África, à belicosidade dos grupos indígenas e ao desinteresse dos portugueses na produção agrícola.

D) ao pequeno crescimento demográfico da metrópole, à proteção dos indígenas nas missões jesuíticas e à facilidade de extração do ouro de aluvião.

E) à abundância de terra, à necessidade de produzir em alta escala um produto de grande aceitação no mercado europeu e à alta lucratividade do tráfico.

05. (UFRRJ) *Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e paixão de Cristo, que o vosso em um desses engenhos. Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado* [...] *Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.*

VIEIRA, Antônio. Sermões. *Apud* BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 172.

O texto representa mais uma das inúmeras justificativas para a escravidão durante o período de colonização da América Portuguesa. Sobre essa questão, é **CORRETO** afirmar que

A) durante o primeiro século de colonização, a escravidão indígena foi empregada em várias regiões da colônia. Porém, com a adoção da mão de obra africana, ela foi completamente extinta, levando os indígenas a se internarem nos sertões do Brasil.

B) a Companhia de Jesus, assim como outras ordens religiosas, procurava manter índios e negros afastados da sociedade colonial, nas missões, a fim de preservá-los da escravidão.

C) a utilização da mão de obra africana articulava-se diretamente aos interesses mercantilistas de setores da burguesia comercial e da Coroa portuguesa.

D) a capacidade de trabalho do ameríndio superava em muito a do africano, o que levou à sua escravização sistemática até a sua extinção, por volta de meados do século XVII.

E) a Igreja Católica dedicou-se, nos primeiros tempos da colonização da América, a evitar a escravização dos negros, já que estes, ao contrário dos ameríndios, teriam alma, sendo, por isso, passíveis de conversão.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (PUC Rio–2008) *Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor para que não se descuidem. E isto serve para que não padeçam fome, nem cerquem cada dia a casa de seu senhor pedindo-lhes a ração de farinha. Porém não lhes dar farinha nem dia para a plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no Tribunal de Deus sem castigo?*

ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas,* 1711.

A partir da citação anterior e de seus conhecimentos sobre a sociedade colonial da América Portuguesa, examine as afirmativas a seguir.

I. Na sociedade colonial, o prestígio social residia em ser senhor de terras e de homens, e a possibilidade de riqueza vinha da atividade comercial.

II. Os senhores de engenho permitiam que alguns de seus escravos possuíssem uma lavoura de subsistência, inclusive com direito à venda de excedentes.

III. Apesar da violência que marcava o cotidiano dos engenhos, os escravos conseguiram, em certa medida, criar e recriar laços culturais próprios, vários deles herdados de suas raízes africanas.

IV. Diante do risco de punições pelos senhores – surras, aprisionamento com correntes de ferro, aumento do trabalho, etc. – as tentativas de fugas escravas diminuíram ao longo do Período Colonial.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

B) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

C) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

D) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

E) Todas as afirmativas estão corretas.

02. (UFMG) *Em pouco mais de cem anos, a ênfase passa do controle dos moradores para o dos escravos fugidos, do olhar metropolitano ao colonial, e uma figura central emerge: a do capitão-do-mato* [...]. *O termo capitão-do-mato já aparece em diversos documentos coloniais desde meados do século XVII* [Contudo o cargo foi normatizado apenas no início do século XVIII.] *Que terá acontecido no período que vai de meados do século XVII às primeiras décadas do século XVIII para que essa ocupação se estabelecesse tão firmemente na vida colonial?*

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 85.

Considerando-se as informações desse texto, é **CORRETO** afirmar que o crescente fortalecimento do cargo de capitão do mato, entre meados do século XVII e início do século XVIII, se explica como consequência da

A) interiorização da população em direção à área das drogas do sertão, o que resulta numa ocupação desordenada desses espaços produtivos por brancos e negros.

B) explosão demográfica ocorrida na região das minas dos Goiases e de Cuiabá, que implica um adensamento populacional propício às desordens e violência, sobretudo as praticadas por escravos fugidos.

C) urbanização do Nordeste, derivada da crise açucareira, gerada pela expulsão dos holandeses, crise que promove, nas vilas e arraiais, a concentração de escravos, que, até então, trabalhavam nos engenhos.

D) dificuldade das campanhas para a destruição do Quilombo de Palmares e a possibilidade do surgimento de novos e resistentes núcleos de quilombolas tanto no Nordeste quanto em outras áreas de interesse metropolitano.

03. (FUVEST-SP–2007) No Brasil, os escravos

1. trabalhavam tanto no campo quanto na cidade, em atividades econômicas variadas.

2. sofriam castigos físicos, em praça pública, determinados por seus senhores.

3. resistiam de diversas formas, seja praticando o suicídio, seja organizando rebeliões.

4. tinham a mesma cultura e religião, já que eram todos provenientes de Angola.

5. estavam proibidos pela legislação de efetuar pagamento por sua alforria.

Das afirmações apresentadas, são **VERDADEIRAS** apenas

A) 1, 2 e 4.

B) 3, 4 e 5.

C) 1, 3 e 5.

D) 1, 2 e 3.

E) 2, 3 e 5.

04. (FGV-SP) *Oh, se a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus e a Sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativeiro e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre!*

VIEIRA, Padre Antônio. Sermão XIV. *Apud* ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 183.

Sobre a escravidão no Brasil no Período Colonial, é **CORRETO** afirmar:

A) O tráfico de escravos no século XVIII era realizado por comerciantes metropolitanos e por "brasílicos" que saíam do Rio de Janeiro, Bahia e Recife com mercadorias brasileiras e realizavam trocas bilaterais com a África.

B) A produção econômica colonial era agroexportadora, baseada na concentração fundiária e no uso exclusivo do trabalho escravo.

C) O tráfico de escravos para o Brasil, no século XVIII, era realizado exclusivamente por comerciantes metropolitanos. A oferta de mão de obra escrava era contínua e a baixos custos.

D) O tráfico de escravos no século XVIII era realizado apenas por comerciantes "brasílicos". A oferta de mão de obra, contudo, era descontínua e a altos custos.

E) O século XVII marcou o auge do tráfico de escravos no Brasil, para atender à demanda do crescimento dos engenhos de açúcar, com uma oferta contínua e a altos custos.

05. (UFAC–2011) Com a leitura dos dois textos seguintes, que analisam a escravidão, fica demonstrado que:

Texto I

Na simbologia européia da Idade Média, a cor branca estava associada ao dia, à inocência, à virgindade; já a cor preta representava a noite, os demônios, a tristeza e a maldição divina. Essa dicotomia entre branco e preto, claro e escuro, foi transferida pelos europeus para os seres humanos quando os portugueses chegaram à África em meados do século XV. [...] *Assim, a pigmentação escura da pele foi inicialmente apontada como uma doença ou um desvio da norma. Como os africanos apresentavam ainda traços físicos, crenças religiosas, costumes e hábitos culturais diferentes dos que predominavam na Europa, autores europeus passaram a caracterizá-los como seres situados entre os humanos e os animais. Todas essas visões eurocêntricas fizeram com que os negros fossem considerados culturalmente inferiores e propensos à escravidão* [...]

AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Ática, 2008. p. 199.

Texto II

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de 'menino diabo'; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce 'por pirraça'; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – 'ai, nhonhô!' – ao que eu retorquia: – 'Cala a boca, besta!'

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás-Cubas.* São Paulo: Globo, 2008. p. 62.

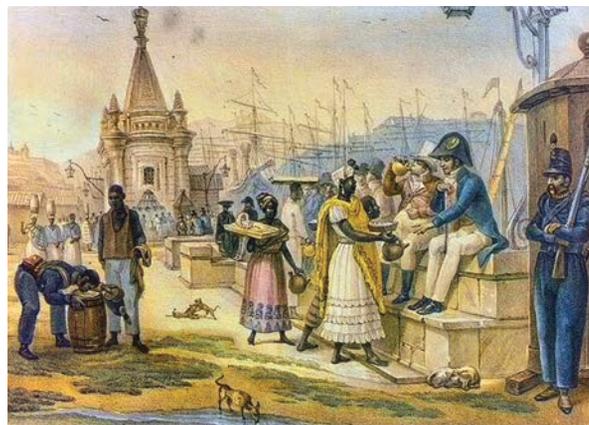
A) No texto I, apresenta-se o etnocentrismo como elemento de justificação do tráfico negreiro. Ao passo que, no texto II, demonstram-se as relações de dominação dos escravos dentro dos espaços domésticos brasileiros durante o Período Imperial.

B) A chegada dos portugueses à África, no século XV, foi pontuada por um estranhamento cultural, religioso e físico, marcado no texto I. Enquanto que, no século XVI, no Período Imperial brasileiro, de que trata o texto II, ocorria plena e pacífica integração social entre negros e brancos.

C) Ambos os textos pontuam os estranhamentos culturais entre brancos europeus e negros afro-brasileiros, que culminaram com a substituição total do trabalho de escravos africanos pela força de trabalho dos "negros da terra".

D) O texto I expõe perspectivas eurocêntricas, em que se justifica a escravidão do africano por ser diferente do branco europeu. Ideia que é retomada no texto II, na obra de Machado de Assis, que apresenta o defunto narrador como abolicionista.

E) Tanto no texto I quanto no texto II, percebe-se a preocupação dos autores em expor os tratamentos respeitosos a que eram submetidos os povos com características físicas e culturais diferentes dos europeus.

06. (UFMG–2010) Observe esta imagem:

DEBRET, Jean-Baptiste. *Os refrescos do Largo do Palácio*.

A partir da observação dessa imagem e considerando outros conhecimentos sobre o assunto, **CARACTERIZE** a escravidão urbana no Brasil.

07. (UERJ–2009) O trabalho na colônia:

1. *1500-1532: período chamado pré-colonial, caracterizado por uma economia extrativa baseada no escambo com os índios;*
2. *1532-1600: época de predomínio da escravidão indígena;*
3. *1600-1700: fase de instalação do escravismo colonial de* plantation *em sua forma "clássica";*
4. *1700-1822: anos de diversificação das atividades em função da mineração, do surgimento de uma rede urbana, mais tarde, de uma importância maior da manufatura – embora sempre sob o signo da escravidão predominante.*

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil.* 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

A partir das informações do texto, verificam-se alterações ocorridas no sistema colonial em relação à mão de obra.

APRESENTE duas justificativas para o incentivo do Estado português à importação de mão de obra escrava para sua colônia na América.

08. (Unicamp-SP) *Um dos maiores problemas nos estudos históricos no Brasil acerca da escravidão é seu relativo desconhecimento da história e da cultura africanas. Aí, a história do Congo tem muitas lições a dar, quer para os interessados no estudo da África, quer para os estudiosos da escravidão e da cultura negra na diáspora colonial. Afinal, a região do Congo-Angola foi daquelas que mais forneceram africanos para o Brasil, especialmente para o Sudeste, posição assumida no século XVII e consolidada na virada do século XVIII para o XIX.*

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. *Catolização e poder no tempo do tráfico*: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento Antoniano, séculos XV-XVIII, Tempo. n. 6, 1998. p. 95-96 (Adaptação).

A) O que foi a diáspora colonial citada no texto anterior?

B) **IDENTIFIQUE** duas influências africanas no Brasil atual.

C) **NOMEIE** e **EXPLIQUE**, no Brasil atual, uma decorrência da prática da escravidão negra.

09. (UFRN) Diversos documentos do Período Colonial nos permitem afirmar que os negros reagiram à escravidão.

O fragmento textual a seguir se refere a algumas dessas atitudes dos escravos no Brasil, no século XVIII.

Já dei conta a V. Maj. em carta de 13 de junho do ano passado da soltura com que nestas minas viviam os negros, e especialmente os fugidos, que juntos nos mocambos se atreviam a fazer todo gênero de insultos sem receio do castigo e também ponderei a V. Maj., a importância desta matéria por me parecer com algum fundamento que poderia os negros encaminhar a fazer algumas operações semelhantes as dos Palmares de Pernambuco.

CARTA de 20 abr. 1712, do capitão-general da capitania de Minas Gerais, conde D. Pedro de Almeida, a Sua Majestade, sobre a Soltura dos negros naquela capitania. *Apud* GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio*: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972. p. 284.

COMENTE três formas de resistência do negro à escravidão durante o Período Colonial.

10. (FGV-SP) *Alguns moradores daqueles distritos, por temerem os danos que recebiam e segurarem as suas casas, famílias e lavouras dos males que os negros do Palmares lhes causavam, tinham com elas secreta confederação, dando-lhes armas, pólvora e balas, roupas, fazendas da Europa e regalos de Portugal, pelo ouro, prata e dinheiro que traziam do que roubavam, e alguns víveres dos que nos seus campos colhiam, sem atenção às gravíssimas penas em que incorriam, porque o perigo presente os fazia esquecer do castigo futuro* [...]

ROCHA PITA, S. da. *História da América Portuguesa.* Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1976. p. 215.

Essa é uma das mais antigas descrições sobre o Quilombo dos Palmares, publicada em 1730 e elaborada por um luso-brasileiro que acompanhou, de Salvador, a sua destruição ao final do século XVII.

A) **APRESENTE** uma definição para quilombo.

B) **ANALISE** as relações de Palmares com a sociedade colonial.

11. (UFMG) Leia os versos.

Seiscentas peças barganhei
– Que pechincha! – no Senegal
A carne é rija, os músculos de aço,
Boa liga do melhor metal.

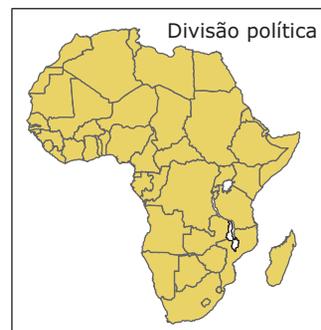
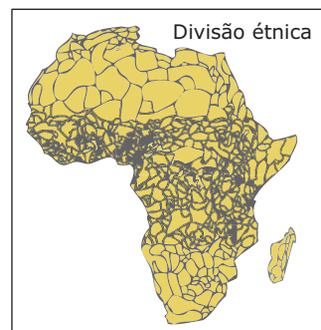
Em troca dei só aguardente,
Contas, latão – um peso morto!
Eu ganho oitocentos por cento
Se a metade chegar ao porto.

HEINE, Heinrich *apud* BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização.* São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

A) **IDENTIFIQUE** a atividade a que se referem esses versos.

B) Cada uma das estrofes desenvolve uma ideia central. **IDENTIFIQUE** essas ideias.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2005) Um professor apresentou os mapas a seguir numa aula sobre as implicações da formação das fronteiras no continente africano.

ATUALIDADES/VESTIBULAR 2005, 1º sem., ed. Abril, p. 6.

Com base na aula e na observação dos mapas, os alunos fizeram três afirmativas:

I. A brutal diferença entre as fronteiras políticas e as fronteiras étnicas no continente africano aponta para a artificialidade em uma divisão com objetivo de atender apenas aos interesses da maior potência capitalista na época da descolonização.

II. As fronteiras políticas jogaram a África em uma situação de constante tensão ao desprezar a diversidade étnica e cultural, acirrando conflitos entre tribos rivais.

III. As fronteiras artificiais criadas no contexto do colonialismo, após os processos de independência, fizeram da África um continente marcado por guerras civis, golpes de Estado e conflitos étnicos e religiosos.

É verdadeiro apenas o que se afirma em

A) I.
B) II.
C) III.
D) I e II.
E) II e III.

02. *Os maracatus são desfiles de natureza real, que se repetem no Nordeste do Brasil. Ao ritmo dos tambores, marcham o rei e a rainha sob enormes guarda-sóis, como na África, no meio de seus súditos. À frente dos soberanos, dança uma jovem que traz na mão uma boneca. Esta boneca chama-se calunga – e é um símbolo de poder, o lunga ou calunga, entre os pendes e outros povos de Angola.*

Até recentemente – ignoro se isto continua a dar-se –, antes da saída do Maracatu, cada figurante ia até a boneca, tocava-a e fazia um gesto de veneração. Está aí o sinal de que o desfile, sob disfarce da festa, devia encobrir antigamente uma outra realidade, não só religiosa, mas também política, o que nos faz suspeitar de que o rei do Maracatu, no passado, era um rei africano, a mostrar-se aos seus súditos no exílio e a chefiar, sem que os senhores disso suspeitassem, uma rede de ajuda mútua, uma comunidade que podia estar dispersa entre várias propriedades rurais e vários bairros urbanos, mas procurava, a seu modo e como lhe era permitido, preservar e continuar a África no Brasil.

SILVA, Alberto Costa e. *Um rio chamado Atlântico*. p. 162.

Com base nas informações contidas no texto, pode-se concluir que

A) o Maracatu é uma festa religiosa que se realiza no Nordeste brasileiro todos os anos, na qual comunidades afrodescendentes procuram recordar seu passado de lutas nos quilombos brasileiros.

B) as festas dos escravos no Brasil colonial revelavam um enorme sincretismo cultural que se manifesta até os dias de hoje nos Maracatus, isto é, desfiles religiosos em homenagem aos santos católicos e aos deuses africanos.

C) em suas manifestações culturais, os escravos se apresentavam como poderosos senhores, como pode ser verificado em seus desfiles religiosos denominados Maracatus.

D) embora escravos, os reis africanos continuaram, no Brasil, a receber respeito e homenagens de seus súditos.

E) a boneca calunga, símbolo de poder entre os povos angolanos, constitui uma representação de Nossa Senhora do Rosário nos Maracatus brasileiros.

GABARITO

Fixação

01. C 02. C 03. C 04. E 05. C

Propostos

01. C 02. D 03. D 04. A 05. A

06. A escravidão urbana no Brasil surgiu com a formação das primeiras vilas que cercavam a região mineradora, no início do século XVIII, se arrastando até a abolição em fins do século XIX. Ela caracterizou-se por formas de convivência aparentemente mais flexíveis e menos violentas se comparadas aos espaços rurais, uma vez que, devido aos novos ambientes e atividades econômicas, surgiram relações de sociabilidade marcadas por negociações entre senhores e escravos, especialmente os escravos de ganho. Nesses casos, os escravos ficavam percorrendo a cidade, trabalhando para seus próprios senhores ou contratados por terceiros para serviços eventuais. Negros escravos, libertos, livres e mulatos misturavam-se aos brancos, provocando anseios ainda maiores de liberdade, miscigenação e mobilidade social. Muitos escravos sequer moravam nas senzalas ou nos dormitórios destinados pelos senhores. Os escravos de ganho tinham de entregar certa quantia de dinheiro aos seus senhores, podendo permanecer com o restante e usá-lo até para comprar sua liberdade, como muitos fizeram. Alguns libertos chegavam a se tornar homens de negócio e, depois de alforriados, tornavam-se eles próprios senhores de escravos. Além das áreas mineradoras, essas características foram comuns em Salvador e Rio de Janeiro. A imagem de Debret apresenta como destaque o comércio de ambulantes, em especial as "negras de tabuleiro".

07. Duas das justificativas enumeradas a seguir:
- Oposição da Igreja Católica à utilização do indígena como escravo.
- Dificuldade de apresamento dos indígenas, em função de sua migração / fuga para o interior.
- Lucratividade do tráfico internacional de escravos, permitindo o acúmulo de capital por parte da burguesia, em especial, metropolitana, e gerando o aumento das receitas do Estado português.
- "Falta de braços" para a lavoura dos principais produtos coloniais, devido a um ciclo de doenças ocorrido na segunda metade do século XVI, responsável pela morte de milhares de indígenas.
- Caráter fortemente hierárquico da sociedade portuguesa daquele momento, marcada pelo uso legitimado da escravidão.

08. A) A dispersão arbitrária e forçada de diversas culturas africanas nos domínios coloniais europeus através da massificação do trabalho escravo.

B) Entre outras manifestações culturais, podemos identificar a influência africana na música, expressa particularmente no samba, e na religião, com a umbanda e o candomblé.

C) O preconceito racial direcionado aos afrodescendentes, decorrendo daí a discriminação contra os negros nos diversos âmbitos da sociedade.

09. Podem ser citadas as seguintes formas de resistência:
- Fugas das áreas de engenhos, desde os séculos XVI e XVII, e, posteriormente, na extensão da colonização às áreas interioranas (fazendas), formando as comunidades de quilombolas.
- Assassinatos de senhores, feitores e capitães do mato, por estrangulamento, enforcamento, envenenamento, esfaqueamento, asfixia e golpes de capoeira.
- Suicídio, por inanição, asfixia, enforcamento, envenenamento, ingestão de areia, etc., causando prejuízos aos proprietários com a sua morte e tornando-se livres de futuros maus-tratos.
- Aborto, para evitar trazer à luz filhos que sofreriam toda a violência do sistema e para prejudicar o investimento dos senhores em suas "crias". O aborto era provocado pela ingestão de chás ou introdução de objetos nas genitálias pelas próprias escravas.
- Sabotagens, resistência e negligência no trabalho, não cumprindo ordens dadas ou causando danos aos instrumentos de trabalho.
- Raptos e furtos de outros escravos de fazendas para lugares muito distantes das vilas coloniais, sedes do poder colonizador português.
- Formação de quilombos, local de reunião de escravos foragidos, organizados com a associação destes com outras populações dominadas, tais como mestiços e índios, submetidos à escravidão. Tinham governo local próprio. O mais famoso, Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que, sob a liderança de Zumbi, resistiu durante anos aos cercos das autoridades coloniais, constituindo-se um marco histórico da resistência à escravidão no Brasil, incluía homens livres.
- Insurreições. O enfrentamento pelas armas, como é o caso da Revolta dos Malês na Bahia.
- Preservação da identidade cultural – participação em irmandades católicas, como de São Benedito e N. S. do Rosário, procurando, mediante o sincretismo, manter viva sua cultura e seu sistema de crenças.

10. A) Os quilombos constituíam as comunidades formadas por escravos fugitivos, organizadas de forma independente em relação à administração colonial, congregando negros (em maioria) e indígenas, brancos e mestiços (em menor número). Representaram a principal forma de resistência à escravidão no Brasil.

B) De modo geral, as relações de Palmares com a sociedade colonial eram conflituosas, em decorrência dos assaltos a povoações e a engenhos e do estímulo a fugas de escravos. Mas eram também relativamente pacíficas, se considerarmos a ocorrência de transações comerciais com as comunidades próximas, onde os excedentes da produção do quilombo eram trocados por sal, por ferramentas, por armas e por munição. Em síntese, ao mesmo tempo que o Quilombo dos Palmares constituía-se como negação à escravidão e ao patriarcalismo senhorial, articulava-se, economicamente, à sociedade colonial.

11. A) O tráfico escravista.

B) A primeira tem como ideia central o tráfico em si, e a segunda, sua alta lucratividade.

Seção Enem

01. E 02. D

HISTÓRIA

MÓDULO 06 | FRENTE B

Brasil Colônia: economia açucareira

Ainda no século XVI, a América Portuguesa encontrou sua principal vocação: a economia canavieira. Transportadas para o Brasil a partir da ilha da Madeira, as primeiras mudas de cana-de-açúcar chegaram por meio do donatário Martim Afonso de Souza. A opção pela cultura da cana-de-açúcar foi feita levando-se em consideração uma série de fatores, entre eles, a experiência lusa nas ilhas da costa africana, o clima favorável das novas terras, a disponibilidade de terra com solo propício, além dos recursos econômicos oriundos de investidores de várias regiões da Europa.

As áreas produtoras de maior destaque no Brasil foram a Bahia e Pernambuco. Cabe destacar ainda que outras regiões, como a capitania de São Vicente, também empreenderam esforços para o desenvolvimento da lavoura açucareira.

Engenhos no final do século XVI

PILETTI, Nelson. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.p.53.

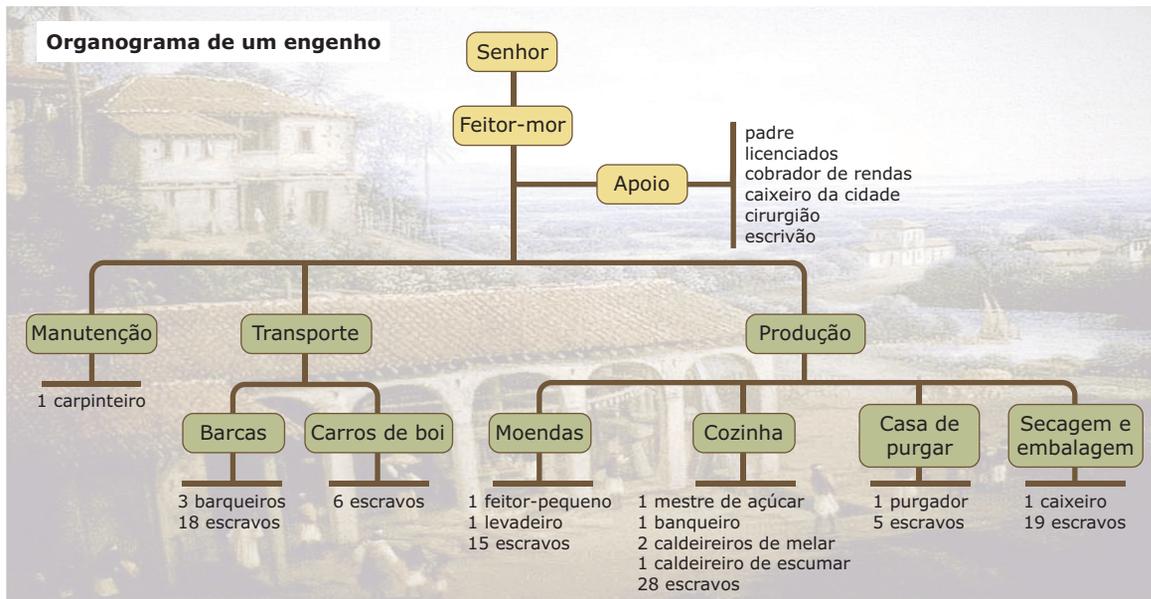
A produção do açúcar exigia elevados investimentos, dada a necessidade de se montar uma estrutura complexa para a obtenção de lucros. A unidade produtora desse sistema era conhecida por **engenho**, que apresentava uma gigantesca propriedade fundiária obtida por meio da doação de sesmarias. O engenho contava com a **moenda**, responsável por extrair o caldo da cana-de-açúcar. Aqueles engenhos que utilizavam energia hidráulica eram os mais valorizados, sendo classificados de engenhos reais. Já os engenhos de trapiche usavam força animal ou humana para mover a moenda. Também fazia parte da composição produtora a **casa das caldeiras**, local onde havia enormes fornalhas que engrossavam o caldo da cana até transformá-lo em melaço, e a **casa de purgar**, espaço de descanso do açúcar após ter sido armazenado em grandes potes. Após alguns dias, a produção era retirada e os torrões, chamados de **pães de açúcar**, eram encaixotados e enviados a Portugal. A estrutura do engenho ainda contava com a **Casa-Grande** e a **senzala**, locais de descanso e convivência dos senhores – junto aos seus agregados – e dos escravos, respectivamente. A Casa-Grande e a senzala, em sua relação antagônica, simbolizavam a hierarquização social colonial.

Frans Post

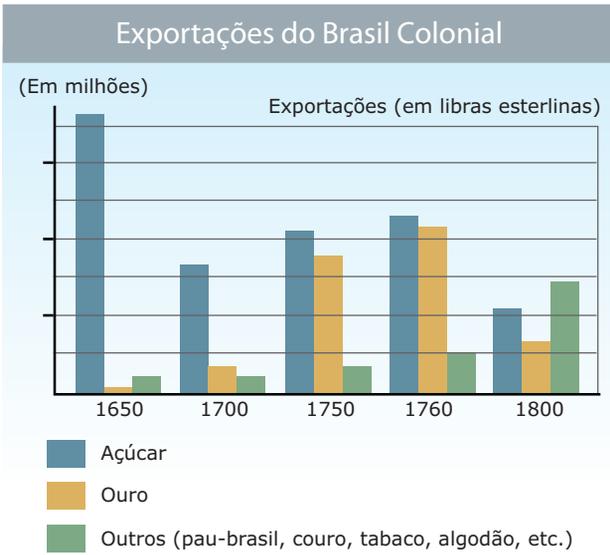
Engenho – Século XVII

O elevado custo para a instalação de um engenho impedia alguns senhores de construírem o complexo sistema produtivo para o processamento do açúcar. A solução nessas situações era moer a cana em fazendas vizinhas, pagando com parte da produção o uso dos equipamentos. Muitos senhores também dedicavam-se à fabricação de aguardente. Eram as "engenhocas" ou "molinetes" que produziam a cachaça para o consumo interno ou mesmo para o comércio de escravos na região da costa africana.

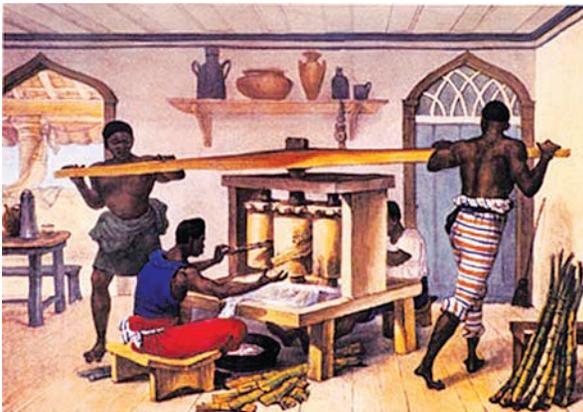
A estrutura social era hierarquicamente controlada pelo senhor de engenho. Durante o Período Colonial, a posição ocupada por esses senhores era ambicionada por toda a sociedade, já que representava o topo do modelo social vigente. O reflexo de tamanho poder era a profunda influência econômica e política exercida dentro e fora da colônia. Já as forças produtivas ficavam a cargo da escravaria, composta de indígenas e negros importados da África. Aos escravos cabia a complexa função de mover todo o sistema do engenho por meio de jornadas de trabalho longas e exaustivas.

A maioria dos engenhos apresentava, em média, 65 escravos, sendo que aproximadamente 15% das fazendas chegavam a ter entre 100 e 150 cativos. As atividades eram diversas, não ficando limitadas ao exercício da agricultura. A complexidade do engenho promoveu um cenário de especialização, fazendo com que essa unidade assumisse a feição de uma manufatura. Cabe lembrar que essa situação exigia a presença de alguns grupos intermediários, como os mestres do açúcar, comerciantes, religiosos, capitães do mato e muitos outros que intensificaram a dinâmica social do período.

O comércio do açúcar brasileiro na Europa apresentava curiosa complexidade. Após chegarem ao reino luso, os carregamentos eram embarcados para Amsterdã, nos Países Baixos, local onde se processaria o refino e a distribuição do produto em solo europeu. A participação dos holandeses na atividade do açúcar era tão intensa que, durante o século XVII, os flamengos chegaram a invadir as colônias portuguesas Além-Mar, após terem sido impedidos de manter sua influência devido às relações políticas do período.

Os engenhos se espalharam pelo Brasil de maneira intensa nas primeiras décadas da colonização. Em 1570, já haviam sido fundadas 60 fazendas de cana-de-açúcar, sendo que, em 1610, já eram mais de 400. A expansão dessa atividade se justifica por sua elevada lucratividade em associação com a expansão do mercado consumidor europeu.

Sem dúvida, a produção açucareira foi a mais lucrativa atividade econômica do Período Colonial português. Apenas como comparação, no final do século XVIII, mesmo durante uma época de crise da cana no Brasil, a atividade do açúcar mostrou-se mais rentável que a economia aurífera. Ainda hoje, é possível afirmar que a cana é um produto importante para a economia brasileira, afinal, produtos extraídos da cana, como o álcool e o açúcar, possuem relevância na balança comercial brasileira.

ISTOÉ BRASIL: 500 anos. São Paulo: Três, 1998.

ESCRAVIDÃO

As relações de trabalho que predominaram na agricultura de exportação do Brasil foram orientadas pelo trabalho escravo. Aliás, cabe ressaltar que esse tipo de trabalho representou a base da economia brasileira até o final do século XIX, décadas após o processo de Independência.

Uma das possíveis práticas de trabalho no cotidiano escravista.

É curioso perceber que a escravidão nunca foi abandonada durante a Idade Média, apesar da predominância da servidão na Europa. Dessa forma, a escravidão moderna foi ativada durante a Expansão Marítima, quando os navegantes portugueses iniciaram as incursões na costa africana com o objetivo de empreender o périplo africano. O apoio da Igreja Católica a essa iniciativa veio por meio da bula papal *Dum diversas,* de 1452, que permitia aos portugueses atacar e conquistar os sarracenos e pagãos, tomando suas posses e reduzindo-os à escravidão perpétua. Outras bulas publicadas nas décadas seguintes vieram a confirmar o apoio da Santa Sé a esse tipo de trabalho.

A escravidão alcançou o Brasil logo no início do processo colonizador. Basta lembrar que o Foral, documento que determinava direitos e deveres dos capitães donatários, concedia aos portugueses o direito de escravizar os nativos. A oposição da Igreja a esse tipo de exploração, inibidora do projeto da catequese, estimulou uma série de conflitos durante toda a história colonial, acabando por reduzir a exploração do indígena com o decorrer das décadas de colonização. Historiadores justificam a substituição do trabalho indígena pelo africano por outros fatores:

- indolência indígena (Varnhagen e Capistrano de Abreu);
- dificuldade para adaptação à vida sedentária nos engenhos (Gilberto Freyre);
- baixa resistência e aversão ao trabalho agrícola (Caio Prado Junior);
- ausência de um número populacional razoável para a implantação do regime colonial (Celso Furtado);
- lucro do tráfico de escravos africanos (Fernando Novais).

A introdução do trabalho escravo africano na América Portuguesa não foi um inibidor da utilização dos indígenas, também chamados de "negros da terra", durante grande parte do Período Colonial. A sobrevivência econômica de algumas regiões, como a capitania de São Vicente e as áreas mais longínquas do Norte, somente foi garantida pelo trabalho dos indígenas, que se refugiavam cada vez mais no interior da colônia para escaparem das violentas incursões dos lusos e seus descendentes. A eliminação definitiva do trabalho escravo do gentio foi garantida por ordem do marquês de Pombal em 1757.

LEITURA COMPLEMENTAR

Cana-de-açúcar e escravidão

A economia açucareira criou no Brasil uma sociedade de senhores e escravos, cujos valores éticos, étnicos e morais ponteiam a atualidade. Sociedade autoritária, aristocrática e violenta, onde se tocavam antípodas. O açúcar era branco, o trabalho era negro. Havia doçura nas mesas e sofrimento nos engenhos; riqueza nas casas-grandes e miséria nas senzalas.

O poderoso senhor de engenho ocupava o ápice da pirâmide social, sobre a imensa massa de escravos africanos. Condicionava-se um tipo patriarcal de vida e a formação de comunidades caracterizadas por uma estrutura social rigidamente estratificada, onde as grandes distâncias sociais eram acentuadas pelos componentes étnicos.

O escravismo colonial não foi simplesmente um conjunto de relações de trabalho, ou mera instância jurídica. Implicou a constituição de personalidade social própria, onde o escravo negro era a medida de todas as coisas. Todos os momentos do cotidiano do açúcar marcavam-se pela presença do escravismo. A liberdade, aspiração suprema do cativo, confundia-se, então, com o ócio. Ser livre era não ser obrigado a trabalhar. E, ao lado da função disciplinadora do trabalho, [...] estava a visão preguiçosa da liberdade.

Referencial da sociedade açucareira, era o negro a moeda para a obtenção de terras e de poder. O número de escravos definia o *status* de um branco. Sem escravos, um que fosse, nenhum colono poderia ser considerado, realmente, um homem livre. E mesmo as famílias mais pobres tinham o seu negro, que muitas vezes ganhava o sustento de todos.

Nada se fazia sem escravos. Saía-se à rua carregado em liteiras por escravos. Para montar, para vestir, para comer, para banhar-se, para tudo era mister escravos. Era ele o moleque de brinquedos, o negro de recados, a mucama da casa, a ama-de-leite, o trabalhador, "o pau-para-toda-obra", o culpado pelas desgraças, o objeto de prazer sexual.

O branco só se definia em contraposição ao negro, onipresente. Mas ao contrário da visão da democracia racial que muitos tentaram imprimir, essa intimidade com o negro apenas interiorizava as diferenças e estabelecia distâncias, cristalizando as posições de senhor e de cativo, enegrecendo o trabalho manual e branqueando o poder e a riqueza.

Sociedade de senhores porque sociedade de escravos, era na sujeição do negro que se definia a personalidade do senhor. E sob relações paternalistas estava mascarada a extrema violência do escravismo. Donos da vida e da morte em seu mundo, aos senhores cabia velar pelos negros, nutrindo-os, vestindo-os e castigando-os. Pão, pano e pau eram os elementos fundamentais das obrigações do proprietário para com seus escravos. Pouca comida, vestuário miserável, castigo duro e contínuo, a realidade.

A rígida hierarquia dessa sociedade não significou, em absoluto, acalmia social. Nos três séculos de vida colonial, as regiões do açúcar foram palco de tensões e conflitos entre senhores e escravos, entre brancos e índios, entre colonos e agentes metropolitanos, entre proprietários de engenho e lavradores e comerciantes, que marcaram com sangue a apenas aparentemente plácida História do Brasil.

FERLINI, Vera Lúcia. *A civilização do açúcar.*
São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 15-17.

Senhor de engenho – Padre Antonil – Século XVII

[...] O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estima os títulos de fidalgos do reino. Porque engenhos há na Bahia que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar e outros pouco menos, com cana obrigada à moenda, de cujo rendimento logra o engenho ao menos a metade, como de qualquer outra, que nem livremente se mói; e em algumas partes, ainda mais que a metade. [...]

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil.*
Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG) Leia este trecho de documento:

[...] *pois o Brasil, e não todo ele, senão três capitanias que são a de Pernambuco, a de Tamaracá e a da Paraíba, que ocupam pouco mais ou menos, no que delas está povoado, cinquenta ou sessenta léguas de costa, as quais habitam seus moradores, com se não alargarem para o sertão dez léguas, e somente neste espaço de terra, sem adjutório de nação estrangeira, nem de outra parte, lavram e tiram os portugueses das entranhas dela, à custa de seu trabalho e indústria, tanto açúcar que basta para carregar, todos os anos, cento e trinta ou cento e quarenta naus* [...]

DIÁLOGOS das grandezas do Brasil.
Texto anônimo escrito por volta de 1613-1618.

Com base na leitura desse trecho, é **CORRETO** afirmar que o sistema de exploração econômica implantado no Brasil nos primeiros séculos de colonização caracterizou-se por

A) concentrar, nos incipientes meios urbanos, toda a estrutura de controle e comercialização da cana-de-açúcar, produto, em geral, comercializado em estado bruto.

B) distribuir contingentes populacionais ao longo de toda a costa brasileira e desenvolver, sobretudo, o extrativismo vegetal da espécie conhecida como pau-brasil.

C) favorecer o desenvolvimento da agricultura baseada na exploração da cana-de-açúcar, estimulando a fixação populacional, inicialmente, na faixa da mata nordestina.

D) incrementar o processo de colonização a partir do estímulo à vinda e fixação de contingentes populacionais, que aqui se estabeleciam em pequenas propriedades agrícolas.

02. (UFMG) Analise este quadro:

Evolução do número de engenhos de açúcar em cada capitania

Capitania	1570	1583	1612	1629
Pará, Ceará, Maranhão	–	–	–	–
Rio Grande	–	–	1	–
Paraíba	–	–	12	24
Itamaracá	1	–	10	18
Pernambuco	23	66	99	150
Sergipe	–	–	1	–
Bahia	18	33	50	8
Ilhéus	8	3	5	4
Porto Seguro	5	1	1	–
Espírito Santo	1	6	8	8
Rio de Janeiro	–	3	114	60
São Vicente, Santo Amaro	4	6	–	–
Total	**60**	**118**	**201**	**350**

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDUHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 316.

A partir dessas informações sobre a evolução do número de engenhos açucareiros no Brasil, entre 1570 e 1629, é **CORRETO** afirmar que

A) a expulsão dos holandeses da Bahia provocou a retração da produção açucareira nessa capitania.

B) a invasão holandesa no Nordeste açucareiro destruiu a base produtiva instalada pelos portugueses na região.

C) a substituição do trabalho escravo indígena pelo africano não alterou a produção de açúcar na região de São Paulo.

D) a expansão da área açucareira em Pernambuco ocorreu, de forma significativa, durante o período da União Ibérica.

03. (PUCPR–2009) *O açúcar – que se fez acompanhar sempre do negro – adoçou tantos aspectos da vida brasileira que não se pode separar dele a civilização nacional. Deu-nos as sinhás de engenho. As mulatas dengosas. Os diplomatas maneirosos, tipo barão de Penedo, barão de Itamaracá, Sérgio Teixeira. Os políticos baianos – os mais melífluos e finos do Brasil. As toadas dos cambiteiros. Os cantos das almajarras. As variações brasileiras da arte do papel rendilhado de tabuleiro de bolo e do doce de dia de festa. Os poetas de madrigais mais suaves. Alguns pregões brasileiríssimos: 'Sorvete, iaiá! É de maracujá'.*

FREYRE, Gilberto. *Açúcar.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 55.

Sobre a economia e a sociedade do Brasil Colonial, marque a alternativa **CORRETA**.

A) Do ponto de vista econômico e social, o cultivo e a exportação do fumo ultrapassava em importância e quantidade a produção do açúcar brasileiro.

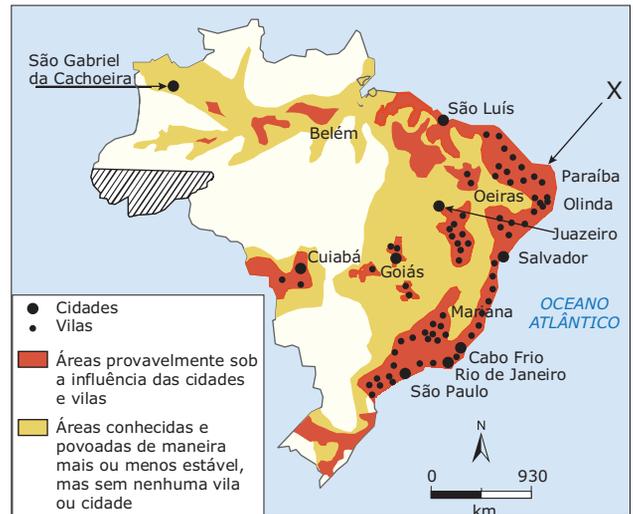
B) A instalação de um engenho era um empreendimento caro. Eram necessários vários itens: propriedade, gado, pastagens, escravos, equipamentos, entre outros.

C) A atividade de maior prestígio e importância nessa época era o comércio, deixando em segundo plano o desejo de ser senhor de engenho.

D) A maior parte da população nesse período estava nas cidades, em especial nas regiões Sul e Sudeste.

E) Desde o início da produção de açúcar – décadas de 1530-1540 –, o Brasil sofreu a concorrência do cultivo do açúcar nas Antilhas. Essas lavouras eram dominadas especialmente pelos espanhóis.

04. (PUC-Campinas-SP)

A marcha do povoamento

VESENTINI, José William. *Geografia:* série Brasil. São Paulo: Ática, 2003. p. 181(Adaptação).

No que se refere à faixa escura a leste, é **CORRETO** afirmar que a ocupação e o povoamento dessa faixa

A) ocorrem desde a vinda das expedições exploratórias no litoral e ligam-se à exploração econômica do pau-brasil.

B) têm início em meados do século XVIII e associam-se ao sucesso das capitanias do Nordeste e do Sudeste.

C) vêm desde a época colonial e expressam a ligação econômica em relação aos centros mundiais do capitalismo, desde sua formação.

D) resultam da invasão do litoral pelos imigrantes europeus e associam-se à desestruturação econômica do feudalismo.

E) têm origem econômica na indústria açucareira e ligam-se à integração gradativa do índio e do negro à sociedade brasileira.

05. (UFSCar-SP) *O principal porto da capital* [de Pernambuco], *que é o mais nomeado e freqüentado de navios que todos os mais do Brasil,* [...] *está ali uma povoação de 200 vizinhos, com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas, e os passos do açúcar, que são umas lojas grandes, onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios.*

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* – 1500-1627.

O texto refere-se ao povoado de Recife. A partir do texto, é **CORRETO** afirmar que um aspecto histórico que explica a condição do povoado na época foi

A) o investimento feito pelos franceses na sua urbanização.

B) a concorrência econômica com São Vicente, o que justifica seu baixo índice de população.

C) a relação que mantinha com o interior do país, sendo o principal entreposto do comércio interno da produção de subsistência.

D) o fato de ser próspero economicamente por conta da produção de açúcar para exportação.

E) a presença da Igreja Católica, estimulando romarias e peregrinações de devotos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFSM-RS) *Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira* [...]. *É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua* [...], *mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime*. [...] *Não era o negro* [...] *o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores. Não era a 'raça inferior' a fonte de corrupção, mas o abuso de uma raça por outra*.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala.* Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 372 e 375.

Considerando o texto, é **CORRETO** afirmar que a degradação moral da sociedade açucareira do Nordeste brasileiro tinha como eixo

A) a estrutura frágil da Igreja colonial e seu reduzido trabalho na disseminação dos valores cristãos.

B) as relações de poder entre a metrópole e a colônia, desfavoráveis a essa última quanto aos preços dos seus produtos.

C) a complexa formação étnica da sociedade açucareira, misturando raças em detrimento dos costumes portugueses.

D) a natural corrupção do ser humano, que jamais encontra limites, seja na Igreja ou polícia, para a expressão dos instintos.

E) as relações sociais de produção do engenho açucareiro, base da ordem social colonial.

02. (Fatec-SP) O engenho foi um marco dentro do Brasil Colonial.

Podemos dizer que ele era o símbolo

A) do poderio dos senhores de terras e erguia-se como modelo de organização da colônia.

B) da resistência negra, pois lá os negros se organizavam e realizavam seus constantes levantes contra os brancos.

C) da luta contra a monarquia, uma vez que os senhores de terras desejavam o livre-comércio, proibido pelos imperadores.

D) do movimento republicano, já que os senhores há muito tempo buscavam liberdades, como o fim da escravidão e da monarquia.

E) do capitalismo colonial, uma vez que valorizava a mão de obra assalariada, captada da corrente imigratória do século XIX.

03. (FUVEST-SP–2011) *É assim extremamente simples a estrutura social da colônia no primeiro século e meio de colonização. Reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro, a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infraestrutura econômica – a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários e a grande massa, explorada e oprimida. Há naturalmente no seio desta massa gradações, que assinalamos. Mas, elas não são contudo bastante profundas para se caracterizarem em situações radicalmente distintas.*

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993 [1942]. p. 28-29.

Neste trecho, o autor observa que, na sociedade colonial,

A) só havia duas classes conhecidas, e que nada é sabido sobre indivíduos que porventura fizessem parte de outras.

B) havia muitas classes diferentes, mas só duas estavam diretamente ligadas a critérios econômicos.

C) todos os membros das classes existentes queriam se transformar em proprietários rurais, exceto os pequenos trabalhadores livres, semilivres ou escravos.

D) diversas classes radicalmente distintas umas das outras compunham um cenário complexo, marcado por conflitos sociais.

E) a população se organizava em duas classes, cujas gradações internas não alteravam a simplicidade da estrutura social.

04. (UFTM-MG–2011) Observe a tabela.

Evolução do número de engenhos de açúcar por capitania (1570-1629)

Capitania	1570	1583	1612	1629
Rio Grande	–	–	1	–
Paraíba	–	–	12	24
Itamaracá	1	–	10	18
Pernambuco	23	66	99	150
Sergipe	–	–	1	–
Bahia	18	33	50	80
Ilhéus	8	3	5	4
Porto Seguro	5	1	1	–
Espírito Santo	1	6	8	8
Rio de Janeiro	–	3	14	60
São Vicente, Santo Amaro	4	6	–	–
Total	**60**	**118**	**201**	**344**

BETHENCOURT, Francisco.; CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*, 1998.

A tabela expressa

A) o processo de expansão dos engenhos, no decorrer do século XVII, na porção nordeste do Império Português na América.

B) a fertilidade do continente americano, que contribuiu para a ocupação equilibrada de áreas litorâneas e do seu interior.

C) o declínio da produção açucareira, que enfrentou a concorrência da produção aurífera, mais barata e lucrativa.

D) o crescimento da produção no Rio de Janeiro, que incentivou a transferência da capital de Salvador para o Centro-Sul.

E) o abandono das faixas próximas ao litoral e a interiorização em direção ao Sertão, para garantir a expansão das culturas.

05. (UFC–2009) Ao contrário da América Espanhola, a América Portuguesa não apresentou, no princípio, abundância de metais preciosos. Na falta de riqueza mineral, foi o açúcar que, em termos econômicos, tornou viáveis os primeiros passos da colonização.

Sobre o contexto da produção de açúcar nos engenhos coloniais portugueses, no século XVI, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) A existência de um solo ideal para o cultivo da cana-de-açúcar levou as capitanias situadas nas atuais regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil a experimentarem um maior desenvolvimento.

B) A organização da produção açucareira no Brasil estava voltada para o atendimento da crescente e rentável demanda do mercado europeu, não atendida pelos engenhos da colônia portuguesa dos Açores.

C) A autoridade do senhor de engenho se restringia aos limites de sua propriedade, estando fora dela submetida às leis e normas da Coroa portuguesa, defendidas na colônia por um forte aparato militar e judiciário.

D) Os senhores de engenho, em comparação com os barões do café, tratavam seus escravos com menos violência, pois estes eram tidos como mercadorias de alto valor e de difícil reposição.

E) O alto valor do açúcar no mercado internacional promoveu um grande acúmulo de riqueza na colônia, que logo superou, em volume, a economia da metrópole.

06. (UNIFESP) De acordo com um estudo recente, na Bahia, entre 1680 e 1797, de 160 filhas nascidas em 53 famílias de destaque, mais de 77% foram enviadas a conventos, 5% permaneceram solteiras e apenas 14 se casaram.

Tendo em vista que, no Período Colonial, mesmo entre pessoas livres, a população masculina era maior que a feminina, esses dados sugerem que

A) os senhores de engenho não deixavam suas filhas casarem com pessoas de nível social e econômico inferior.

B) entre as mulheres ricas, a devoção religiosa era mais intensa e fervorosa do que entre as mulheres pobres.

C) os homens brancos preferiam manter sua liberdade sexual a se submeterem ao despotismo dos senhores de engenho.

D) a vida na colônia era tão insuportável para as mulheres que elas preferiam vestir o hábito de freiras na metrópole.

E) a sociedade colonial se pautava por padrões morais que privilegiavam o sexo e a beleza e não o *status* e a riqueza.

07. (Fatec-SP) As colônias eram uma das mais importantes fontes de riquezas das quais as monarquias nacionais europeias lançavam mão para se consolidar como Estados fortes e centralizados.

Sobre o Brasil Colônia, é **CORRETO** afirmar:

A) Na sociedade colonial brasileira, existiram relações feudais de produção, especialmente na submissão das populações nativas.

B) Entre as atividades voltadas para exportação, estava a pecuária, que abastecia as diferentes regiões brasileiras e a metrópole.

C) A administração colonial era descentralizada, cabendo às Câmaras Municipais governar o país.

D) No séc. XVIII, a região das Minas Gerais iria sofrer um declínio populacional devido às restrições feitas por Portugal, que temia perder o controle da lavra e da fundição do ouro.

E) Com a cana-de-açúcar ocorreu efetivamente o processo de povoamento e de instalação da estrutura político-administrativa portuguesa, no Brasil.

08. (UFRN) No Período Colonial, a vida socioeconômica do Brasil agrário baseava-se na grande propriedade rural. Pode-se afirmar que essa propriedade

A) proporcionava, a qualquer investidor, rápido enriquecimento e ascensão, garantidos pela fácil mobilidade social.

B) era herdada pelo filho primogênito, que, obrigado pelo Foral e pela Carta de Doação, deveria responsabilizar-se pelo sustento dos familiares.

C) gerava riquezas e prestígio social, garantindo, também, ao proprietário, condições de angariar os votos dos seus familiares e dependentes.

D) fornecia alimentação, moradia e proteção à família senhorial, que incluía aparentados e agregados, todos sob a autoridade do proprietário.

09. (UFRN) O texto a seguir analisa as relações entre o homem e a mulher no Brasil, no período da colônia e do império.

Muitas mulheres foram enclausuradas, desprezadas, vigiadas, espancadas, perseguidas. Em contrapartida, várias reagiram às violências que sofriam. Parte da população feminina livre esteve sob o poder dos homens, outra parte rompeu uniões indesejáveis e tornou-se senhora do próprio destino. As práticas consideradas "mágicas" foram uma das maneiras pelas quais as mulheres enfrentaram as contrariedades do cotidiano. Chegaram até mesmo a causar temor entre os homens. Acreditava-se que as "feiticeiras" tinham o poder de "cura" ou o poder sobre o amor e a fertilidade masculina e feminina, através de "poções mágicas".

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. *História:* das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 1997. p. 239 (Adaptação).

A partir do texto, é **POSSÍVEL** concluir que, na sociedade brasileira colonial e imperial,

A) as mulheres ocupavam o centro decisório das famílias, mesmo que homens praticassem atos violentos contra elas, ferindo o estabelecido pela lei.

B) o modelo de família patriarcal, apesar de dominante, era subvertido por vários procedimentos adotados pelas mulheres.

C) o rompimento de uma relação matrimonial por parte da mulher era considerado um ato de feitiçaria, passível de punição pela Inquisição católica.

D) as mulheres tinham poder de decisão quanto ao número de filhos, satisfazendo, assim, o modelo feminino característico da sociedade patriarcal.

10. (UNESP) *A cana-de-açúcar começou a ser cultivada igualmente em São Vicente e em Pernambuco, estendendo-se depois à Bahia e ao Maranhão a sua cultura, que onde logrou êxito – medíocre como em São Vicente ou máximo como em Pernambuco, no Recôncavo e no Maranhão – trouxe em conseqüência uma sociedade e um gênero de vida de tendências mais ou menos aristocráticas e escravocratas.*

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala.*

Tendo por base as afirmações do autor,

A) **CITE** um motivo do maior sucesso da exploração da cana-de-açúcar em Pernambuco do que em São Vicente.

B) **EXPLIQUE** por que o autor definiu "o gênero de vida" da sociedade constituída pela cultura da cana-de-açúcar como apresentando "tendências mais ou menos aristocráticas".

11. (Unicamp-SP) *No século XVII, o Rio de Janeiro era um dos principais pólos econômicos do Império ultramarino português. Na segunda metade do século, a região era grande produtora e exportadora de açúcar e consumidora de escravos, sendo que seus comerciantes atuavam intensamente no tráfico negreiro com a África e no acesso à prata das zonas espanholas na América, através do Rio da Prata. A despeito de tudo, seus moradores viviam oprimidos com as pesadas taxações que eram obrigados a pagar para a manutenção das tropas de defesa*.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português. Séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.) *Diálogos Oceânicos*. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/ Humanitas, 2001. p. 207.

A) **IDENTIFIQUE** os principais polos que demarcam a extensão territorial do Império ultramarino português no século XVII.

B) Quais atividades desenvolvidas na América Portuguesa sustentaram sua importância econômica durante o século XVII?

C) **EXPLIQUE** de que maneira o fisco era um problema na América Portuguesa.

SEÇÃO ENEM

01. Observe as duas imagens a seguir produzidas em épocas distintas:

Século XIX

Século XXI

A comparação das imagens produzidas em épocas tão distantes na atividade do plantio da cana-de-açúcar nos permite concluir que

A) o lucro alcançado com a cana por meio da produção do açúcar sempre foi a meta central dos produtores.

B) o tipo de relação de trabalho que vigorava no Período Colonial é o mesmo estabelecido nos dias de hoje.

C) a legislação trabalhista garante ao trabalhador melhores condições de trabalho na atividade canavieira.

D) a opressão do trabalhador na atividade canavieira representa traço comum nos dois processos.

E) o tipo de solo presente nas duas imagens confirma a ideia do Nordeste como a principal região canavieira.

02.

Texto 1

O plantio da cana-de-açúcar foi realizado em grandes propriedades rurais denominadas de latifúndio monocultor ou plantation. *Essas propriedades também ficaram conhecidas como engenhos, porque, além das plantações, abrigavam as instalações apropriadas e os equipamentos necessários para o refino do açúcar: a moenda, a caldeira e a casa de purgar.*

Para o processo de produção e comercialização do açúcar ser lucrativo ao empreendimento colonial, os engenhos introduziram a forma mais aviltante de exploração do trabalho humano: a escravidão. A introdução do trabalho escravo nas grandes lavouras baixava os custos da produção.

Disponível em: http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u14.jhtm

Texto 2

[...] *Se na última safra – 2006/07 – os brasileiros cortaram e moeram mais de 425 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, este ano as estimativas prevêem uma produção 10% maior.* [...].

Relatório do Ministério do Trabalho [...], *divulgado no início do mês de março [2007], mostra que só no ano passado 450 trabalhadores do setor sucroalcooleiro morreram nas usinas. Alguns foram assassinados, mas muitos morreram em conseqüência de banais acidentes de transporte. Outros foram carbonizados durante as queimadas. Vários perderam a vida simplesmente por excesso de trabalho.* [...]

ISTOÉ. A morte por trás do etanol. Disponível em: <www.terra.com.br/istoe/>. Acesso em: mar. 2007.

Os textos anteriores apresentam a economia agrícola brasileira em momentos históricos distintos. Pode-se perceber nas duas situações que

A) o Brasil não rompeu com o modelo agrícola, negligenciando alternativas econômicas nos séculos que seguiram sua descoberta.

B) a agricultura de exportação foi um caminho histórico e seguro para a colocação do Brasil no cenário econômico internacional.

C) a riqueza associada ao projeto agrícola mostrou-se tradicionalmente vinculada a um quadro de exploração e miséria do trabalhador.

D) o consumo de açúcar continua movendo a economia brasileira apesar dos séculos que nos separam do Período Colonial.

E) a justiça social brasileira está distante daquilo que ONGs e forças públicas desejam para o país.

GABARITO

Fixação

01. C
02. D
03. B
04. C
05. D

Propostos

01. E
02. A
03. E
04. A
05. B
06. A
07. E
08. D
09. B
10. A) Entre os motivos do maior sucesso da exploração da cana-de-açúcar em Pernambuco, pode-se apontar: o solo de massapé, associado ao clima tropical úmido da Zona da Mata, e a maior proximidade geográfica com Portugal.

    B) Ao mencionar "tendências mais ou menos aristocráticas" na sociedade da cana-de-açúcar no Período Colonial, Gilberto Freyre refere-se à concentração fundiária, à demanda por um considerável capital para a constituição de um engenho, à feição patriarcal nas relações sociais e ao caráter excludente de uma sociedade pautada no escravismo e na restrita mobilidade social.

11. A) Regiões do Oriente, as quais os portugueses chamavam de Índias, e o Brasil.

    B) A produção e exportação de açúcar, somada ao tráfico negreiro, importante fonte de lucros para Portugal, assim como, em uma escala menor, a extração de drogas do sertão e de pau-brasil e o cultivo de algodão.

    C) O rigor do fiscalismo português no Brasil desencadeou movimentos de protestos por parte dos colonos. Tais movimentos simbolizaram a reação ao pacto colonial português, uma vez que a política tributária lusitana, sedenta pelo aumento das receitas coloniais, representava uma face brutal da presença real metropolitana.

Seção Enem

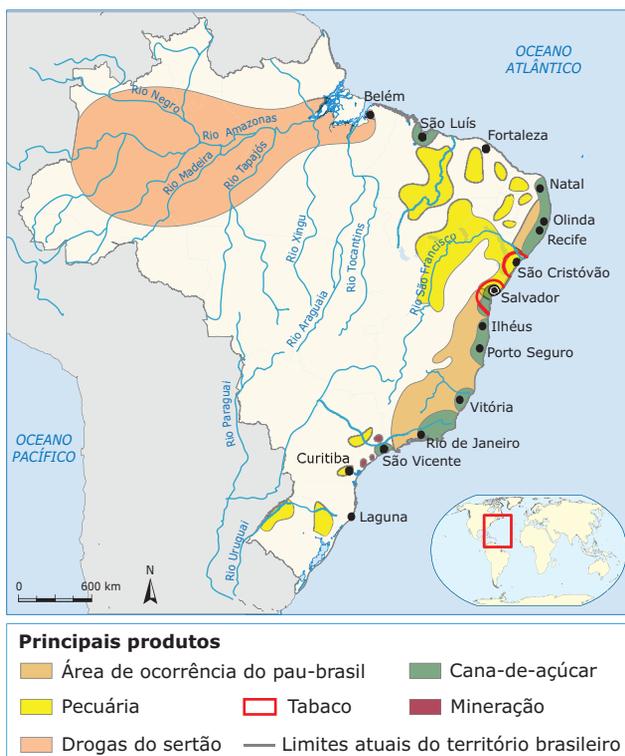
01. D
02. C

HISTÓRIA

MÓDULO 07 FRENTE B

Brasil Colônia: atividades econômicas complementares

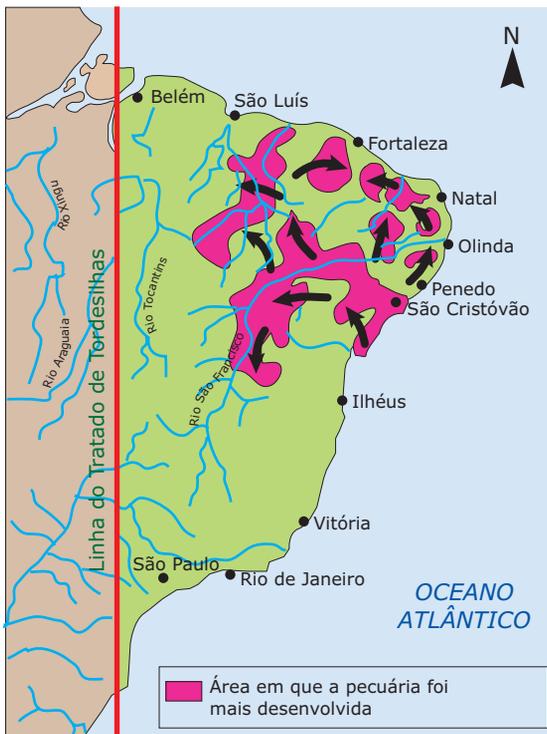
Durante o Período Colonial brasileiro, a preocupação central da Coroa portuguesa foi o desenvolvimento de atividades econômicas que coincidissem com o ideal mercantilista, ou seja, no projeto de acumulação de divisas que atendessem ao Estado lusitano.

Principais atividades econômicas do Brasil no século XVII

A opção pelo plantio da cana-de-açúcar e o estabelecimento do monopólio real na exploração do pau-brasil são alguns exemplos das ações mercantilistas empreendidas na área colonial. A mineração, que assumiu papel de destaque nos interesses da metrópole no trato das questões coloniais, principalmente no século XVIII, também foi uma atividade muito rentável para os portugueses. Porém, cabe ressaltar que essas atividades econômicas foram acompanhadas de outras de menor relevância para a Coroa portuguesa, mas que podem ser consideradas fundamentais para a estruturação do modelo colonial proposto. Entre essas atividades, podem ser destacadas a pecuária e a extração das drogas do sertão, por exemplo.

PECUÁRIA

Transferida para o Brasil nas primeiras décadas do século XVI, a pecuária bovina era desconhecida dos povos indígenas na América. O governador Tomé de Souza foi um dos responsáveis por trazer alguns animais originados das ilhas de Cabo Verde com o objetivo de suprir a alimentação dos colonos na cidade de Salvador. Além de garantir a subsistência por meio da carne, do leite e da manteiga de garrafa, o gado bovino contribuiu para a força motriz dos engenhos, sendo utilizado como meio de transporte e, a partir de seu couro, confeccionavam-se calçados, roupas, móveis e os mais variados objetos.

A destinação das terras férteis às atividades da cana-de-açúcar, com o decorrer das décadas, no entanto, obrigou os criadores a buscarem nas regiões interioranas pastagem para o gado que se multiplicava. A própria Coroa portuguesa notou a necessidade de separar a criação de gado e a agricultura exportadora, ao decretar, na Carta Régia de 1701, a proibição da criação de currais na faixa de 50 km da costa. Porém, bem antes da notificação oficial, o gado teve seu caminho natural no interior da colônia, irradiando seu avanço a partir das regiões da Bahia, Pernambuco e Maranhão. As margens do Rio São Francisco se transformaram em espaço ideal para a fundação de fazendas de gado, passando inclusive a ser conhecido como o Rio dos Currais. No início do século XVIII, a região de Pernambuco já apresentava aproximadamente 800 mil cabeças de gado espalhadas em mais de oitenta currais, que, somadas às 500 mil cabeças de gado da Bahia, garantiam o abastecimento dos núcleos urbanos e das fazendas em expansão.

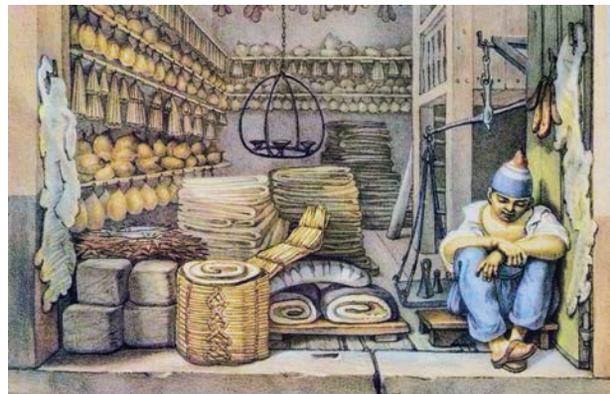
Primeiros movimentos de expansão da pecuária

A presença da mão de obra livre foi mais comum nessa atividade, apesar da baixa qualificação social dos envolvidos, que em geral eram indígenas, mestiços e negros alforriados. Geralmente, os vaqueiros eram recompensados com o recebimento de parte das crias obtidas pelo rebanho, o que permitia uma relativa ascensão social. No entanto, a criação extensiva e o caráter nômade da pecuária inviabilizavam uma sofisticação social e patrimonial então vigente nas estruturas produtivas da cana-de-açúcar. Esse cenário, no entanto, não impediu o enriquecimento de muitos proprietários com a atividade da pecuária no Brasil. Cabe ressaltar também a possibilidade de faturamento por meio da exploração do couro, que chegou a ser destaque nas exportações brasileiras durante o Período Colonial. A respeito da importância desse produto na dinâmica econômica da América Portuguesa, o historiador Capistrano de Abreu escreveu:

> De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.
>
> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.* Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1963. p. 149.

PECUÁRIA DO SUL

O gado foi introduzido na região Sul da colônia portuguesa por meio dos jesuítas, que utilizavam os animais para a subsistência nas missões fundadas ainda no século XVI. No contexto da União Ibérica, o Nordeste brasileiro e as praças africanas foram invadidos pelos holandeses, provocando a escassez do escravo negro nas regiões não dominadas pelos flamengos, como a capital Salvador. Diante dessa demanda, os paulistas perceberam a possibilidade de enriquecimento e começaram a atacar as missões jesuíticas do sul para capturar os índios que pudessem ser comercializados nas áreas sedentas de braços escravos.

A destruição das missões acabou por provocar o surgimento do gado selvagem, que se espalhou com facilidade pela região em virtude da abundância de pastagem natural que as áreas do Rio Grande do Sul forneciam. Após a União Ibérica (1640), enfim, portugueses e nativos notaram o próspero cenário de lucratividade e, dessa forma, capturavam os animais para a obtenção do couro, objeto de interesse dos exportadores das cidades de Buenos Aires e Sacramento, cidade portuguesa fundada na margem posterior do Rio da Prata e dedicada às atividades ilícitas em pleno território colonial espanhol.

Jean-Baptiste Debret

Armazém de carne seca

A consolidação da pecuária no Sul ocorreu apenas a partir da primeira metade do século XVIII, quando do início da atividade de mineração na região das Minas Gerais. A maioria dos mineradores focava seus esforços na extração do ouro e do diamante, passando a depender do abastecimento externo ao universo mineiro. O gado do Sul passou a ser essencial para a dinâmica econômica e social da região mineira, sendo o preço dos animais vivos muito elevado. Nesse contexto, formou-se a atividade do tropeiro, responsável pelas tropas de peões que capturavam e comercializavam os animais nas diversas regiões do Brasil.

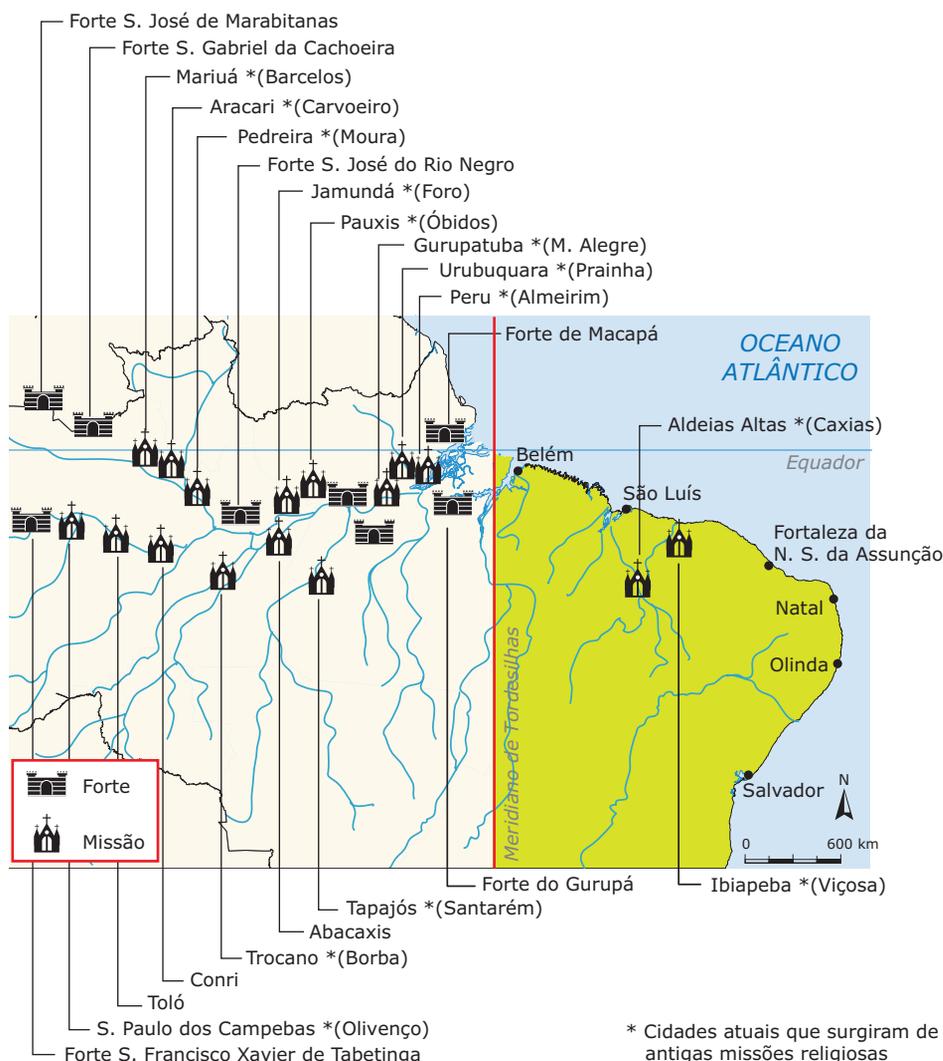
O avanço do século XVIII marcou a extinção do gado selvagem e o gaúcho foi obrigado a fundar fazendas de criação para manter as atividades econômicas de abastecimento de outras áreas coloniais. Eram as chamadas estâncias, comuns na região platina e intensificadas no

extremo sul do Brasil por incentivo da Coroa portuguesa, preocupada em garantir a ocupação desses territórios e evitar as ameaças nas fronteiras com a América Espanhola. Mesmo assim, a intensificação da atividade de plantio de trigo e produção do charque não evitou contendas e escaramuças com o Império Espanhol, e, posteriormente, com as nações platinas, perdurando até a segunda metade do século XIX, já no Período Imperial brasileiro.

DROGAS DO SERTÃO

O interior do território colonial brasileiro, comumente classificado sertão, também contribuiu, mesmo que de modo tímido, para a dinâmica econômica nos séculos de domínio português. Entre as principais atividades desenvolvidas na região, destacou-se a exploração das **drogas do sertão**, expressão utilizada para designar alimentos e plantas medicinais que passaram a ser extraídas da atual região amazônica. A dificuldade de se ocupar esse território, presente ainda nos dias de hoje, indica a fragilidade dessa atividade econômica. Soma-se a isso a distância da região em relação aos principais centros consumidores europeus, dificultando a regularidade do comércio de produtos como cravo, castanha, canela, cacau, guaraná, entre outros.

A mão de obra era indígena e recrutada pelos jesuítas, que foram responsáveis pela fundação de dezenas de missões na Bacia do Rio Amazonas. Nesse sentido, a ocupação religiosa da região foi de extrema importância para garantir, no século XVIII, a expansão das fronteiras luso-brasileiras para além do Tratado de Tordesilhas, reconhecidas por meio do Tratado de Madri de 1750.

Missões religiosas e fortes militares na Amazônia

Cabe ainda ressaltar que o estímulo à extração dessas plantas na região amazônica se vinculava ao interesse europeu pelas folhas exóticas do Novo Mundo, visto a precariedade dos conceitos medicinais na Europa Moderna. Sendo assim, a extração das drogas do sertão atendia aos interesses mercantilistas portugueses, afinal, o alto preço atribuído a esses produtos beneficiava os metropolitanos.

TABACO

Planta típica da América, o tabaco era muito utilizado pelas comunidades indígenas. A sua utilização era comum nas experiências do dia a dia e nas importantes cerimônias das tribos tupis, sendo a aspiração da fumaça do tabaco estimuladora para o transe místico nas celebrações religiosas. Até os dias de hoje, algumas comunidades descendentes dos ameríndios mantêm a tradição de fumar em eventos festivos.

Com a chegada dos portugueses, o cultivo do tabaco se transformou em importante atividade econômica. Segundo o padre Antonil, português que circulou pelas terras coloniais no final do século XVII, o tabaco representava a segunda principal atividade agrícola em solo brasileiro, perdendo apenas para o cultivo da cana-de-açúcar. A Coroa portuguesa chegou a criar a Junta do Tabaco em 1674 com o intuito de melhor gerenciar essa atividade econômica.

O mercado do tabaco se concentrava no exterior, sendo a região da costa africana o principal centro comercial. O tabaco era utilizado como moeda de troca nas comunidades africanas que forneciam seus adversários como cativos em troca de qualquer produto que lhes parecesse vantajoso. A Europa também se deixou levar pelos maléficos prazeres do tabaco, apesar das insistentes proibições papais. Esse lucrativo negócio apresentava outra vantagem, além do vasto mercado: o baixo custo para obtenção do fumo. De modo geral, os investimentos eram reduzidos quando comparados com a atividade canavieira, sendo que as pequenas e médias propriedades ligadas ao plantio tinham em torno de 5 a 10 escravos.

Gradativamente, as lavouras fumageiras se espalharam por toda a América Portuguesa, mas se mantiveram concentradas na região do Recôncavo Baiano. Destacam-se a região de Cachoeira, Inhambupe e o atual estado de Sergipe, então comarca da Bahia.

ALGODÃO

Também conhecido pelos povos nativos, o algodão era utilizado para tecer redes de dormir e objetos do cotidiano. Com a intensificação da presença lusitana em solo brasileiro, a partir do século XVII, fez-se necessário o desenvolvimento da agricultura do algodão com o intuito de se produzir tecido cru para a dinâmica interna da área colonial. As fazendas produtoras de algodão se destacaram nas regiões dos atuais territórios do Pará e do Maranhão, mas se tem notícias desse tipo de atividade na longa faixa litorânea que vai da capitania de São Vicente até o Ceará. Até a capitania de Minas Gerais, no contexto da decadência da mineração, desenvolveu a atividade produtora de algodão como alternativa em meio à crise aurífera.

A produção de algodão garantia a fabricação de redes, chapéus, vestimentas para a escravaria e, em alguns momentos, de panos finos que concorriam com os tecidos oriundos da metrópole. A crise do sistema colonial português no final do século XVIII contribuiu para que a produção de algodão do Brasil atingisse mercados externos, sedentos de matéria-prima para as manufaturas e indústrias em plena expansão. Não foi por acaso que, em 1785, a rainha portuguesa Maria I expediu um alvará proibindo manufaturas no Brasil, contribuindo para a falência de muitos produtores de algodão.

LEITURA COMPLEMENTAR

Paralelamente à produção açucareira, foram desenvolvidas outras atividades que a complementavam. Essas atividades atendiam à demanda do mercado interno, da própria lavoura açucareira, além de também se inserirem no contexto do comércio de exportação.

Entre os produtos que coexistiam com o açúcar, o fumo assumiu uma singular importância. Tal fato decorreria da sua participação no comércio de exportação, sendo superada apenas pela do açúcar.

O tabaco era cultivado em propriedades que, em sua maioria, possuíam menos hectares, mas raramente empregavam mais do que vinte escravos.

Além disso, o baixo custo da lavoura de fumo (em torno de um terço do da cana) permitiu a participação de portugueses e brasileiros com baixos recursos financeiros. O percentual de brancos com lavoura de tabaco foi se reduzindo, até que, por volta de 1780, mulatos e negros livres já constituíam cerca de 30% dos produtores.

Diferentemente do açúcar, o tabaco procurou combinar-se com a criação de gado, pois o esterco era utilizado comumente para a adubagem do solo arenoso, típico da área de cultivo do fumo. Tal combinação diversificava a capacidade de investimentos do produtor de tabaco.

O crescimento do comércio de tabaco estimulou, como contrapartida, o contrabando do produto. Em conseqüência, a Coroa criou, em 1674, a Junta da Administração do Tabaco, que procurava assegurar o monopólio régio sobre o comércio do fumo. Além disso, criaram-se superintendências que aferiam a qualidade do fumo junto aos principais portos de exportadores. Para Lisboa eram encaminhadas as melhores partidas do produto.

Ao longo do domínio português no Brasil, o tabaco manteve-se como importante e rentável produto nas exportações, principalmente após a abertura dos portos, em 1808, favorecendo o comércio direto com mercados europeus, eliminando a intermediação de Portugal.

Embora inexistissem provas concretas, pode-se afirmar que a produção de cachaça no Brasil iniciou-se simultaneamente ao cultivo da cana-de-açúcar. A cachaça é um subproduto da refinação do açúcar, obtido através da destilação do melaço.

Utilizada como bebida pelos escravos, a cachaça criava uma sensação de reconforto diante da fadiga resultante do trabalho pesado, além de aquecê-los face ao forte frio das regiões das minas. Além de sua utilização como fonte complementar da alimentação dos escravos, a cachaça passou também a ser consumida pelos portugueses em substituição ao vinho, cujo preço era bem mais alto.

Em 1534, Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Souza, introduziu o gado na capitania de São Vicente. Desta, foi levado para a Bahia por Tomé de Souza. Inicialmente, o gado encontrava-se estreitamente vinculado à produção açucareira, com o proprietário rural assumindo a posse sobre os rebanhos.

A criação de gado estava dirigida para atender à alimentação dos engenhos, fornecer tração animal para a moenda e à utilização do couro no vestuário. Com a mineração, o gado ampliou sua área de atuação, atravessando o sertão nordestino, os campos vicentinos e integrando o sul da colônia ao mercado interno.

Entretanto, no próprio século XVI, o gado havia sido obrigado a buscar novas áreas de pasto em virtude da expansão da lavoura canavieira, que demandava maiores extensões de terras livres para o cultivo. Com isso, os criadores de gado foram levados a buscar novos pastos no interior da colônia, em geral, seguindo o curso de grandes rios, como o São Francisco.

Mandioca, uma raiz tropical conhecida como cassava e aipim, tornou-se a principal fonte de alimentação na colônia, em especial para os escravos e colonos portugueses empobrecidos. Para atender ao mercado interno, surgiram zonas especializadas na produção da mandioca, como, por exemplo, Maragogipe, Jaguaripe, Cairu e Camamu, localizadas no litoral e nos recôncavos baianos, que abasteciam Salvador e cidades próximas.

Apesar disso, a fome fez parte do cotidiano da população no Brasil Colônia. Visando reduzir os gastos com a alimentação dos escravos, alguns proprietários liberavam uma pequena parcela da terra para que os mesmos cultivassem alimentos para si. A chamada brecha camponesa permitiu aos escravos produzirem alimentos para a sua subsistência e também um excedente negociado no próprio engenho, ou mesmo nos mercados urbanos. Os ganhos arrecadados pelos escravos permitiam a compra da liberdade. A própria Igreja encorajava a compra da liberdade pelos negros, com o que poupassem vendendo excedentes. O dinheiro recebido era empregado na compra de outros escravos.

FERNANDO, Aquino. *Sociedade Brasileira*: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 152-155.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (Cesgranrio) A pecuária, apesar de ter desempenhado importante papel na ocupação de determinadas áreas do território brasileiro, conservou seu caráter complementar na economia colonial especializada para a exportação, disso decorrendo

A) seu equilíbrio em relação às atividades agrícolas e extrativas na ocupação efetiva do território.

B) sua subordinação ao capital comercial europeu.

C) a exportação da produção de abastecimento, o que gerou *superávit* no comércio colonial.

D) a direção estatal da metrópole sobre a pecuária por força do monopólio régio sobre o sal e a carne.

E) constantes crises de abastecimento dos alimentos, cuja produção era preterida pelas culturas de exportação.

02. (FUVEST-SP) No século XVIII, o governo português incorporou a maior parte da Amazônia ao seu domínio. A ampliação dessa fronteira da colônia portuguesa deveu-se

A) aos acordos políticos entre Portugal e França.

B) às lutas de resistência das populações indígenas.

C) ao início da exploração e exportação da borracha.

D) à expulsão dos jesuítas favoráveis à dominação espanhola.

E) à exploração e comercialização das drogas do sertão.

03. (PUC RS) Responda à questão com base no mapa a seguir, sobre a criação de gado no Período Colonial brasileiro.

A partir da observação do mapa, pode-se concluir que

A) a criação de gado era atividade exclusiva das regiões litorâneas do Brasil, sendo esse levado para a feira de Sorocaba, de onde partia para o mercado externo, grande consumidor de charque e couro.

B) a criação de gado se concentrava no Norte do Brasil, devido à inadequação do solo e do clima dessa região para o cultivo da cana-de-açúcar, não havendo integração com as demais áreas coloniais.

C) a região Sul do Brasil tinha na criação de gado uma importante fonte de renda, e levava seus derivados para serem comercializados na feira de Sorocaba, proporcionando uma integração econômica com a região mineradora.

D) a pecuária só se desenvolveu no Brasil Colonial em função do ciclo canavieiro, tendo por único objetivo abastecer de carne e couro a população litorânea, carente desses produtos.

E) o gado criado no Rio Grande do Sul não tinha boa aceitação no mercado interno colonial, por seu alto custo, devido à enorme distância que separava o Sul do Sudeste minerador, além da concorrência da carne estrangeira, de melhor qualidade.

04. (UNIFESP–2008) Entre aproximadamente 1770 e 1830, a região maranhense conheceu um ciclo de prosperidade econômica, graças

A) à produção e exportação do algodão, matéria-prima então muito requisitada por causa da Revolução Industrial em curso na Inglaterra.

B) à criação da pecuária e à indústria do charque, para abastecer o mercado interno então em expansão por causa da crise do sistema colonial.

C) ao extrativismo dos produtos florestais, cuja demanda pelo mercado internacional teve lugar exatamente naquele momento.

D) à produção e exportação de arroz, cacau e fumo, cujos produtos começaram a ter aceitação no mercado mundial de matérias-primas.

E) à produção e exportação do açúcar, o qual, com o aumento da demanda, exigiu novas áreas de cultivo, além da nordestina.

05. (FUVEST-SP–2009) A criação, em território brasileiro, de gado e de muares (mulas e burros), na época da colonização portuguesa, caracterizou-se por

A) ser independente das demais atividades econômicas voltadas para a exportação.

B) ser responsável pelo surgimento de uma nova classe de proprietários que se opunham à escravidão.

C) ter estimulado a exportação de carne para a metrópole e a importação de escravos africanos.

D) ter-se desenvolvido, em função do mercado interno, em diferentes áreas no interior da colônia.

E) ter realizado os projetos da Coroa portuguesa para intensificar o povoamento do interior da colônia.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFPI–2008) Considerando-se o Período Colonial brasileiro (1500-1822) e tomando-se, nesse recorte, aspectos do cotidiano da sociedade colonial, é **CORRETO** afirmar que

A) os sobrados eram armazéns destinados à venda de produtos importados da Europa, sendo sua denominação decorrente do modo como, pejorativamente, alguns brasileiros igualavam esses armazéns às "sobras" do comércio europeu.

B) a Casa-Grande, além de encarnar simbolicamente o poder dos senhores de escravos e engenhos, expandiu-se também, no Brasil Colônia, como símbolo patriarcal.

C) a miscigenação étnica, decorrente de condições históricas típicas no Brasil, contribuiu para a ausência de conflitos entre colonizador e colonizados.

D) uniões formais e duradouras entre nativas indígenas e colonizadores portugueses comprovam a tese, presente em parte da historiografia sobre o Brasil, da cordialidade brasileira.

E) o concubinato nas relações amorosas no Brasil, mais comum na região da capitania de São Vicente, restringiu-se ao Período Colonial, tendo sido completamente banido a partir do início do século XIX.

02. (FUVEST-SP–2008) A atividade extrativista desenvolvida na Amazônia, durante o Período Colonial, foi importante, porque

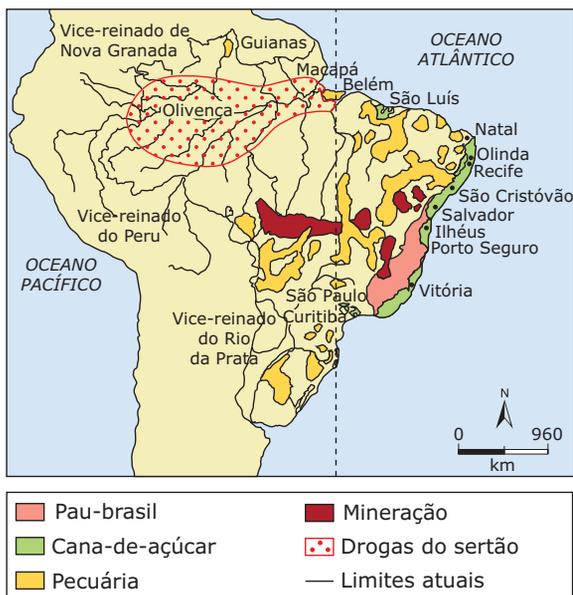
A) garantiu a ocupação da região e aproveitou a mão de obra indígena local.

B) reproduziu, na região, a estrutura da grande propriedade monocultora.

C) gerou riquezas e permitiu a abertura de estradas na região.

D) permitiu a integração do Norte do Brasil ao contexto andino.

E) inviabilizou as aspirações holandesas de ocupação da floresta.

03. (UNESP–2007) Observe o mapa e responda.

A) O meridiano de Tordesilhas, enquanto esteve em vigor, obstruiu a efetiva ocupação do interior do território brasileiro.

B) As riquezas do vice-reinado do Rio da Prata atraíram muitos aventureiros em busca de fortuna fácil e que acabaram por se fixar na região Sul do Brasil.

C) A busca por pau-brasil e terras férteis para a cana-de-açúcar impulsionou a derrubada da Mata Atlântica e a fixação do colonizador no sertão nordestino.

D) Apesar do aspecto extensivo da atividade, a pecuária desempenhou importante papel no processo de interiorização da ocupação.

E) O intenso povoamento da região Norte causou sérios problemas para a metrópole, que não dispunha de meios para abastecer a área.

04. (UFPR–2007) *Moradores dos "sertões", instalados além das cidades coloniais, transformaram tais espaços físicos em espaços humanos.* [...] *A presença desses nossos antepassados é de fundamental importância para entendermos por que, no Brasil Colônia, houve mais do que a pura e simples* plantation *de cana. A "visão plantacionista", que considera todas as atividades não voltadas para a exportação como irrelevantes, embaçou durante muito tempo a contribuição que milhares de agricultores – responsáveis pela agricultura de subsistência ou pelo abastecimento do mercado interno – deram à história de nosso mundo rural.*

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 47-48.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a organização social do Brasil no Período Colonial, é **CORRETO** afirmar:

A) Os autores do texto destacam um elemento característico da vida social durante a colônia: a inexistência de núcleos econômicos situados além das cidades coloniais.

B) Confirma-se no texto a exclusividade da lavoura exportadora como atividade responsável pela ocupação dos espaços agrícolas nacionais.

C) No Brasil Colônia, uma característica fundamental da agricultura de alimentos foi a variedade de técnicas e de ferramentas utilizadas para o manejo das terras.

D) A atividade agrícola dos moradores dos sertões era essencial para a produção e o mercado colonial de gêneros alimentícios.

E) A imensa disponibilidade de terras não cultivadas contribuiu para uma ocupação intensiva do solo, o que evitou a dispersão demográfica pelo território nacional.

05. (UNIFESP) Com relação à economia do açúcar e da pecuária no Nordeste durante o Período Colonial, é **CORRETO** afirmar que

A) por serem as duas atividades essenciais e complementares, portanto as mais permanentes, foram as que mais usaram escravos.

B) a primeira, tecnologicamente mais complexa, recorria à escravidão, e a segunda, tecnologicamente mais simples, ao trabalho livre.

C) a técnica era rudimentar em ambas, na agricultura por causa da escravidão, e na criação de animais por atender ao mercado interno.

D) tanto em uma quanto em outra, desenvolveram-se formas mistas e sofisticadas de trabalho livre e de trabalho compulsório.

E) por serem diferentes e independentes uma da outra, não se pode estabelecer qualquer tentativa de comparação entre ambas.

06. (PUC RS) O processo de colonização portuguesa sobre o Brasil tem como um de seus pressupostos básicos a manutenção do pacto colonial, que regula as relações entre colônia e metrópole. Esse pacto pode ser definido como um

A) acordo celebrado entre os portugueses recém-chegados ao Brasil e os nativos, com o objetivo de viabilizar a exploração de pau-brasil e a utilização da mão de obra indígena para a realização desse trabalho.

B) acordo feito entre os proprietários de terras na colônia, os governadores-gerais e o rei de Portugal, com o objetivo de evitar a concorrência econômica entre metrópole e colônia, definindo-se os bens que cada parte produziria.

C) instrumento de dominação e de imposição religiosa, muito utilizado pelos jesuítas em sua missão de evangelização e de conversão dos indígenas ao catolicismo, o que veio a facilitar a criação das Reduções, como a de São Miguel Arcanjo, no Rio Grande do Sul.

D) instrumento de dominação política e econômica exercida pela metrópole, que se caracterizava pelo monopólio do comércio colonial e pela complementaridade da produção colonial em relação à metrópole, sendo proibida a criação de manufaturas na região colonizada.

E) acordo celebrado entre Portugal, Espanha e suas respectivas colônias, a fim de se evitarem os conflitos territoriais e de se garantir uma maior produtividade das regiões exploradas, evitando-se a concorrência entre elas, que deveriam produzir bens complementares entre si.

07. (UEL-PR) [...] *ela foi responsável pelo povoamento do sertão nordestino, da Bahia ao Maranhão. Foi um excelente instrumento de expansão e colonização do interior do Brasil.*

Com ela surgiram muitas feiras que deram origem a importantes centros urbanos, como, por exemplo, a Feira de Santana, na Bahia.

Ao instrumento de expansão a que o texto se refere, pode ser associada a

A) pecuária.

B) mineração.

C) economia extrativa.

D) economia mineira.

E) produção açucareira.

08. (UFRN) Os fragmentos textuais a seguir se referem ao processo de avanço da colonização portuguesa, no início do século XVIII, rumo ao interior, distanciando-se do litoral. O primeiro foi escrito por um historiador; o segundo, por um frei carmelita.

Os primeiros colonos evitavam os catingais; nos requerimentos de sesmaria, alegam sempre que as terras não têm pastos suficientes, por causa das caatingas. Mais tarde, porém, acomodaram-se com elas.

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil.* São Paulo: Xerox do Brasil/Câmara Brasileira do Livro, 1996. p. 79-80. (Ed. fac-similar da edição Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, 1930)

Não só nas margens agradáveis desses rios se foram estabelecendo grandes missões, mas, pelo interior de áridos e desabrigados sertões, se fizeram povoações que ainda hoje conservam os nomes de seus primeiros fundadores e são cidades populosas.

PRAT, Frei André. *Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil* – séculos XVII e XVIII. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003. p. 36-37. (fac-símile da edição original de 1940)

A partir da leitura dos fragmentos, **EXPLIQUE** os motivos que levaram os portugueses a penetrar no interior do Rio Grande do Norte, no início do século XVIII.

09. (UFV-MG) Leia o trecho a seguir.

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado no chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 153.

Com base no texto anterior, que se refere a uma importante atividade econômica do Período Colonial, e também em seus conhecimentos, **RESPONDA**:

A) Qual é essa atividade?

B) Em que região da colônia ela se tornou mais expressiva?

C) Qual a relação de trabalho predominante nessa atividade?

10. (FUVEST-SP) RIO JAPURÁ – **Neste rio, próximo do Içá, dá-se o mais bárbaro e desumano tráfico de índios**.

Ordinariamente, nos meses de janeiro e fevereiro, sobe aquele rio número considerável de canoas com carregamentos de machados, facas, terçados, missangas, espelhos, etc., com o fim especial de trocarem tais mercadorias com índios que passam a servir aos negociantes como escravos. [...] *De Tefé, Fonte Boa, Coary e Calderão, território brasileiro, partem as expedições para aquele tráfico: e de volta a esses pontos são novamente vendidos por 100$000 ou mais.*

CORREIO PAULISTANO, 11 out. 1878.

A partir do artigo do jornal, e usando seus conhecimentos de História, **IDENTIFIQUE**

A) a região onde se realizava esse tipo de comércio escravista e em quais atividades econômicas era utilizada a mão de obra indígena.

B) alguns dos principais conflitos, no Brasil, desde o Período Colonial, em relação à escravização indígena.

11. (UFES) O mapa reproduz uma área, no Brasil Colônia, de predominância de duas atividades importantes, que deram origem à sociedade do engenho e à sociedade do couro.

RELACIONE a agroindústria açucareira com a pecuária, no Nordeste brasileiro, considerando

A) a mão de obra utilizada;

B) o papel social na vida da colônia.

SEÇÃO ENEM

01. Leia o texto:

Drogas

O dicionário Morais e Silva (1789) apresenta, como significado de "droga", "todo o gênero de especiaria aromática, tintas, óleos, raízes oficinais de tinturaria e botica". As "drogas do sertão" ficaram conhecidas, na historiografia, como os produtos nativos ou aclimatados, do Amazonas, Pará e Maranhão, muito procurados na Europa como drogas medicinais, temperos ou tinturaria.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial.* Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

A exploração das drogas do sertão pelos jesuítas, na região amazônica no Período Colonial, nos permite compreender a possibilidade de conciliação de interesses diversos nos processo de ocupação da América. Na situação apresentada, pode-se observar a relação entre os interesses

A) cultural cristão e social indígena.

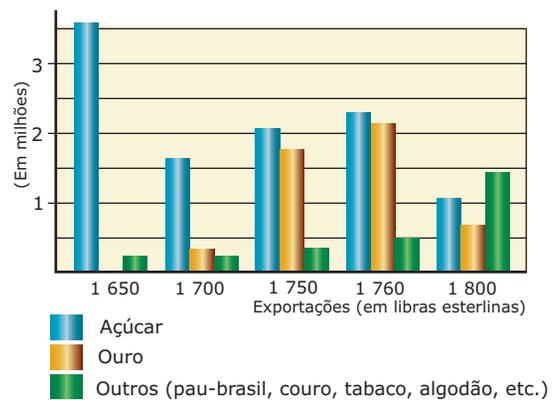
B) econômico europeu e religioso cristão.

C) reformista protestante e político lusitano.

D) expansionista ibérico e renascentista europeu.

E) moralista luso e mercantil britânico.

02.

Exportações do Brasil Colonial

ISTOÉ BRASIL: 500 anos.
São Paulo: três, 1998.

A economia colonial brasileira foi orientada sobre dois pilares: a mineração e a atividade açucareira. Porém, a dinâmica econômica existente da América Portuguesa permitiu o aparecimento de outras atividades, conforme os dados anteriores.

Assim, a observação do gráfico nos permite concluir que

A) a mineração, a partir do século XVIII, foi a atividade econômica mais rentável do Período Colonial.

B) a cana-de-açúcar foi a única atividade produtiva desenvolvida no Brasil no século XVI.

C) as atividades complementares aos eixos principais da economia apresentaram elevação constante no Período Colonial.

D) a economia açucareira foi marcada por uma expansão contínua entre os século XVI e XVIII.

E) a mineração não se caracterizou por um sistema de ciclo econômico, visto a sua constante expansão.

GABARITO

Fixação

01. E 02. E 03. C 04. A 05. D

Propostos

01. B 05. B

02. A 06. D

03. D 07. A

04. D

08. A necessidade de pastos para o gado empurrou a colonização portuguesa para as áreas distantes do litoral, já que, por determinação real, o litoral ficava restrito à produção da cana-de-açúcar. As áreas ribeiras, como Seridó, Assu e Apodi, foram ocupadas em busca de pastos, enfrentando, porém, a resistência dos índios tapuias à anexação das terras destes.

O trabalho missionário de catequização dos índios também foi fator importante para a penetração no interior, quando da formação das missões volantes, inicialmente, e, posteriormente, com a criação das missões fixas, aquelas chamadas missões de aldeamento, que seguiram pelas áreas ribeirinhas da capitania: do Rio Jundiaí-Potengi, do Rio Ceará-Mirim, do Rio Curimataú, do Apodi, do Mossoró, do Rio Assu-Piranhas e, finalmente, do Rio Seridó.

O aumento das doações de sesmarias no século XVIII para além do litoral também foi importante para a distribuição de terras para a colonização efetiva e consequente consolidação da conquista territorial portuguesa.

09. A) A pecuária

B) Nos primeiros tempos do Período Colonial na América Portuguesa, a criação de gado bovino e asinino ocorreu, principalmente, no sertão nordestino para atender às demandas por alimentos e transporte de carga nos engenhos localizados na Zona da Mata. Com o deslocamento do eixo econômico para o Centro-Sul da colônia, a pecuária, sobretudo o gado bovino, expandiu-se na região dos Pampas gaúchos, orientada para a exportação e para o abastecimento das Minas Gerais.

C) Na criação de rebanhos, predominava o trabalho livre, uma vez que o gado era criado em regime extensivo, o que inviabilizava o emprego do trabalho escravo.

10. A) Região amazônica. As bandeiras de apresamento, normalmente, capturavam populações indígenas no Centro-Oeste e na região amazônica, transformando-as em mão de obra escrava a ser comercializada na região de São Paulo. Esses indígenas escravizados eram utilizados no setor extrativista e canavieiro, majoritariamente.

B) Revolta de Beckman, que teve como uma de suas causas a oposição dos jesuítas à captura de índios pelos colonos maranhenses. Conflitos diversos entre colonos e jesuítas, como a "Botada dos Padres para Fora" em São Paulo; as bandeiras de apresamento contra as missões jesuíticas espanholas.

11. A) Na lavoura açucareira, empregava-se o trabalho escravo, na pecuária, predominava o trabalho livre de mestiços, negros e índios.

B) A sociedade do engenho caracterizou-se pela divisão simbolizada na "Casa-Grande e senzala", constituída pela família do senhor de engenho que exercia total autoridade, alguns poucos trabalhadores livres e os escravos negros. Complementarmente, a feição da sociedade era pautada pelo patriarcalismo, por uma ordem aristocrática e maior rigidez social.

Na sociedade do couro, os vaqueiros desfrutavam de relativa mobilidade social por receberem pagamentos em crias, experimentando um maior grau de flexibilização na organização social.

Seção Enem

01. B 02. C

HISTÓRIA

MÓDULO 08 FRENTE B

Brasil Colônia: invasões estrangeiras

Durante o erguimento do Império colonial português no Além-Mar, muitos países europeus reagiram às excessivas aquisições territoriais dos povos ibéricos em vários continentes. O Tratado de Tordesilhas (1494) não era considerado válido por nações como Inglaterra, França e Holanda, que se dispuseram, por meio de ações bélicas e diplomáticas, a ferir seus fundamentos e a tentar povoar as terras americanas, asiáticas e africanas controladas por Portugal e Espanha. Assim, a América Portuguesa, desde as primeiras décadas do século XVI, enfrentou a constante ameaça estrangeira. Destacam-se, nesse sentido, as invasões francesas e as holandesas na região.

INVASÕES FRANCESAS

França Antártica

Nos últimos anos do século XV e no início do século XVI, a presença francesa na costa do Brasil era intensa. A contestação ao Tratado de Tordesilhas vinha acompanhada de um sólido comércio de pau-brasil, praticado por meio do escambo com os indígenas, que se relacionavam muito bem com os franceses. Na medida em que essa presença estrangeira se mostrava incômoda, o Império Português se dispôs a promover a ocupação territorial, utilizando, para isso, o sistema de capitanias hereditárias. Apesar do empenho luso de impedir a entrada de outros países na região, os franceses acabaram por fundar uma comunidade na região da Baía de Guanabara por volta do ano de 1555. Era a chamada **França Antártica**.

A fundação dessa colônia se associou aos conflitos religiosos ocorridos na França no início do século XVI. Apesar de ser um país profundamente católico, a França assistia a um considerável avanço da religião protestante. A atuação dos seguidores do calvinismo, conhecidos na França por huguenotes, atingia todos os grupos sociais, chegando inclusive a influenciar alguns setores da estrutura governamental do país. Esse cenário ficava ainda mais complexo na medida em que o protestantismo representava uma ameaça ao princípio do direito divino dos reis, já que este se orientava pelos fundamentos do catolicismo, demarcando, inclusive, a aliança entre a monarquia francesa e a Igreja Católica. O auge desses atritos na França ocorreu em 24 de agosto de 1572, na famosa noite de São Bartolomeu, quando trinta mil protestantes foram massacrados após uma fracassada tentativa de pacificação na relação das duas religiões por meio do casamento entre a princesa católica Margot de Valois e o príncipe protestante Henrique de Navarra.

Um dos reflexos desses atritos religiosos foi a opção de um grupo de calvinistas em migrar para as áreas americanas com o objetivo de professar a fé protestante e fugir dos conflitos religiosos que se intensificavam na França. O grupo estava sob a liderança do almirante Coligny, contando com o apoio do capitão Nicolas Durand de Villegagnon. A opção pela América Portuguesa se fundamentou no contato dos franceses com a região devido ao comércio do pau-brasil nos primeiros anos de colonização. Soma-se a isso a falta de vigilância da Coroa lusitana em suas colônias, diferentemente dos espanhóis, que temiam ataques estrangeiros nas regiões de exploração da prata.

Mapa da França Antártica – século XVI

Chegando em 1555 ao território da atual cidade do Rio de Janeiro, os franceses se fixaram em uma das ilhas da Baía de Guanabara. Lá empreenderam um intenso comércio de trocas com os índios tupinambás, que forneciam madeiras, alimentos e índios inimigos que eram comercializados como escravos.

Em troca, os nativos recebiam anzóis, panelas, machados e tecidos. O protestantismo norteava as estruturas sociais e religiosas da região, sendo Villegagnon profundamente radical em seus posicionamentos perante os companheiros. Durante mais de dez anos, aproximadamente, 500 franceses moraram na região.

O fracasso da França Antártica se explica por fatores internos e externos. O radicalismo religioso de alguns membros da sociedade acabou por enfraquecer a ordem vigente, levando alguns franceses a serem expulsos para a área continental. Porém, foram os ataques empreendidos pelas tropas portuguesas lideradas por Estácio de Sá, sobrinho do então governador-geral Mem de Sá, o elemento determinante para o fim da colônia francesa em 1567. Estácio de Sá aproveitou o sucesso militar e fundou a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, iniciando a longa história portuguesa na região.

França Equinocial

No início do século XVII, período no qual Portugal esteve sob o domínio espanhol, os franceses tentaram novamente ocupar o Brasil. Diferentemente da primeira oportunidade, essa nova colônia contou com o efetivo apoio do governo francês, então sob o controle da regente Maria de Médicis. A nova ocupação se iniciou em 1612 na região do Maranhão. O objetivo era fundar uma vila que garantisse a criação de uma estrutura para a invasão do vice-reino do Peru, principal região fornecedora dos metais preciosos da Espanha na América. O esforço francês ficou a cargo de Daniel de La Toche, que fundou a cidade de São Luís, em homenagem ao importante monarca francês do século XVI. A nova empreitada, no entanto, teve curta duração, já que a reação luso-espanhola acabou por expulsar os franceses da região em 1615, três anos depois do início da ocupação.

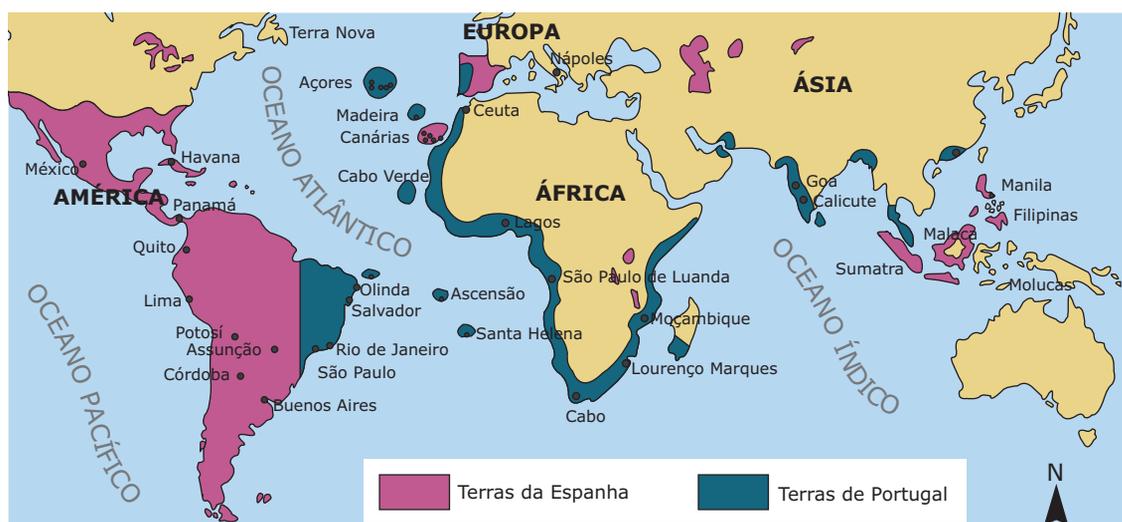
INVASÕES HOLANDESAS

Hegemonia espanhola

O século XVI foi marcado pela hegemonia espanhola nas relações internacionais. A força econômica do Império Hispano-Americano, fornecedor de prata e inúmeras riquezas, era acompanhada de um considerável aparato militar, tendo a frente a "Invencível Armada", e de sólidas relações diplomáticas, a começar pelo papado, simpático à defesa da religião católica exercida pelo Império Castelhano. A influência em várias regiões europeias, ainda no século XVI, também contribuiu para a força da Espanha, que controlava os Países Baixos e dominava o reino português por meio da União Ibérica.

A apropriação do reino lusitano pela Coroa espanhola ocorreu em meio a uma crise sucessória em Portugal. Em 1578, o jovem monarca D. Sebastião desaparecera no norte da África em meio a uma batalha religiosa contra os árabes islâmicos que povoavam a região. A ausência de um herdeiro fez com que o reino fosse controlado pelo então tio de Sebastião, o cardeal D. Henrique. A idade avançada de D. Henrique e a ausência de um herdeiro fizeram da nova situação um problema para Portugal. A apropriação do reino luso pela Espanha era o maior temor da sociedade portuguesa, já que os esforços expansionistas de Filipe II ascendiam em consonância com o fortalecimento espanhol. Mesmo com toda a pressão para transferir o controle do reino para um novo sucessor, D. Henrique manteve-se no trono e, com sua morte, as pretensões espanholas se confirmaram. Reza a tradição que assim cantaram os portugueses nas ruas após a morte do rei:

"Que viva Dom Henrique no inferno muitos anos por deixar Portugal nas mãos dos castelhanos".

Imperialismo ibérico na época da União dos reinos (1580-1640)

A posse do reino de Portugal pela Espanha, chamada de **União Ibérica** (1580-1640), veio acompanhada de uma prerrogativa legal: a manutenção da integridade territorial do reino português por meio do **Juramento de Tomar**. Assim, não ocorreu uma união verdadeira entre os dois países, mas, sim, uma apropriação do trono português por Filipe II, que passou a ser conhecido como Filipe I no reino que conquistara. Na prática, porém, o Juramento de Tomar teve validade restrita, já que o controle de todas as áreas era realizado pela Corte castelhana, e a dita autonomia portuguesa nunca chegou a existir.

Curioso notar que o controle do reino português pela Espanha acabou por consolidar o mito sebastianista, ou seja, a esperança da sociedade portuguesa no retorno do jovem monarca que desaparecera no norte da África. Durante a União Ibérica, o sebastianismo foi estimulado por dezenas de jovens que, interessados em uma fácil projeção política, juraram ser o monarca Sebastião. O mito, alimentado durante décadas, perdurou na história portuguesa e acabou sendo estendido a todos os recantos do reino no Além-Mar. Até os dias de hoje, comunidades cantam a esperançosa vinda de D. Sebastião como solução para aplacar a opressão e o sofrimento, como no caso de algumas comunidades no interior do Maranhão.

Atritos com a Holanda

Paralelamente ao processo da União Ibérica, os holandeses iniciaram seus esforços para promover a sua independência em relação ao reino espanhol. O obsessivo esforço de Filipe II em impor o culto católico à região, marcada pela tolerância religiosa e por uma considerável presença de protestantes e judeus, contribuiu para a declaração da independência dos Países Baixos em 1581. Era o início de décadas de conflitos que apenas seriam encerrados nos acordos do final da Guerra dos Trinta Anos em 1648, quando a Espanha reconheceria definitivamente a separação da região. Nesse longo caminho, muitos foram os conflitos bélicos e diplomáticos envolvendo a Espanha e a região da Holanda. Entre as graves questões, inclui-se a influência holandesa no comércio colonial.

Marcados por desenvolverem um mercantilismo pouco produtivo, os holandeses se empenhavam no comércio de produtos oriundos de várias regiões do globo, que, ao serem comercializados, garantiam a riqueza da região. Com a independência holandesa decretada no final do século XVI, os espanhóis iniciaram um claro boicote às práticas holandesas, prejudicando substancialmente a economia dos Países Baixos. A solução para essa situação foi a fundação de companhias comerciais que iriam empreender esforços para tomar as áreas até então controladas pela Espanha. Como exemplo, em 1602, os holandeses fundaram a Companhia das Índias Orientais, responsável pela invasão das áreas asiáticas e africanas controladas pelos castelhanos.

O sucesso da empreitada estimulou a criação da Companhia das Índias Ocidentais em 1621, que seria responsável pela invasão do Nordeste brasileiro, área também controlada pela Espanha em virtude da União Ibérica. O boicote espanhol, imposto aos holandeses, à comercialização do açúcar produzido na América Portuguesa já havia provocado muitos prejuízos aos holandeses desde o início da União Ibérica. Caberia à Companhia das Índias Ocidentais, portanto, organizar a ocupação do Brasil para retomar o lucrativo comércio do açúcar e recuperar investimentos anteriormente realizados na região.

Invasões holandesas

Foram duas as tentativas de ocupação do Brasil Colonial por parte dos holandeses. A primeira foi em 1624, quando estes tentaram ocupar a capital Salvador com 26 navios e aproximadamente três mil homens chefiados pelo comandante Jacob Willekens. Apesar dos esforços empreendidos pelos flamengos, a expedição não conseguiu sucesso, sendo os holandeses rechaçados no ano seguinte, após sucessivas batalhas. Mesmo com o fracasso, os flamengos continuaram atacando possessões espanholas na América por cinco anos, chegando a saquear importantes navios carregados de prata oriunda das regiões coloniais.

Curiosamente, a Companhia das Índias Ocidentais foi considerada a primeira empresa de capital aberto, utilizando a venda de ações para os interessados em patrocinar a invasão das áreas de domínio espanhol. Segundo alguns registros, foram encontradas ações da Companhia até no reino português. Com todos esses recursos e riquezas provenientes dos saques, os holandeses invadiram a capitania de Pernambuco em 1630. A opção pela região se justifica pelo rico comércio de açúcar, com destaque para as cidades de Olinda e Recife. Apesar dos grandes esforços empreendidos pelas forças de resistência, os holandeses conseguiram assumir o controle do território. A pacificação da região só se consolidou plenamente em 1635, contando, para isso, com o auxílio de líderes locais, como o mulato Calabar, que se dispuseram a apoiar o projeto dominador holandês no Nordeste açucareiro. A respeito desse apoio, o historiador Florival Cáceres escreve:

> [...] O mulato Calabar [aliou-se] aos holandeses. Conhecedor da região, ele teria possibilitado a derrota dos luso-espanhóis. Muitos manuais de história do Brasil acusam Calabar de traidor. É bem verdade que o contrabandista mulato Calabar foi importante na vitória holandesa. Mas Calabar seria traidor contra quem? Os luso-espanhóis que dominavam o Brasil? Calabar estava entre dois senhores: ibéricos e flamengos. Para os portugueses, era um fora-da-lei. Era contrabandista. Além do mais, os holandeses prometiam liberdade aos índios e negros que lutassem a seu lado, o que não estava nos planos dos luso-brasileiros. Os holandeses eram progressistas, permitiam a liberdade religiosa, e por isso conquistaram a adesão de muitos cristãos-novos e judeus. E há que se imaginar os sentimentos pessoais de Calabar.
>
> CÁCERES, Florival. *História do Brasil.* 1. Ed. São Paulo: Moderna.

Fixados na porção mais rica da colônia portuguesa, caberia aos holandeses fortalecer as atividades produtivas com o intuito de cumprir o objetivo da ocupação da região. Para essa função, foi nomeado o conde Maurício de Nassau, que passou a administrar a área de domínio holandês a partir de 1637.

Michel de Mierveld

Maurício de Nassau

O controle político exercido por Nassau na região se notabilizou pela profunda harmonia com os produtores açucareiros e a relativa tolerância empreendida na administração da região. Por meio de empréstimos aos senhores de engenho, a atividade canavieira foi retomada. O abastecimento da região com os escravos negros foi garantido, já que as praças africanas também haviam sido invadidas pelos holandeses. A construção de teatros, zoológico, observatório astronômico e obras de embelezamento arquitetônico transformaram Recife em uma das principais cidades da América Portuguesa.

A chegada de pintores como Frans Post e Albert Eckhout permitiu a criação das mais extraordinárias imagens produzidas no Período Colonial brasileiro, possibilitando melhor compreensão do universo açucareiro do século XVII.

Além das obras de arte, os registros científicos feitos por naturalistas como Georg Marcgraf também contribuíram para a difusão de forma mais clara e realista da fauna e da flora do Novo Mundo, conferindo um olhar mais próximo da realidade colonial. Maurício de Nassau também estabeleceu a liberdade de culto, favorecendo a vinda de judeus e protestantes para a área colonial. A restrição religiosa só recaiu sobre os jesuítas, defensores ferrenhos da Igreja Católica e incompatíveis com o clima de tolerância proposto pelo governo de Nassau. No âmbito político, foram criadas as Câmaras dos Escabinos, órgão municipal que contava com a participação dos grandes senhores de engenho. Tamanhas foram as transformações na cidade de Recife, que ela chegou a ser denominada Mauritzstadt, ou seja, cidade de Maurícia, em homenagem ao realizador das reformas.

Albert Eckhout

Mameluca – Século XVII

Restauração portuguesa

Enquanto Nassau buscava exercer seu governo pessoal no nordeste açucareiro, importantes transformações ocorriam na Europa. Em 1640, a União Ibérica chegava ao fim, através da restauração do trono português com a ascensão da dinastia de Bragança. A resistência espanhola em aceitar a separação exigiu que o reino luso promovesse acordos diplomáticos para confirmar a ascensão da nova dinastia. O apoio holandês não foi difícil de ser obtido, porém, o preço a ser pago foi a assinatura da trégua dos 10 anos, que permitiu o controle da região nordestina pelos flamengos. Esse novo cenário garantiu uma exploração do território sem os gastos excessivos empreendidos por Nassau, que foi afastado do controle da região em 1644.

Apesar de anos mais harmoniosos favorecidos pelo governante holandês, a resistência ao domínio dos flamengos nunca desapareceu. Após o afastamento de Nassau, a Companhia das Índias Ocidentais optou por resgatar os empréstimos concedidos e aumentar o controle das regiões invadidas, adotando práticas de feição mercantilista, sendo estes fatores que desencadearam diversos focos de resistência por parte dos nordestinos. A **Insurreição Pernambucana** (1645-1654) foi o principal movimento, conseguindo, depois de muitos conflitos, expulsar os holandeses da rica região açucareira.

O sucesso dos insurretos nordestinos também foi garantido por dois episódios internacionais. O primeiro seria a fragilidade dos holandeses, em virtude da intensa guerra empreendida contra os ingleses por discordarem dos Atos de Navegação de 1651, decretados pelo ditador Oliver Cromwell. Os Atos definiam que qualquer mercadoria que entrasse na Inglaterra ou dela saísse deveria ser transportada por navios ingleses ou de seu país de origem. Essa situação prejudicava substancialmente a Holanda, já que a nação apresentava uma predileção pelo comércio, em especial, marítimo. Em segundo lugar, cabe ressaltar que o sucesso da Insurreição Pernambucana ocorreu por meio do apoio português que, rompendo com a trégua dos 10 anos assinada com os flamengos, enviou navios de guerra ao território colonial. Além de intencionar retomar o controle das regiões gerenciadas pelos holandeses, o novo governo português temia que a luta dos pernambucanos pudesse culminar em um processo emancipatório. A vitória final dos luso-brasileiros ocorreu na conhecida batalha de Campina do Taborda.

Victor Meirelles

A Batalha dos Guararapes – Uma das mais importante batalhas na derrota holandesa no Brasil para as forças luso-portuguesas.

O sucesso da Insurreição Pernambucana estimulou a criação de um sentimento de resistência à opressão que se manifestou em outras circunstâncias na região nordestina, tanto no Período Colonial quanto no Imperial. Além disso, o quadro de crise econômica ficou evidenciado, já que os longos anos de guerra comprometeram a produção açucareira, que também passou a enfrentar, a partir da segunda metade do século XVII, a concorrência da região holandesa, da francesa, da espanhola e da britânica na região do Caribe.

LEITURA COMPLEMENTAR

O brilho e o fausto do Brasil nassauviano

Maurício de Nassau foi um homem, um governante, um humanista-renascentista acima do que a interesseira Companhia das Índias e o selvagem Brasil do século XVII mereciam? Uns elevam-no a culminâncias; outros preferem apontar seus conluios, ganhos extras em negócios pouco esclarecidos. Rocha Pombo considerou-o "um desses grandes espíritos que raro assomam na História". Capistrano de Abreu descreveu-o "fidalgo de raça, capaz de sentir uma injustiça e repará-la, amante de festas e esplendores, inclinado a farsas e nem sempre do gosto mais delicado... está provado o seu conluio em contrabandos...". Hélio Vianna completa: "Não foi, como o demonstram seus atos, o extraordinário administrador que se quer apresentar. Não se sustenta a tese de que tentou instalar Câmara de Escabinos, equivalente à de Vereadores usual em Portugal, nem foi liberal em matéria religiosa quanto proclamam admiradores". Salienta Hélio Vianna que Nassau expulsou franciscanos, beneditinos, carmelitas para inviabilizar o culto católico e insinua que, se beneficiou a pregação calvinista, o fez por ter como amante a filha do pastor. Poderia fazê-lo, e à larga, porém sem tornar a relação uma prática confessional.

Algumas verdades lhe são favoráveis. Trouxe, no séquito, 46 cientistas, artistas, artífices, eruditos, o que levou alguns admiradores a imaginar que entre as suas intenções figurava a de instalar no Recife uma universidade aberta. Chamou ao Brasil de "belo país que não tem igual sob o céu."

O que os "artistas e cientistas" de Nassau fizeram, integrou-se no melhor da cultura brasileira e a respeito do Brasil. O conde teve o sentido e o bom senso de, por exemplo, chamar às simples fileiras de mercenários aqueles dotados de alguma atividade intelectual. Caso de Zacharias Wagener, aventureiro alemão, que deixou centenas de litogravuras e aquarelas sobre a fauna. Tornado escrevente de Nassau, teve liberdade para pintar e pintou largamente, influenciando, inclusive, a obra do grande Albert Eckhout. Este, ao lado de Frans Post, deu com seus pincéis maior brilho aos sete anos de Nassau do que os coronéis dos regimentos. E houve os naturalistas Georg Marcgraf e Willem Piso, autores da *Historia Naturalis Brasiliae*. Marcgraf montou em sua residência aquele que terá sido o primeiro observatório astronômico do continente, provavelmente em 1637, Também atuaram Johann Benning, catedrático de ética e física de Leiden, o botânico Elias Heckman; o médico Servaes Carpentier.

DONATO, Hernâni. *Brasil – 5 séculos.* São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 2000.

HISTÓRIA

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFPE) A presença holandesa no Brasil Colonial é tema que se destaca nos estudos historiográficos. Sobre o governo de Nassau (1637-1644) e sua época, sempre surgem comentários e debates; porém, podemos afirmar que

A) a recuperação da autonomia política de Portugal, nesse período, deu mais condições para esse país desenvolver relações com os holandeses no Brasil.

B) Nassau não teve qualquer conflito com os nativos; apenas se desentendeu com o comando europeu da Companhia das Índias.

C) a atuação de Nassau em nada modificou as relações dos holandeses com os senhores de engenho, fracassando, porém, na expansão militar e na exportação de açúcar.

D) sua administração se restringiu a fazer benefícios à parte central do Recife, onde habitava com a sua família e onde construiu as obras mais importantes.

E) não houve na sua administração nenhuma preocupação com as conquistas militares; seus interesses se voltavam sobretudo para a arte renascentista.

02. (FGV-SP) A administração de Maurício de Nassau sobre parte do Nordeste do Brasil, no século XVII, caracterizou-se

A) por uma forte intolerância religiosa, representada, principalmente, por meio do confisco das propriedades dos judeus e dos católicos.

B) pela proteção às pequenas e médias propriedades rurais, o que contribuiu para o aumento da produção de açúcar e tabaco em Pernambuco.

C) por uma ocupação territorial limitada a Pernambuco, em função da proteção militar efetuada por Portugal nas suas colônias africanas.

D) por inúmeras vantagens econômicas aos colonos e pela ausência de tolerância religiosa, representada pela imposição do calvinismo.

E) pela atenção aos proprietários luso-brasileiros, que foram beneficiados com créditos para a recuperação dos engenhos e a compra de escravos.

03. (Fatec-SP) Em relação ao período da ocupação holandesa no Nordeste brasileiro, afirma-se:

I. A invasão deveu-se aos interesses dos comerciantes holandeses pelo açúcar produzido na região, interesses esses que foram prejudicados devido à União Ibérica (1580-1640).

II. Foi, também, uma consequência dos conflitos econômicos e políticos que envolviam as relações entre os chamados Países Baixos e o Império Espanhol.

III. As medidas econômicas de Nassau garantiam os lucros da Companhia das Índias Ocidentais e os lucros dos senhores de engenho, já que aumentaram a produção do açúcar.

IV. A política adotada por Nassau para assentar os holandeses na Bahia acabou por deflagrar sua derrota e o fim da ocupação holandesa, graças à resistência dos índios e portugueses expulsos das terras que ocupavam.

São **VERDADEIRAS** as proposições

A) I e II.
B) I, II e III.
C) II, III e IV.
D) I, III e IV.
E) II e IV.

04. (PUC RS) Em 1640, com o fim da União Ibérica, Portugal se defronta com vários problemas e desafios para administrar o Brasil Colonial e desenvolver a sua economia. Entre esses problemas, **NÃO** pode ser arrolada

A) a expulsão dos holandeses da região açucareira do Nordeste.

B) a destruição do Quilombo de Palmares, que desafiava a ordem escravista.

C) a escassez de metais preciosos e a queda dos preços do açúcar.

D) a expulsão dos jesuítas que dificultavam a escravização dos indígenas no estado do Grão-Pará.

E) a reorganização administrativa da colônia e de sua defesa.

05. (UFV-MG) O período que se estende de 1624 a 1654 é caracterizado por tentativas de colonização costeira do Brasil e pelo efetivo domínio holandês no Nordeste. Sobre as Invasões holandesas, nesse momento da história colonial brasileira, é **INCORRETO** afirmar que elas

A) se iniciaram pela Bahia, de onde os holandeses foram expulsos, mas expandiram-se em direção a Recife até atingir o entorno de São Luís, região estratégica para o ataque às frotas oriundas das minas espanholas que por lá passavam carregadas de ouro e prata.

B) estavam relacionadas com a União Ibérica e a consequente guerra pela autonomia das Províncias Unidas dos Países Baixos frente ao domínio espanhol, que interferiu nas relações políticas e comerciais entre portugueses e holandeses.

C) contaram com a participação da Companhia das Índias Ocidentais, empresa responsável pela administração do território holandês conquistado e que, em troca de apoio, ofereceu vantagens aos senhores de engenhos de Pernambuco.

D) entraram em decadência a partir de 1642, devido à nova política adotada pela Companhia das Índias Ocidentais, que obrigou os senhores de engenho a aumentar a produção de açúcar para que conseguissem pagar suas dívidas com os holandeses.

E) propiciaram a substituição da mão de obra escrava pela livre nas lavouras canavieiras do Nordeste, durante o governo do conde Maurício de Nassau, também conhecido por implementar a urbanização e o embelezamento do Recife.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (PUC RS) As invasões holandesas no Brasil, no século XVII, estavam relacionadas à necessidade de os Países Baixos manterem e ampliarem sua hegemonia no comércio do açúcar na Europa, que havia sido interrompido

A) pela política de monopólio comercial da Coroa portuguesa, reafirmada em represália à mobilização anticolonial dos grandes proprietários de terra.

B) pelos interesses ingleses que dominavam o comércio entre o Brasil e Portugal.

C) pela política pombalina, que objetivava desenvolver o beneficiamento do açúcar na própria colônia, com apoio dos ingleses.

D) pelos interesses comerciais dos franceses, que estavam presentes no Maranhão, em relação ao açúcar.

E) pela Guerra de Independência dos Países Baixos contra a Espanha, e seus consequentes reflexos na colônia portuguesa, devido à União Ibérica.

02. (FGV-SP–2011) "Nascido da dor, nutrindo-se da esperança, ele é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa". Desta maneira, o historiador português João Lúcio de Azevedo dimensionou a importância do sebastianismo para a cultura e para a história de seu país. Acerca desse fenômeno, é **CORRETO** afirmar:

A) Trata-se de uma tendência literária vinculada à poesia barroca, que influenciou fortemente a cultura lusitana desde o início do século XVI.

B) Trata-se de uma corrente da ilustração portuguesa desenvolvida no século XVIII e ligada a Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal.

C) Trata-se de uma vertente do pensamento liberal português contemporâneo baseada nas obras do matemático José Sebastião e Silva.

D) Trata-se de uma heresia protestante desenvolvida em Portugal, no século XVII, e muito difundida nas possessões coloniais, baseada no culto a São Sebastião.

E) Trata-se de uma crença messiânico-milenarista vinculada ao desaparecimento do rei Dom Sebastião no norte da África, em 1578.

03. (UFPel-RS–2007) [...] *da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isto em vista deve-se-lhe permitir conservar a sua natural liberdade, mesmo aos que no tempo do rei de Espanha caíram ou por qualquer meio foram constrangidos à escravidão, como eu próprio fiz libertando alguns. Devem-se dar ordens, também, para que não sejam ultrajados pelos seus "capitães", ou alugados a dinheiro ou obrigados contra sua vontade a trabalhar nos engenhos; ao contrário deve-se permitir a cada um viver do modo que entender e trabalhar onde quiser, como os da nossa nação* [...]

FRAGMENTO do relatório de Maurício de Nassau aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, em 1644.

O documento demonstra que, durante

A) a Insurreição Pernambucana, a Companhia das Índias Ocidentais era contrária a qualquer trabalho escravo na produção açucareira.

B) a União Ibérica, os holandeses proibiram o tráfico de escravos para o Brasil e promoveram a liberdade aos indígenas.

C) o Período Colonial, a escravização indígena foi inexistente, devido aos interesses estratégicos e comerciais dos europeus.

D) as ocupações francesas, no Nordeste do Brasil, ocorreram transformações nas relações dos europeus com as populações nativas, no que se refere ao trabalho cativo.

E) a ocupação holandesa, no Nordeste brasileiro, foi combatida a escravização indígena promovida pelos ibéricos.

04. (FUVEST-SP–2007)

Esse quadro, pintado por Franz Post por volta de 1660, pode ser **CORRETAMENTE** relacionado

A) à iniciativa pioneira dos holandeses de construção dos primeiros engenhos no Nordeste.

B) à riqueza do açúcar, alvo principal do interesse dos holandeses no Nordeste.

C) à condição especial dispensada pelos holandeses aos escravos africanos.

D) ao início da exportação do açúcar para a Europa por determinação de Maurício de Nassau.

E) ao incentivo à vinda de holandeses para a constituição de pequenas propriedades rurais.

05. (FGV-SP) *Guerreado por Madri e pela Holanda, posto em quarentena pela Santa Sé, Portugal busca o apoio de Londres, preferindo a aliança com os distantes hereges à associação com os vizinhos católicos. Dando seguimento vários tratados bilaterais, os portugueses facilitam o acesso dos mercadores e das mercadorias inglesas às zonas sob seu controle na Ásia, África e América.*

ALENCASTRO, L.F. de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, A. (Org.). *A descoberta do homem e do mundo.* São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 193.

O trecho do texto de Alencastro refere-se

A) ao período inicial da Expansão Marítima portuguesa, no qual as rivalidades com a Espanha em torno da partilha da América levaram a uma aproximação diplomática entre Portugal e Inglaterra.

B) à época da Restauração, que se seguiu à união dinástica entre as monarquias ibéricas e que obrigou a Coroa portuguesa a enfrentar tropas espanholas na Europa e holandesas na África e na América.

C) à época napoleônica, que acabou por definir o início da aproximação diplomática de Portugal com a Inglaterra, em virtude da articulação franco-espanhola que ameaçava as colônias portuguesas na América.

D) ao período de Guerras de Religião, durante o qual a monarquia portuguesa, por aproximar-se dos calvinistas ingleses, passou a ser encarada com suspeitas pelo poder pontifício.

E) à época das primeiras viagens portuguesas às Índias, quando muitas expedições foram organizadas em conjunto por Inglaterra e Portugal, o que alijou holandeses e espanhóis das atividades mercantis realizadas na Ásia.

06. (Mackenzie-SP) [...] *o número de refinarias, na Holanda, passara de 3 ou 4 (1595) para 29 (1622), das quais 25 encontravam-se em Amsterdã, que se transformara no grande centro de refino e distribuição do açúcar na Europa.*

Elza Nadai e Joana Neves

A respeito do aumento de interesse, por parte dos holandeses, não apenas na refinação do açúcar brasileiro, mas também no transporte e distribuição desse produto nos mercados europeus, acentuadamente no século XVII, é **CORRETO** afirmar que

A) com a União Ibérica (1580-1640) os holandeses desejavam conquistar militarmente o litoral nordestino para obter postos estratégicos na luta contra a Espanha.

B) a ocupação de Salvador, em 1624, por tropas flamengas, foi um sucesso, do ponto de vista militar, para diminuir o poderio de Filipe II, rei da Espanha.

C) a criação da Companhia das Índias Ocidentais foi responsável pela conquista do litoral ocidental da África, do Nordeste brasileiro e das Antilhas, visando obter mão de obra para as lavouras antilhanas.

D) o domínio holandês, no Nordeste brasileiro, buscava garantir o abastecimento de açúcar, controlando a principal região produtora, pois foi graças ao capital flamengo que a empresa açucareira pôde ser instalada na colônia.

E) a Companhia das Índias Ocidentais, em 1634, na luta pela conquista do litoral nordestino, propõe a proteção das propriedades brasileiras submetidas à custódia holandesa, porém, em troca, os brasileiros não poderiam manter sua liberdade religiosa.

07. (FUVEST-SP–2011) *Quando os holandeses passaram à ofensiva na sua Guerra dos Oitenta Anos pela independência contra a Espanha, no fim do século XVI, foi contra as possessões coloniais portuguesas, mais do que contra as espanholas, que os seus ataques mais fortes e mais persistentes se dirigiram. Uma vez que as possessões ibéricas estavam espalhadas por todo o mundo, a luta subsequente foi travada em quatro continentes e em sete mares e esta luta seiscentista merece muito mais ser chamada a Primeira Guerra Mundial do que o Holocausto de 1914-1918, a que geralmente se atribui essa honra duvidosa. Como é evidente, as baixas provocadas pelo conflito ibero-holandês foram em muito menor escala, mas a população mundial era muito menor nessa altura e a luta indubitavelmente mundial.*

BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415-1825.* Lisboa: Edições 70, s.d. p. 115.

Podem-se citar como episódios centrais dessa "luta seiscentista" a

A) conquista espanhola do México, a fundação de Salvador pelos portugueses e a colonização holandesa da Indonésia.

B) invasão holandesa de Pernambuco, a fundação de Nova Amsterdã (futura Nova Iorque) pelos holandeses e a perda das Molucas pelos portugueses.

C) presença holandesa no litoral oriental da África, a fundação de Olinda pelos portugueses e a colonização espanhola do Japão.

D) expulsão dos holandeses da Espanha, a fundação da colônia do Sacramento pelos portugueses e a perda espanhola do controle do Cabo da Boa Esperança.

E) conquista holandesa de Angola e Guiné, a fundação de Buenos Aires pelos espanhóis e a expulsão dos judeus de Portugal.

08. (FGV-SP) As tentativas francesas de estabelecimento definitivo no Brasil ocorreram entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII. As regiões que estiveram sob ocupação francesa foram

A) Rio de Janeiro (França Antártica) e Pernambuco (França Equinocial).

B) Pernambuco (França Antártica) e Santa Catarina (França Equinocial).

C) Bahia (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica).

D) Maranhão (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica).

E) Espírito Santo (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica).

09. (Fatec-SP) Os holandeses permaneceram no Brasil, em Pernambuco, de 1630 até 1654; conquistaram terras, desenvolveram a indústria açucareira e urbanizaram Recife.

É **CORRETO** afirmar, ainda, que

A) foram traídos por Domingos Fernandes Calabar quando invadiram o Brasil.

B) invadiram primeiramente o Rio de Janeiro, onde fundaram o Brasil Holandês, uma colônia totalmente formada por protestantes.

C) dominaram grande parte dos senhores de engenho preocupados não só em escravizar os índios para trabalhar na lavoura mas também em destruir o Quilombo de Palmares.

D) fundaram o Arraial do Bom Jesus, de onde partiram e dominaram por completo os brasileiros.

E) tiveram em Maurício de Nassau a maior figura holandesa no Brasil, pois foi ele quem reorganizou a vida econômica, após ter garantido a ocupação do território.

10. (UEL-PR) *Se determinais Deus meu dar estas mesmas terras aos piratas de Holanda, por que não as destes enquanto eram agrestes e incultas, senão agora? Tantos serviços vos tem feito essa gente pervertida e apóstata, que nos mandasses primeiro cá por seus aposentadores, para lhe lavrarmos as terras, para edificarmos as cidades e depois de cultivadas e enriquecidas lhes entregardes? Assim se hão de lograr os hereges, e inimigos da fé, dos trabalhos portugueses e dos suores católicos* [...]

VIEIRA, A. *Obras completas.* Porto: Lello & Irmãos, 1951. v. XIV. p. 315.

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre a presença holandesa no Brasil, é **CORRETO** afirmar:

A) O domínio holandês no Brasil constituiu o episódio central dos conflitos entre Portugal e Países Baixos pelo controle do açúcar brasileiro, do tráfico de escravos africanos e das especiarias asiáticas.

B) Senhores de engenho, escravos e índios converteram-se ao calvinismo e recusaram-se a participar do movimento de expulsão dos holandeses da Bahia e de Pernambuco.

C) A intolerância religiosa holandesa para com os católicos, impedindo as tradicionais festas religiosas, procissões e missas, determinou a expulsão dos calvinistas do Brasil.

D) Os portugueses renderam-se aos holandeses por acreditarem que os batavos fundariam mais cidades no Brasil.

E) Para os portugueses, o domínio holandês no Brasil representou uma disputa religiosa sem implicações políticas e econômicas para o Brasil e Portugal.

11. (UFG) No período da União Ibérica (1580-1640), o domínio espanhol sobre Portugal provocou também mudanças político-econômicas importantes no Império colonial português. **EXPLIQUE** uma das mudanças ocorridas na América Portuguesa, resultante da dominação espanhola.

12. (FUVEST-SP) *Depois de permanecermos ali pelo espaço de dois meses, durante os quais procedemos ao exame de todas as ilhas e sítios da terra firme, batizou-se toda a região circunvizinha, que fora por nós descoberta, de França Antártica.* [...]

Em seguida, o senhor de Villegagnon, para se garantir contra possíveis ataques de selvagens, que se ofendiam com extrema facilidade e também contra os portugueses, se estes alguma vez quisessem aparecer por ali, fortificou o lugar da melhor maneira que pôde.

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*, 1556.

Tendo por base o texto, **INDIQUE**

A) a qual região brasileira o autor se refere e por que afirma ter sido "por nós descoberta".

B) quais foram os resultados do estabelecimento da França Antártica.

13. (UFRJ) [...] *Assim, antes de partir de França, Villegagnon prometeu a alguns honrados personagens que o acompanharam fundar um puro serviço de Deus no lugar em que se estabelecesse. E depois de aliciar os marinheiros e artesãos necessários, partiu em maio de 1555, chegando ao Brasil em novembro, após muitas tormentas e toda a espécie de dificuldades.*

Aí aportando, desembarcou e tratou imediatamente de alojar-se em um rochedo na embocadura de um braço de mar ou rio de água salgada a que os indígenas chamavam Guanabara e que (como descreverei oportunamente) fica a 23° abaixo do equador, quase à altura do Trópico de Capricórnio. Mas o mar daí o expulsou. Constrangido a retirar-se avançou quase uma légua em busca de terra e acabou por acomodar-se numa ilha antes deserta, onde, depois de desembarcar sua artilharia e demais bagagens, iniciou a construção de um forte, a fim de garantir-se tanto contra os selvagens como contra os portugueses que viajavam para o Brasil e aí já possuem inúmeras fortalezas.

LÉRY, Jean. *De viagem à terra do Brasil.* Rio de Janeiro: Bibliex, 1961. p. 51.

[...] *Por esse tempo, agitava-se importante controvérsia entre os dirigentes da Companhia (Cia. Das Índias Ocidentais), a qual se travou principalmente entre as câmaras da Holanda e da Zelândia. Versava sobre se seria proveitoso à Companhia franquear o Brasil ao comércio privado, ou se devia competir a ela tudo o que se referisse ao comércio e às necessidades dos habitantes daquela região. Cada um dos dois partidos sustentava o seu parecer. Os propugnadores do monopólio escudavam-se com o exemplo da Cia. Oriental, usando o argumento de que se esperariam maiores lucros, se apenas a Cia. comerciasse, porque, com o tráfico livre, dispersar-se-ia o ganho entre muitos, barateando as mercadorias pela concorrência.*

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.* São Paulo: Ed. Itatiaia, 1974. p.90.

Ao longo dos séculos XVI, XVII e início do XVIII, várias potências europeias invadiram a América Portuguesa. Houve breves invasões e atos de pirataria ao longo do litoral no início do século XVI. Posteriormente, outras invasões iriam adquirir características diferenciadas. As formas de invasão e ocupação, assim como estratégias e interesses econômicos seriam diversos.

A) **APONTE** duas razões para a invasão e o estabelecimento colonial de franceses (a França Antártica) no litoral do Rio de Janeiro entre 1555 e 1567.

B) **IDENTIFIQUE** o principal interesse da Cia. das Índias Ocidentais na invasão de Pernambuco, em 1634.

14. (Unicamp-SP–2009) *A união de Espanha e Portugal, em 1580, trouxe vantagens para ambos os lados. Portugal era tratado pelos monarcas espanhóis não como uma conquista, mas como um outro reino. Os mercados, as frotas e a prata espanhóis revelaram-se atraentes para a nobreza e para os mercadores portugueses. A Espanha beneficiou-se da aquisição de um porto atlântico de grande importância, acesso ao comércio de especiarias da Índia, comércio com as colônias portuguesas na costa da África e contrabando com a colônia do Brasil.*

STUART B. Schwartz. *Da América Portuguesa ao Brasil.* Lisboa: Difel, 2003. p. 188-189 (Adaptação).

A) Segundo o texto, quais foram os benefícios da União Ibérica para Portugal e para a Espanha?

B) No contexto da União Ibérica, o que foi o sebastianismo?

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2001) Rui Guerra e Chico Buarque de Holanda escreveram uma peça para teatro chamada "Calabar", pondo em dúvida a reputação de traidor que foi atribuída a Calabar, pernambucano que ajudou decisivamente os holandeses na invasão do Nordeste brasileiro, em 1632.

– Calabar traiu o Brasil que ainda não existia? Traiu Portugal, nação que explorava a colônia onde Calabar havia nascido? Calabar, mulato em uma sociedade escravista e discriminatória, traiu a elite branca?

Os textos referem-se também a esta personagem.

Texto I:

[...] *dos males que causou à pátria, a História, a inflexível História, lhe chamará infiel, desertor e traidor, por todos os séculos*

Visconde de Porto Seguro, In: SOUZA JÚNIOR, A. *Do Recôncavo aos Guararapes.* Rio de Janeiro: Bibliex, 1949.

Texto II:

Sertanista experimentado, em 1627 procurava as minas de Belchior Dias com a gente da Casa da Torre; ajudara Matias de Albuquerque na defesa do Arraial, onde fora ferido, e desertara em conseqüência de vários crimes praticados [...] (os crimes referidos são o de contrabando e roubo).

CALMON P. *História do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

Pode-se afirmar que

A) a peça e os textos abordam a temática de maneira parcial e chegam às mesmas conclusões.

B) a peça e o texto I refletem uma postura tolerante com relação à suposta traição de Calabar, e o texto II mostra uma posição contrária à atitude de Calabar.

C) os textos I e II mostram uma postura contrária à atitude de Calabar, e a peça demostra uma posição indiferente em relação ao seu suposto ato de traição.

D) a peça e o texto II são neutros com relação à suposta traição de Calabar, ao contrário do texto I, que condena a atitude de Calabar.

E) a peça questiona a validade da reputação de traidor que o texto I atribui a Calabar, enquanto o texto II descreve ações positivas e negativas dessa personagem.

02. (Enem–2009 / Prova anulada) *Quando tomaram a Bahia, em 1624-1625, os holandeses promoveram também o bloqueio naval de Benguela Luanda, na costa africana. Em 1637, Nassau enviou uma frota do Recife para capturar São Jorge da Mina, entreposto português de comercio do ouro e de escravos no litoral africano (atual Gana). Luanda, Benguela e São Tomé caíram nas mãos dos holandeses entre agosto e novembro de 1641. A captura dos dois polos da economia de plantações mostrava-se indispensável para o implemento da atividade açucareira.*

ALENCASTRO, L.E Com quantos escravos se constrói um país? In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 4, dez. 2008 (Adaptação).

Os polos econômicos aos quais se refere o texto são

A) as zonas comerciais americanas e as zonas agrícolas africanas.

B) as zonas comerciais africanas e as zonas de transformação e melhoramento americanas.

C) as zonas de minifúndios americanas e as zonas comerciais africanas.

D) as zonas manufatureiras americanas e as zonas de entreposto africano no caminho para Europa.

E) as zonas produtoras escravistas americanas e as zonas africanas produtoras de escravos.

03. (Enem–2003) Jean de Léry viveu na França na segunda metade do século XVI, época em que as chamadas guerras de religião opuseram católicos e protestantes. No texto abaixo, ele relata o cerco da cidade de Sancerre por tropas católicas.

[...] *desde que os canhões começaram a atirar sobre nós com maior freqüência, tornou-se necessário que todos dormissem nas casernas. Eu logo providenciei para mim um leito feito de um lençol atado pelas suas duas pontas e assim fiquei suspenso no ar, à maneira dos selvagens americanos (entre os quais eu estive durante dez meses) o que foi imediatamente imitado por todos os nossos soldados, de tal maneira que a caserna logo ficou cheia deles. Aqueles que dormiram assim puderam confirmar o quanto esta maneira é apropriada tanto para evitar os vermes quanto para manter as roupas limpas* [...]

Neste texto, Jean de Léry

A) despreza a cultura e rejeita o patrimônio dos indígenas americanos.

B) revela-se constrangido por ter de recorrer a um invento de "selvagens".

C) reconhece a superioridade das sociedades indígenas americanas com relação aos europeus.

D) valoriza o patrimônio cultural dos indígenas americanos, adaptando-o às suas necessidades.

E) valoriza os costumes dos indígenas americanos porque eles também eram perseguidos pelos católicos.

GABARITO

Fixação

01. A
02. E
03. B
04. D
05. E

Propostos

01. E
02. E
03. E
04. B

05. B 07. B 09. E

06. D 08. D 10. A

11. Pode-se citar uma entre as mudanças a seguir:

- A expansão das fronteiras e o rompimento das linhas definidas pelo Tratado de Tordesilhas.

- A transferência da rivalidade e dos conflitos entre Espanha e Holanda para as relações político-econômicas entre Portugal e Holanda, culminando na invasão holandesa do Nordeste brasileiro.

12. A) O atual litoral do Rio de Janeiro. A afirmação do autor se justifica pelo fato de que na referida época não havia na região expressivos núcleos de ocupação portuguesa, o que convergia com a recusa francesa ao Tratado de Tordesilhas.

B) Da parte dos franceses, estabeleceu-se um núcleo de povoamento protestante em virtude dos conflitos religiosos entre católicos e protestantes na França. Por parte de Portugal, as autoridades determinaram a expulsão dos franceses, conduzida por Estácio de Sá, que fundou em 1565 o povoado de São Sebastião do Rio de Janeiro.

13. A) Entre as razões para as invasões francesas e a tentativa de estabelecer uma colonização no Rio de Janeiro, em meados do século XVI, destacam-se a disputa pelo comércio colonial – basicamente o tráfico do pau-brasil – e o controle sobre áreas de produção de gêneros tropicais. A ideia de um estabelecimento colonial – nos moldes da França Antártica – também se vinculava à perspectiva da criação de um espaço geográfico, político e social de refúgio para huguenotes e outros perseguidos religiosos.

B) As invasões holandesas no Brasil do século XVII estavam inseridas nas disputas relativas ao controle sobre o comércio do açúcar. Existiam interesses comerciais diversos em jogo (investimentos nas montagens dos engenhos, controle quanto ao transporte do açúcar, tráfico negreiro, etc.), articulando a Cia. das Índias Ocidentais, lutas e guerras na Europa e a ocupação de áreas coloniais sob o controle de Portugal.

14. A) Portugal teria acesso às riquezas das colônias espanholas e a Espanha, por sua vez, acesso ao comércio das colônias portuguesas na África, nas Índias e no Brasil.

B) O sebastianismo pode ser definido como a crença dos portugueses na libertação de seu país do domínio espanhol por obra do retorno do rei D. Sebastião, desaparecido na luta contra os mouros em Alcácer-Quibir na África. Basicamente é um messianismo adaptado às condições lusas e tendo sido resignificado em determinados momentos na cultura nordestina brasileira (como pode ser visto no movimento de Canudos por obra de Antônio Conselheiro). Traduz uma inconformidade com a situação política vigente e uma expectativa de salvação, ainda que miraculosa, através da ressurreição de um morto ilustre.

Seção Enem

01. E

02. E

03. D